

MESTRADO EM RISCOS, CIDADES E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
POLÍTICAS URBANAS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

**A organização da escolha
como política territorial**
**Reflexões sobre a exclusão urbana cíclica,
a partir da teoria da *Urbanização Planetária***

Sara Rodrigues Neves

M

2020/2021



Sara Rodrigues Neves

**A organização da escolha
como política territorial**
**Reflexões sobre a exclusão urbana cíclica,
a partir da teoria da *Urbanização Planetária***

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do
Território, orientado pela Professora Doutora Teresa Sá Marques

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2020/2021

Sara Rodrigues Neves

**A organização da escolha
como política territorial**
**Reflexões sobre a exclusão urbana cíclica,
a partir da teoria da *Urbanização Planetária***

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, orientado pela Professora Doutora Teresa Sá Marques

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

Aos urbanos e aos desurbanos

Sumário

Declaração de honra	4
Agradecimentos	5
Resumo.....	6
Abstract	7
Índice de Figuras	8
Introdução.....	10
1.Epistemologia da condição urbana.....	12
1.1. Desconstrução do <i>Sonho Urbano</i>	12
1.1.1. Sonho Urbano	12
1.1.2. Urbanização Planetária.....	18
1.2. Completa urbanização da sociedade	20
1.2.1. (Fim) Leituras dicotómicas.....	20
1.2.2. (Fim) Leituras objetificadas	27
1.2.3. (Fim) Leituras estatísticas	33
1.2.4. (Fim) Era Urbana.....	36
1.3. O <i>urbano</i> é um processo, não um lugar.....	39
1.3.1. Fábrica da Urbanização: <i>o urbano</i>	40
1.3.2. O <i>urbano</i> : interface do capitalismo global.....	45
1.3.3. O <i>urbano</i> : desenvolvimento territorial desigual	52
1.4. Nova epistemologia da urbanização	52
1.4.1. Epistemologia reformista?	53
1.4.2. Epistemologia ideológica?	55
1.4.3. Impulso para totalizar?	57
2.Ontologia da condição urbana.....	62
2.1. Condição global, construção local.....	62
2.1.1. Nova epistemologia, nova ontologia.....	63
2.1.2. Teoria localizada e deslocada	64
2.2. Complexidade empírica.....	67
2.2.1. Nota metodológica	67

2.2.2. Exclusão urbana cíclica	76
2.2.3. Ahomoni Miri, Assam, Índia	77
2.2.4. Anselmo Andrade, São Tomé	83
2.2.5. Corujeira, Porto, Portugal.....	89
2.3. Condições de possibilidade	97
2.3.1. Situação	100
2.3.2. Papéis.....	106
2.3.3. Posicionamentos	111
3. Escolha da condição urbana	113
3.1. Nota prospetiva	113
3.1.1. Papel da habitação no <i>urbano</i>	114
3.1.2. Direito à escolha do lugar de residência	116
3.1.3. A organização da escolha como política territorial	121
Considerações Finais	123
Referências Bibliográficas	124

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

30 de Setembro de 2021

Sara Rodrigues Neves

Agradecimentos

Agradeço,

à Professora Teresa Sá Marques pela liberdade e pela clarividência com que relaciona (ensinando a relacionar) problemas teóricos com problemas práticos;

ao Professor Álvaro Domingues pelas perguntas e os textos problematizadores que orientaram esta procura por novas perguntas;

a todos os professores do curso de MRCOT pelas partilhas e disponibilidade, e em particular aos que, por razões nem sempre objetivas, marcaram especialmente este percurso – o Professor Mário Gonçalves e o Professor José Ramiro;

aos colegas de MRCOT, particularmente à Amanda e à Laís pelo leal companheirismo;

a todos aqueles com quem partilhei as experiências empíricas sobre as quais reflito nesta dissertação, principalmente ao Filipe Estrela – parceiro de todas as inquirições;

aos meus amigos pelas conversas e pela aceitação de todas as justificações de falta de comparência, que apresentei durante os dois anos de MRCOT;

à minha família, pelos acesos debates e porque lhe agradeço a tudo o que está subjacente à minha vida!

Agradeço também,

a Neil Brenner, Christian Schmid, Anaya Roy, David Wachmuth, Álvaro Domingue e Ana Silva Fernandes, em representação de outros autores, pela publicação da suas reflexões, sem as quais esta dissertação não tinha sido, literalmente, possível. Em todos os casos, espero ter respeitado as suas ideias.

Resumo

Três experiências empíricas, em três contextos e localizações distintas, desencadeiam uma reflexão em torno da exclusão urbana cíclica e da sua interconexão mundial.

Empreende-se um exercício de abstração teórica, alicerçado na proposta epistemológica de Neil Brenner e Christian Schmid sobre a Urbanização Planetária. ‘A sociedade está completamente urbanizada’ e ‘o urbano é um processo, não um lugar’ são as premissas desta operação. Debate-se a desadequação das leituras assentes na dicotomia urbano/não-urbano, na objetificação das configurações socioespaciais e em estatísticas demográficas, que têm conduzido à fetichização do *modelo da cidade*.

Problematiza-se o *urbano* enquanto um processo contínuo e interconectado mundialmente – uma *fábrica* que envolve *momentos* de *concentração*, *extensão* e *destruição* das configurações socioespaciais temporárias, impulsionados por práticas espaciais, pela regulamentação do território e pela vida quotidiana, e influídos pelos princípios do capitalismo global; um processo que resulta na acentuação da polarização das condições socioespaciais; um processo diferenciado, simultaneamente uma condição global e uma construção local, razão pela qual se convocam também para o debate os urbanistas pós-colonialistas.

As geografias das três experiências empíricas são teorizadas a partir das dinâmicas mutuamente constitutivas da fábrica urbana, depreendendo-se que o *urbano* é também uma condição de possibilidade individual/grupo, que determina os processos de exclusão urbana cíclica. Assim, desvia-se o foco da reflexão do *processo* para o *produtor*, para questionar a ausência de poder de escolha das situações, papéis e posicionamentos no *urbano*, enquanto dimensão estrutural da exclusão urbana cíclica.

Conclui-se com uma reflexão prospectiva, base de um futuro projeto de investigação: Quais as condicionantes incontornáveis, necessárias e suficientes, da operacionalização do poder de escolha do lugar de residência enquanto mecanismo de ruptura dos ciclos de exclusão urbana? A mediação e organização da escolha poderá ser um novo desígnio para o planeamento do *urbano*?

Palavras-chave: *urbano*; Urbanização Planetária; exclusão urbana cíclica; condições de possibilidade da urbanização

Abstract

Three empirical experiments in three different contexts and locations unleash a reflection over the cyclical urban exclusion and its global interconnection.

A process of theoretical abstraction is undertaken, grounded on the epistemological proposition of Neil Brenner and Christian Schmid about Planetary Urbanization. That the “society is completely urbanized” and “the urban is a process, not a location” are the premises of this process. The inadequacy of readings based on an urban/non-urban dichotomy, on the objectification of socio-spatial configurations and on statistics, which have led to the fetishization of the city model, is hereby debated. The urban is problematized as a continuous globally interconnected process – a factory that involves moments of concentration, extension and destruction of temporary socio-spatial configurations, driven by spatial practices, territorial regulation and daily life, and influenced by the principles of global capitalism; a process that results in the exacerbation of the polarization of socio-spatial conditions; a differentiated process, which is simultaneously a global condition and local construction, which is the reason why post-colonial urbanists are also mentioned in this debate.

The geographies of the three empirical experiences are theorized within the context of mutually constitutive dynamics of the urban factory, thus inferring that the urban is also a condition of individual/group possibilities, which determines the processes of cyclic urban exclusion. Thus, the focus of this reflection is shifted from the process to the producer, to question the lack of power in choosing situations, roles and positions in the urban environment as a structural dimension of cyclical urban exclusion.

Finally, this work concludes with a prospective reflection, meant to serve as the basis of a future research project: What are the unavoidable, necessary and sufficient conditions for the operationalization of the power to choose the place of residence as a mechanism for breaking the cycles of urban exclusion? Could the mediation and organization of choice be a new purpose for urban planning?

Key-words: *urban*; Planetary Urbanization; cyclical urban exclusion; conditions of possibility of the urban

Índice de Figuras

FIGURA 1 – <i>SONHO URBANO ANIMAL</i> , DAN BURN-FORTI, 2021	13
FIGURA 2 – <i>LUXURY ESTATE</i> , 2021	14
FIGURA 3 – <i>TAR SANDS</i> , GARTH LENZ, 2005	15
FIGURA 4 – <i>PAISAGEM ELÉTRICA COM REBANHO</i> , ÁLVARO DOMINGUES, 2019	16
FIGURA 5 – <i>CATÁSTROFE HUMANA CÍCLICA</i> , AHOMONI MIRI, INDIA, SARA NEVES, 2018.....	17
FIGURA 6 – <i>ZAMBUJEIRA DO MAR ESTUFADA</i> , 2021.....	21
FIGURA 7 – <i>KOPPERT CRESS INTERIOR: MUTATING TERRITORY</i> , HOLANDA, PIETERNEL VAN VELDEN, 2011.....	21
FIGURA 8 – <i>INCORPORATION</i> , MARTIN ETIENNE, 2019	22
FIGURA 9 – <i>A BANANEIRA</i> , PORTO, SEM DATA	23
FIGURA 10 – <i>KILOCALORIE DELIVERY RATIO</i> , TIMOTHY RAVIS AND BENJAMIN NOTKIN, 2021.....	23
FIGURA 11 – <i>EUROPA CITY</i> , BJARKE INGLES GROUP, 2021	24
FIGURA 12 – <i>ÊXODO URBANO?</i> – AMIBÚSSOLA CONSULTORES, 2020 E EL PAÍS, 2021	25
FIGURA 13 – <i>PAISAGENS TRANSGÉNICAS</i> , ÁLVARO DOMINGUES, 2021.....	26
FIGURA 14 – <i>RADICAL MUTATIONS</i> , REM KOOLHAAS, 2011.....	27
FIGURA 15 – <i>CONCENTRIC ZONE MODEL</i> , BURGESS, 1925	28
FIGURA 16 – <i>WORLD CITY NETWORK</i> , FRIEDMANN, 1986.....	29
FIGURA 17 – <i>PURO RIBATEJO</i> , ÁLVARO DOMINGUES, 2021.....	32
FIGURA 18 – <i>ECUMENPOLIS</i> , DOXIADIS, 1974	34
FIGURA 19 – <i>THE NEW URBAN WORLD</i> , PAUL SCRUTON, 2007	35
FIGURA 20 – <i>THE URBAN AGE AS A BRANDING DEVICE</i> , BURDETT AND SUDJIC, 2006 E 2010.....	37
FIGURA 21 – <i>OUTDOOR</i> – JUSTINE GRAHAM, 2011	37
FIGURA 22 – <i>CIGARRETE BREAK PAINTING</i> , BANSKY, 2019	38
FIGURA 23 – <i>PLANETARY URBANIZATION</i> , DANIEL IBAÑEZ E NIKOS KATSIKIS, 2015	39
FIGURA 24 – <i>FÁBRICA DA URBANIZAÇÃO SEGUNDO BRENNER E SCHMID</i> , SARA NEVES, 2020	41
FIGURA 25 – <i>URBANIZAÇÃO PLANETÁRIA, OU O URBANO</i> , SARA NEVES, 2020.....	43
FIGURA 26 – <i>CHEMICAL VALLEY</i> , GARTH LENZ, 2005.....	46
FIGURA 27 – <i>OPERATIONAL LANDSCAPES</i> , BRENNER AND KATSIKIS, 2020	47
FIGURA 28 – <i>2012 SUBMARINA CABLE MAP</i> , TELEGEOGRAPHY, 2012	48
FIGURA 29 – <i>TESLA LOCATIONS</i> , TESLA, 2021.....	49
FIGURA 30 – <i>ELON MUSK CONNECTIONS</i> , RECORDED FUTURE, 2021..	50
FIGURA 31 – <i>A FEAR OF SATELLITES</i> , MARCO LANGBROEK, MAIO 2019	51

FIGURA 32 – <i>SCALES OF PHENOMENA AND LEVELS OF ABSTRACTION</i> , ANGELO & GOH, 2020	58
FIGURA 33 – <i>DIFFERENCES AS URBAN POTENTIAL</i> , SCHMID ET AL, 2013	59
FIGURA 34 - <i>INQUÉRITOS DÉDALO #10</i> , CORUJEIRA, ALVES ET AL, 2013.....	69
FIGURA 35 - <i>GRUPO FOCAL COM PEDREIROS E CARPINTEIROS</i> , ANA SILVA FERNANDES, 2018	70
FIGURA 36 - <i>MAPEAMENTO COLETIVO DE AHOMONI MIRI</i> , 2018	70
FIGURA 37 - <i>TECELAGEM, AHOMONI MIRI</i> , ANA SILVA FERNANDES, 2018.....	71
FIGURA 38 - <i>ANÁLISE DA APROPRIAÇÃO ESPACIAL DE UMA HABITAÇÃO</i> , SARA NEVES, 2018.....	72
FIGURA 39 - <i>ENTREVISTA EM CARPINTARIA, AGUA-IZÉ, SÃO TOMÉ</i> , SARA NEVES, 2017	73
FIGURA 40 - <i>PREFERÊNCIAS EM RELAÇÃO À HABITAÇÃO, AHOMONI MIRI</i> , SARA NEVES, 2018.....	74
FIGURA 41 - <i>ASSEMBLEIA DE DECISÃO</i> , ANSELMO ANDRADE, SARA NEVES, 2017	74
FIGURA 42 – <i>MAPA DE AHOMONI MIRI</i> , SARA NEVES, 2021	78
FIGURA 43 – <i>EIXO PRINCIPAL E WET LANDS EM PERÍODO DE CHEIAS</i> , AHOMONI MIRI, SARA NEVES, 2018	79
FIGURA 44 – <i>ACESSOS</i> , AHOMONI MIRI, SARA NEVES, 2018	80
FIGURA 45 – <i>COLECTIVE SHANG-HANDPUMP</i> , AHOMONI MIRI, SARA NEVES, 2018	82
FIGURA 46 – <i>ANSELMO ANDRADE</i> , SARA NEVES, 2017	84
FIGURA 47 – <i>MAPA DE ANSELMO ANDRADE</i> , SARA NEVES, 2021.....	85
FIGURA 48 – <i>FONTE E TANQUE COMUM</i> , ANSELMO ANDRADE, SARA NEVES, 2017	86
FIGURA 49 – <i>CASAS RECENTES AUTOCONSTRUÍDAS</i> , ANSELMO ANDRADE, SARA NEVES, 2017	87
FIGURA 50 – <i>A COMUNIDADE MAIS ISOLADA DO MUNDO</i> , DIOGO KYRILLOS NÔMADE VIAJANTE, 2019	89
FIGURA 51 – <i>ILHA DA CORUJEIRA</i> , PORTO, EQUIPA EDITORIAL DÉDALO #10, 2013.	91
FIGURA 52 – <i>OVOS MEXIDOS</i> , ÁLVARO DOMINGUES, 2018	92
FIGURA 53 – <i>CINCO ILHAS, UM QUARTEIRÃO</i> , PORTO, SARA NEVES, 2021	93
FIGURA 54 – <i>ARU CORUJEIRA</i> , CÂMARA MUNICIPAL PORTO, 2018	95
FIGURA 55 – <i>ORU CORUJEIRA - PLANTA DO PLANO DE AÇÃO</i> , CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, 2019	95
FIGURA 56 – <i>FLOATING GARDENS</i> , AHOMONI MIRI, SARA NEVES, 2018.....	103
FIGURA 57 – <i>CARDÁPIO DE CASAS DE BANHO</i> , ANSELMO ANDRADE, SARA NEVES, 2017	104
FIGURA 58 – <i>PMAY-G HOUSES</i> , SARA NEVES, 2017	109
FIGURA 59 – <i>EXPECTATIONS</i> , SARA NEVES, 2018.....	110

Introdução

I have always had difficulty responding to the question, “What to you look at?” In its abstract form, I avoid the question as a topic for fruitful dialogue, for the best answer I can offer is that ambiguous, all-purpose one: “It depends.” I do not experience that same uncertainty in actual field settings. When engaged in fieldwork, I find a strong, if largely intuitive, sense of purpose. (Wolcott, 1994, p. 159)

A participação neste mestrado, após seis anos de experiência profissional, resulta da procura de novos instrumentos de problematização das dinâmicas socioespaciais. Esta dissertação afirma-se como um momento charneira nesse percurso: marca a inclusão da abstração teórica na caixa de ferramentas. Enquanto impulso, aceitam-se as inquietações empíricas adquiridas durante os anos de trabalho de campo, mas define-se como objetivo a formulação de novas perguntas, mais informadas e operativas, sobre o desenvolvimento territorial. Como consequência, o trabalho que aqui se apresenta é simultaneamente retrospectivo e prospetivo.

As experiências que moldaram o percurso até aqui desenvolveram-se em contextos e localizações díspares, no entanto, partilham uma *condição*: a exclusão socioespacial cíclica – carência de infraestruturas básicas, escassez de recursos, segregação socioespacial... população marginalizada incapaz de inverter a sua condição, não por falta de competências mas por falta de *condições de possibilidade*. Este trabalho de campo permitiu testemunhar a extrema desigualdade e polarização das condições socioespaciais, tanto a nível local como global – uns poucos vivem *O Sonho Urbano*, outros lutam por ele diariamente, e outros *Aspiram sem Saco*.

Paralelamente, foi-se constatando a insuficiência das leituras e intervenções à micro-escala, focadas nas especificidades locais da desigualdade territorial, para impulsionar a inversão dos ciclos de exclusão. Posto isto, esta dissertação define-se pela procura de perguntas que problematizem, de forma holística e interligada, o desenvolvimento territorial desigual e a (re)produção cíclica da exclusão socioespacial.

Assim, estabelecem-se como objetivos específicos da presente dissertação:

- 1. Aprofundar o conhecimento teórico sobre a interconectividade mundial do desenvolvimento territorial e a exclusão socioespacial cíclica;
- 2. Questionar esse corpo teórico-conceitual à luz do estudo empírico de três geografias distintas em condição de exclusão socioespacial cíclica;
- 3. Projetar uma futura investigação-ação para informar, questionar, contrapor, pôr em causa as reflexões desenvolvidas e explorar a sua operacionalização.

Estes objetivos são endereçados a partir da análise textual e de conteúdos de estudos urbanos críticos e através de uma reflexão auto-etnográfica sobre o próprio trajeto profissional em curso. Com efeito, a dissertação estrutura-se em três capítulos:

- 1. *Epistemologia da condição urbana*

No primeiro capítulo teoriza-se a interconectividade mundial do processo de urbanização contemporâneo e a desigualdade territorial, orientada por uma revisão de literatura urbana crítica, orbitante em torno da tese epistemológica de Neil Brenner e Christian Schmid relativa à Urbanização Planetária.

- 2. *Ontologia da condição urbana*

Neste capítulo, a condição urbana de três experiências empíricas é teorizada a partir das reflexões sobre a *epistemologia urbana* e da visão ontológica de autores pós-colonialistas, tendo como foco a problematização da exclusão urbana cíclica. Descentraliza-se a discussão do *processo urbano* para o *produtor urbano* e problematiza-se as *condições de possibilidade individual no urbano*.

- 3. *Escolha da condição urbana*

Por fim, tecem-se considerações prospetivas sobre a operacionalização das ferramentas adquiridas e projeta-se uma investigação futura alicerçada no *poder de escolha do lugar de residência* e na *organização da escolha como política territorial*, enquanto mecanismos de rutura de ciclos de exclusão urbana.

1. Epistemologia da condição urbana

1.1. Desconstrução do *Sonho Urbano*

Embora a visita ao doutor Nabi não fornecesse uma solução imediata para aquilo que Mulaqat Ali considerava ser o padecimento de Aftab, foi muito benéfica para o próprio Mulaqat Ali. Dera-lhe coordenadas para se posicionar, para estabilizar o navio que adernava perigosamente num oceano de incompreensão, sem dísticos que o ajudassem. Podia agora converter a angústia num problema prático e dedicar a sua atenção e energia a algo que compreendia bem: como arranjar o dinheiro para a operação? (Arundhati Roy, 2017, p. 27)

1.1.1. Sonho Urbano

O *Sonho Urbano* é um (auto)proclamado desejo comum universal. Uma fonte de coordenadas e direções para nos posicionarmos e, simultaneamente, encontrarmos estabilidade num complexo planeta urbano. Um ‘imaginário territorial hegemónico’ (Amin, 2004) assente em princípios microeconómicos que traduzem a urbanização em algo quantificável e comparável, segundo uma ‘lógica de benchmarking’: relatórios de competitividade, listas hierárquicas dos melhores lugares para viver, visitar, sonhar... (Wachsmuth, 2014). Uma retórica sedutora (ou sedativa) e viral, que agrega destinatários alvo como embaixadores.

Far from a brute and blunt imposition, urbanization insinuates itself across the globe in life’s everydayness as it interfaces with and modulates a multitude of things, including the thoughts, desires, meanings, structuring conditions for human materiality, opportunity structures for political mobilization, everyday actions, and physical morphologies. (Wilson & Jonas, 2018, p. 2)

É um plano instável e performativo (Wilson & Jonas, 2018) que abafa a discussão sobre a organização territorial e o acesso equitativo a bens, serviços, equipamentos e infraestruturas básicas, com novos ‘desígnios genéricos, tão gerais quanto falsos’ (Domingues, 2008), traçados por estratégias de marketing e os meios de comunicação social. A revolução digital e a generalização das redes de produção-distribuição globais

são apresentadas como uma promessa de mais mobilidade social, baseada em mais *conetividade* (virtual) (S. Graham & Marvin, 2002); ao projeto moderno da diversidade funcional sucede-se a inovação do tecido socioespacial e a concentração de *potencial criativo* (Florida, 2002); a *sustentabilidade* do consumo é disseminada segundo as regras da economia de mercado, tendo em vista a aquietação das preocupações sobre a poluição, a finitude dos recursos naturais, o aumento da população mundial e a subsistência equitativa humana e animal (Rees & Wackernagel, 2008).

Figura 1 – *Sonho Urbano Animal - Making Real Beef & Dairy Sustainable for Everyone Today*, Dan Burn-Forti, 2021 – Máscara de controle das emissões de metano dos bovídeos, Zelp



FONTE: zelp.co / wired.co.uk

Brenner e Schmid (2015) defendem que estes desígnios urbanos pressupõem a continuação do modelo de acumulação capitalista, apenas substituem o paradigma Fordista da produção-consumo em massa por um modelo ‘mais sustentável’, assente na redução e exclusividade da produção-consumo.

Figura 2 – *Luxury Estate*, 2021 – Apartamento à venda em Nova York



FONTE: luxuryestate.com

Mas o custo social e ambiental deste sonho é geralmente omitido desta metanarrativa. As imagens do foto-jornalista Garth Lenz ilustram as ‘paisagens operacionais’ da urbanização “que estão a ser forjadas a uma escala colossal, para suportar e reproduzir a vida urbana do capitalismo do século XXI” (Brenner, 2014b, p. 26).

Figura 3 - Tar Sands, Garth Lenz, 2005 – As areias petrolíferas de Alberta



FONTE: garthlenz.com

Progressivamente as paisagens do petróleo vão sendo substituídas por paisagens *sustentáveis* (Figura 4). As vantagens desta paisagem multifuncional face a destruição massiva das Tar Sands são inegáveis – “‘não há nada de errado nesta imagem’ pois a energia fotovoltaica usa o mesmo que o pasto: o solo e o sol”! (Domingues, 2020) O que se questiona é o modelo social que move a sua proliferação: a manutenção da ilusão d’*O Sonho Urbano* e a prorrogação dos atuais padrões de acumulação.

Figura 4 – *Paisagem elétrica com rebanho*, Álvaro Domingues, 2019



FONTE: [facebook.com/alvaro.domingues.3990](https://www.facebook.com/alvaro.domingues.3990)

Vamos imaginar que amanhã há uma quebra de combustíveis fósseis de 50 ou 60 por cento, e que as deslocções se tornam muito caras. Onde é que iria nessa situação?... se isso se tornar um problema – e tudo nos diz que se vai tornar um grande problema – então os territórios têm que ser pensados de outra maneira. (Marot, 2019b)

O verdadeiro ilusionismo d’*O Sonho Urbano* é que estes custos sociais e ambientais (ainda?) não afetam aqueles que alcançam o sonho. Esta ideologia serve os interesses das elites urbanas e compromete as necessidades e aspirações da maioria – os custos do sonho são suportados pelos excluídos do sonho. Mas se o custo ambiental é uma preocupação fresca que tem estado sob os holofotes das agendas globais e locais, o custo social tem uma herança histórica pesada, e é frequentemente categorizado como um problema sem solução e dissimulado pela propaganda do sonho.

Mas o verdadeiro embuste deste sonho é a consequência de não o alcançar: sustentar a *fantasia* de quem o alcança. O *Sonho Urbano* é a fantasia de uns, suportada pelo tormento de outros. É, enfim, a máscara do desenvolvimento territorial assimétrico.

Figura 5 - *Catástrofe humana cíclica*, Ahomoni Miri, Índia, Sara Neves, 2018



FONTE: arquivo próprio

Para Robinson (2003) esta metanarrativa é limitada às preocupações e perspectivas dos países mais ricos. Promove o tropo positivista Euro-Americano da *esperança por uma vida melhor*, sem definir concretamente o que é uma vida melhor e como pode ser alcançada (Ruddick et al., 2017) por todos. Mas esta polarização não se resume à divisão do mundo em dois – materializa-se nas mais ínfimas escalas, níveis e contextos. E também não resulta de um acordo mútuo entre visionários e cegos. *O Sonho Urbano* dissemina-se através de uma complexa teia de interesses, expectativas e necessidades, difícil de desmontar. Tem uma força hegemónica que vincula a maioria da população – incluindo os que têm consciência dos seus artifícios, mas são forçados a cumprir o seu papel de *peão da história* (Bismarck, 2021), aos que além de conscientes são escravos,

mas dependem do *processo de perseguição do sonho* (processo de sustentar a fantasia dos sonâmbulos) para sobreviver.

Interpretado à luz da teoria de Lefebvre ([1970]2003), *O Sonho Urbano* é produzido e disseminado através de ‘representações do espaço’, que o abstratizam e o codificam segundo os princípios do marketing contemporâneo; de ‘espaços de representação’ que lhe atribuem significado e originam mutações que o fortalecem ou enfraquecem; e de ‘práticas espaciais’ que realizam a *fantasia ou o tormento d’O Sonho*. Cada uma destas três dimensões influencia dialeticamente as restantes, num processo de constante conflito e negociação, que é o que, em suma, alimenta *O Sonho*.

O custo social deste enredo é a perpetuação dos ciclos viciosos de pobreza (Fernandes, 2016). Posto isto, desvendar *O Sonho Urbano*, escrutinando os seus mecanismos de (re)produção da exclusão urbana, parece ser a primeira missão dos estudos urbanos.

[T]he problem in both cases is that these ideologies are not adequate to most people. Suburbanization and gentrification as accumulation strategies, sold on the myths of city and country; metropolitan integration, sold on the myths of automobility and the urban lifecycle; urban competitiveness, sold on the myths of an urban ‘us versus them’: radical geography and urban theory must uncover and resist both the policies and the myths. At least many or most workers know that they are being exploited in the labor market; at a minimum we need to strive for the same understanding about the city. (Wachsmuth, 2014, p. 89)

1.1.2. Urbanização Planetária

A *Era Urbana* é a atual metanarrativa dominante da academia, baseada na banalização do suposto axioma de que “mais de metade da população mundial vive em cidades”, pronunciado pelas Nações Unidas no início do século XXI. Esta narrativa agrega um conjunto de princípios tecnocientíficos, megalómanos e triunfalistas, que constituem a base tecnocrata d’*O Sonho Urbano*. Assenta na fusão dos conceitos ‘urbano’ e ‘cidade’, preconizando a urbanização contemporânea como a replicação mundial de um *tipo de assentamento* universal e empíricamente evidente – *a cidade* – desprezando todas as restantes manifestações socioespaciais. (Brenner & Schmid, 2013)

Neil Brenner e Christian Schmid (2015) afirmam que os estudos urbanos enfrentam uma profunda crise. Derivado das violentas reestruturações socioespaciais que decorrem mundialmente desde os anos 80, o conceito de 'urbano' perdeu toda e qualquer coerência, ficando sem parâmetros que o balizem e simultaneamente que expliquem a abrangência do processo de urbanização global contemporâneo (Brenner, 2013). Estes autores opõem-se veementemente às bases metodológicas de leitura das configurações socioespaciais globais, adotadas pelos embaixadores da *Era Urbana*, criticando a ênfase dada aos processos e formas de aglomeração, face à desvalorização dos processos de expansão, e à perpetuação de leituras baseadas em dicotomias espaciais – nomeadamente a dicotomia urbano/rural (Oswin, 2018).

Perante isto, Brenner e Schmid defendem ser urgente criar uma *nova epistemologia do urbano* que oriente e unifique o urbanismo crítico contemporâneo - novo vocabulário, novos métodos e novas formas de representar, que problematizem os princípios do desenvolvimento urbano e a produção do seu conhecimento. Novas ferramentas que permitam construir alternativas aos padrões de urbanização contemporâneos. (2015)

Apresentam então uma proposta epistemológica que reflete a investigação em curso sobre a *Urbanização Planetária*. Em oposição à moção apoteótica da *Era Urbana*, a *Urbanização Planetária* conceptualiza a urbanização contemporânea como um fenómeno transversal a todas as geografias do planeta e marcado pela progressiva acentuação da polarização das condições socioespaciais. (Brenner & Schmid, 2015)

Assim, parte-se da leitura da proposta epistemológica destes autores (Brenner & Schmid, 2012, 2013, 2015; Brenner, 2014a, 2018; Schmid, 2018), de algumas críticas, comentários e questões que lhe foram endereçadas (Catterall, 2014; Catterall & Wilson, 2014; Roy, 2015; Giroud, 2015; Shaw, 2015; Walker, 2015; Scott & Storper, 2016; Ruddick et al., 2017; Oswin, 2018; Wilson & Jonas, 2018) e de outras abordagens teórico-conceituais, divergentes e/ou complementares (Scott, 2013; Scott & Storper, 2003, 2015; Amin & Thrift, 2002; Roy, 2009, 2011; Robinson, 2011, 2016; Wachsmuth, 2014), para explorar esta nova caixa de ferramentas conceituais e metodológicas da *Urbanização Planetária* e teorizar a reprodução cíclica da desigualdade socioespacial.

Estruturamos a nossa reflexão teórico-conceitual, com base no que consideramos ser os dois princípios basilares da epistemologia proposta por Brenner e Schmid: ‘a sociedade está completamente urbanizada’, e ‘o *urbano* é um processo, não um lugar’.

1.2. Completa urbanização da sociedade

I'll begin with the following hypothesis: Society has been completely urbanized. This hypothesis implies a definition: An *urban society* is a society that results from a process of complete urbanization. This urbanization is virtual today, but will become real in the future. (Lefebvre, 2003, p. 1)

O futuro é hoje. Brenner e Schmid assumem a plena realização do prenúncio de Lefebvre: “There is, in short, no longer any outside to the urban world.” (2013, p. 21).

Estes autores advogam que as organizações socioespaciais e as redes infraestruturais que se situam *além* dos núcleos urbanos tradicionais, regiões metropolitanas ou zonas urbanas periféricas também são parte integral da atual condição urbana global. Posto isto, o primeiro passo rumo à construção de uma nova epistemologia da urbanização é: abandonar as leituras dicotômicas, objetificadas e percentuais da *Era Urbana*, que têm conduzido à fetichização do *modelo da cidade*.

1.2.1. (Fim) Leituras dicotômicas

A dicotomia urbano/não-urbano ancorou a epistemologia urbana durante décadas (2014b). Esta dicotomia desconstrói-se em múltiplas outras, no entanto a principal ramificação é a divisão categórica do território habitado entre o urbano e o rural. A superação desta dependência metodológica é um legado de Lefebvre, que Wachsmuth (2014) desconstrói exemplarmente – defende que a dicotomia urbano-rural é abordada pelos estudos urbanos principalmente a partir de três ângulos: a divisão do trabalho, a divisão entre a sociedade e a natureza e a divisão entre os estilos de vida.

A categorização dicotômica do trabalho é uma concepção oitocentista, construída com base na divisão espacial da produção agrícola e da produção industrial (Wachsmuth,

2014). Esta divisão ocorreu na passagem do sistema mercantil para o industrial, que marcou a transição da sociedade agrária para uma urbana (Lefebvre [1970]2003). No entanto, este paradigma foi sendo progressivamente diluído pela industrialização da agricultura. Hoje o sistema agrário está completamente subordinado ao sistema urbano (Sevilla-Buitrago, 2015), observando-se a violenta transformação do emprego no setor primário e das (outrora) paisagens rurais.

Figura 6 – Zambujeira do Mar Estufada, 2021



FONTE: google.pt/maps

Figura 7 – Koppert Cress Interior: Mutating territory, Holanda, Pieternel van Velden, 2011



FONTE: theguardian.com

Esta fusão dos territórios do trabalho, não representou apenas alterações numa das partes da antiga dicotomia. A absorção da produção agro-alimentar pelo urbano também se materializa em *edifícios verdes* supereficientes e estufas verticais com culturas hidropónicas baseadas nas tecnologias disruptivas da cultura sem solo (Figura 7), internalizados na malha dos tradicionais *centros urbanos*. (Marot, 2019a)

Figura 8 – *Incorporation*, Martin Etienne, 2019



FONTE: Marot, 2019

Estas transformações configuram novos diálogos entre a agricultura e outros modos de (re)produção económica e social. Sebastián Marot (2019a) propõe quatro diálogos possíveis: a *Incorporação* - uma matriz de latifúndios com produção robotizada, controlada desde as torres verdes da cidade (Figura 8), verificada por exemplo no território Holandês; a *Negociação* – em que os aglomerados urbanos são planeados ou adaptados para incluir espaços de produção agrícola como componentes essenciais do planeamento urbano, como é exemplo o projeto de Parques Hortícolas da Câmara Municipal de Lisboa; a *Infiltração* – iniciativas informais em que a população se apropria dos espaços negligenciados da cidade para o cultivo de alimentos (Figura 9); e a *Secessão* – assente na descentralização do planeamento e a substituição do urbanismo pela permacultura. Esta última proposta utópica de Marot parece-nos ser o que se verifica, de forma conturbada, no Noroeste de Portugal.

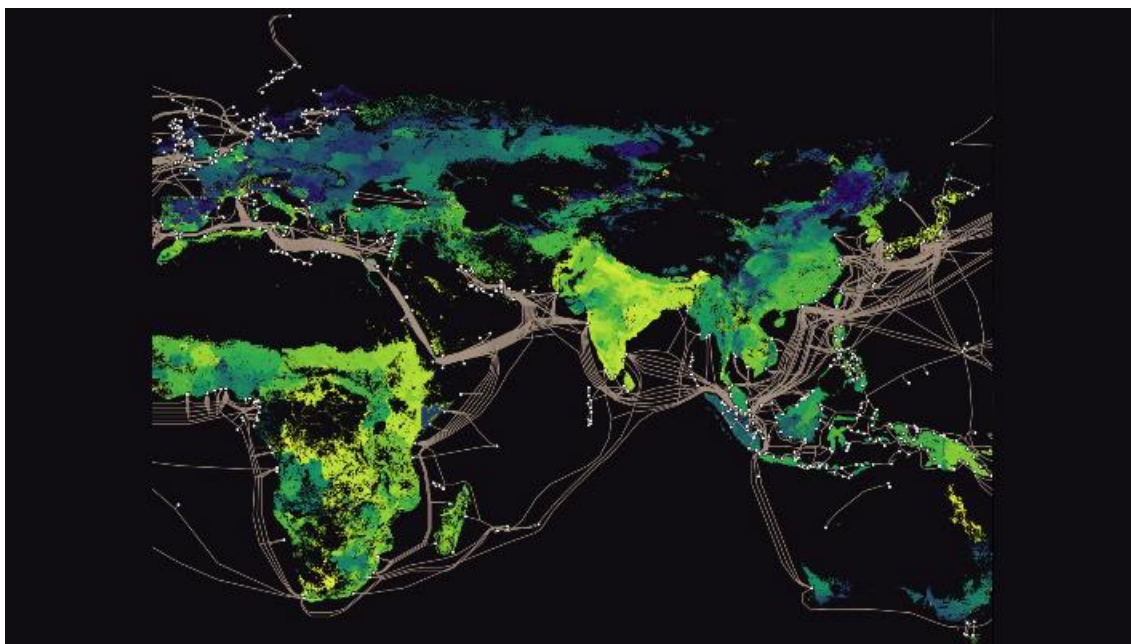
Tal como Kipfer (2014) defende: a questão da agricultura continua a ser crucial, mas deve ser teorizada e analisada em relação à urbanização. (Figura 10)

Figura 9 – A Bananeira, Porto, sem data – horta comunitária informal nas Fontaínhas



FONTE: hortadabananeira.hotglue.me

Figura 10 – *Kilocalorie delivery ratio*, Timothy Ravis and Benjamin Notkin, 2021 – Logística de distribuição e proporção de produtos agrícolas diretamente consumidos pela população



FONTE: urbantheorylab.net

A tentativa de ‘ruralização reversa das cidades’, ao contrário do que Walker (2015) parece defender, não significa a *sobrevivência* do rural, ou ruralização do urbano. Estes esforços expressam o que Waschmuth (2014) considera ser a outra dicotomia clássica de sustentação da divisão urbano-rural: a divisão entre a sociedade e a natureza. João Ferrão (2017) intitula estes esforços que colocam ‘a natureza no centro dos processos de metabolismo urbano’ de *renaturalização*. Mas, para Marot, não são mais do que a artificialização da natureza nas malhas urbanas funcionais em nome de um suposto modernismo ecológico – as *eco-cidades* ou *agro-cidades* (2019a).

Estas soluções tecnocientíficas são uma das bases das metanarrativas mainstream contra as quais a Urbanização Planetária se ergue. Brenner e Schmid (2015, p. 157) defendem que, em nome da resolução da crise ecológica, estas iniciativas resultam em ‘enclaves sustentáveis premium’ que intensificam a exclusão territorial.

Figura 11 – Europa City, Bjarke Ingles Group, 2021 – projeto de ‘cidade sustentável’ com 800.000 m² para o município de Gonesse, a 16 Km do centro de Paris – “combines the urban density of a big city with the bucolic character of life on the outskirts”



FONTE: arquitecturaviva.com

Paralelamente, o (outro) espaço rural também é alvo das retóricas-estratégicas do *Sonho Urbano Sustentável*. Representações nostálgicas e idílicas do ‘rural’, visam a sua mercantilização para as classes médias ‘urbanas’ (Donovan & Gkartzios, 2014), ignorando que o passado que tentam cristalizar era um tempo de miséria e privação para os seus habitantes (Domingues, 2011). Este *marketing* do êxodo urbano, assentam no que Wachsmuth (2014, p. 81) considera ser rotulação do *urbano* e do *rural* enquanto ‘contentores espaciais’ da sociedade e da natureza respetivamente.

Figura 12 – Êxodo urbano? – Amibússola Consultores, 2020 e El País, 2021

Coworking Rural há procura de nómadas digitais

By Amibússola | 19 Fevereiro, 2020 | 502 Views | Notícias | Compartilhe Esta Notícia



EL PAÍS

SUSCRIBETE INICIAR SESIÓN

La utopía urgente de volver al campo



FONTE: amibussola.com / elpais.com

Estas *utopias* são conjuntamente construídas com base na *dicotomia moral* dos estilos de vida: “Here the city is the site of progress and the future, but also of depravity, impersonality, and imbalance. The country, meanwhile, is the site of tradition and the past, but also of morality, togetherness, and harmony.” (Wachsmuth, 2014, p. 81).

Em 2020 Koolhaas inaugurou a exposição *Countryside: The Future*, compilando registos da profunda transformação do *espaço rural*, mas prorrogando a visão dicotómica:

The countryside is now the frontline of transformation. A world formerly dictated by the seasons and the organisation of agriculture is now a toxic mix of genetic experiment, science, industrial nostalgia, seasonal immigration, territorial buying sprees, massive subsidies, incidental inhabitation, tax incentives, investment, political turmoil, in other words more volatile than the most accelerated city. The countryside

is an amalgamation of tendencies that are outside our overview and outside our awareness. Our current obsession with only the city is highly irresponsible because you cannot understand the city without understanding the countryside. (Koolhaas, 2012)

Mas, simultaneamente, transmite alguma insegurança face à conceptualização desse *novo espaço*, quase afirmando que hoje o campo é mais cidade que a própria cidade: “I don’t think you could write such a radical inventory of the city. (...) I think therefore the countryside is the city in terms of the transformation” (Koolhaas, 2012). Para Álvaro Domingues são *paisagens transgênicas* que resultam do encontro (territorial e simbólico) entre as outrora diferentes configurações socioespaciais urbanas e rurais, e da sua consequente dupla metamorfose e sentimento de perda de identidade (2013). “Um enorme emaranhado de temas onde é já difícil saber de que é que se trata e de como se deve actuar e para quê” (2008, p. 1).

Figura 13 – Paisagens Transgênicas, Álvaro Domingues, 2021



FONTE: público.pt

A desmistificação das muitas mitologias sobre a autenticidade do campo (Domingues, 2011) parece estar a generalizar-se, mas a falta de uma epistemologia que permita teorizar estas mutações também parece evidente. A proposta da *Urbanização Planetária* é começar por eliminar os conceitos ‘non-urban’, ‘beyond’ e ‘outside’ da caixa de ferramentas dos estudos urbanos críticos. Para Brenner e Schmid, este cenário que “mistura genes de diversos modos de urbanização e de organização da produção agrícola, industrial e de serviços” (Domingues, 2008, p. 10), constitui um único processo interligado mundialmente: o *urbano*.

Figura 14 – *Radical mutations*, Rem Koolhaas, 2011



FONTE: oma.com

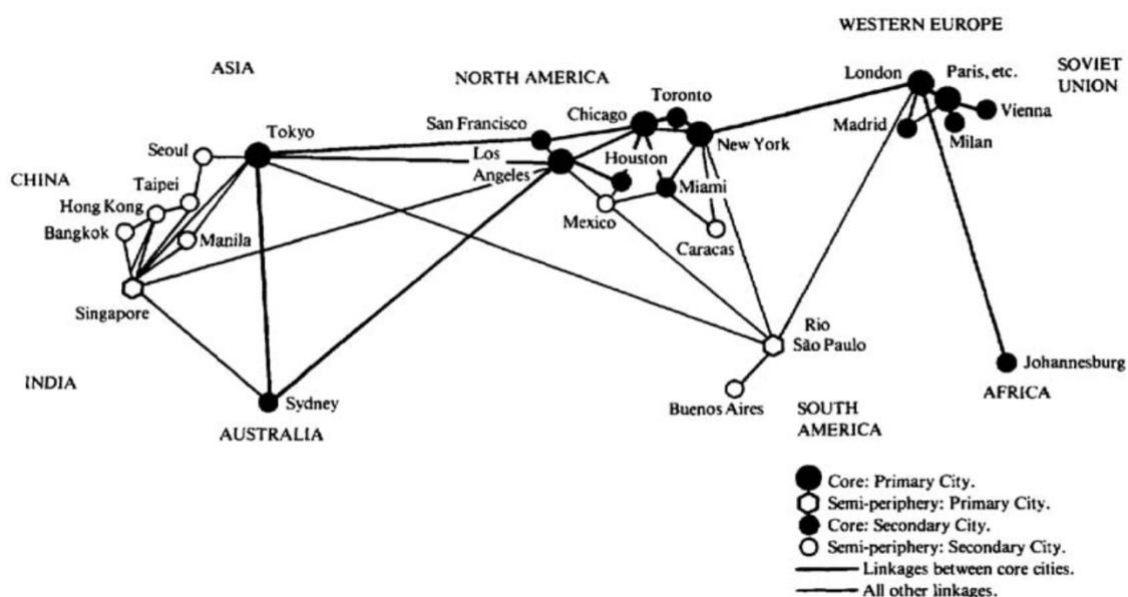
1.2.2. (Fim) Leituras objetificadas

Inerente à necessidade de rutura da visão dicotómica do território está a cura da síndrome dos limites e objetificação dos territórios. Brenner e Schmid (2015) defendem que é necessário reorientar o foco dos estudos urbanos que desde há muito tempo se dedicam à classificação das condições socioespaciais em ‘tipos de assentamentos’ – cidade, metrópole, região, subúrbio, e outras sub- e supra-

exterior. Esta ideia era complementar à da cidade grande, densa e diversa enquanto *tipologia ideal* face aos assentamentos rurais, proposta por Wirth. (Wachsmuth, 2014)

A dicotomia urbano-rural – assente na interdependência de duas dimensões distintas – foi sendo substituída pela retórica da emancipação da *cidade* enquanto estrutura auto-suficiente. Enquanto, paralelamente, a desmemória do rural foi permitindo que este se transformasse violentamente em silêncio. Face à inegável interconectividade mundial, derivada dos processos de globalização, a *cidade-unidade-independente* foi evoluindo para a *cidade-unidade-comparativa*: cada *unidade* passa a ser representada *em relação* a outras *unidades*, e o *espaço-entre-cidades* é um vazio conceptual. (Figura 16) O princípio da ‘concentração’ associado ao da ‘conetividade’ origina novas formas de fragmentação macroterritorial que tornam o espaço ‘exterior à cidade’ – o ‘não-urbano’ – mais distante socialmente, economicamente, institucionalmente e geograficamente (Brenner & Katsikis, 2014).

Figura 16 – World City Network, Friedmann, 1986



FONTE: (Brenner & Katsikis, 2014, p. 431)

Apesar da progressiva problematização da urbanização enquanto fenómeno dinâmico e interdependente, os pressupostos da *methodological cityism* persistem (Brenner, 2014b). A urbanização é conceptualizada como uma constelação de cidades,

organizadas hierárquicamente com base na “Darwinian ecology of cities: the survival of the fittest in the keen competition of network capitalism” (Roy, 2009, p. 821) – princípio ideológico que favorece as elites urbanas:

The city is an *ideological representation* of urbanization processes rather than a *moment* in them. (...) city-as-a-representation is not neutral or innocent (...) its partiality helps obscure and reproduce relations of power and domination that critical spatial theory seeks to expose and confront (...) (Wachsmuth, 2014, pp. 76–77)

Esta ideologia assenta no papel histórico das cidades enquanto bases primordiais da (re)organização das capacidades do Estado e dos processos de acumulação de capital (Peck, 2017). O que Lefebvre ([1968]1996) defendia ser o princípio da *centralidade* – *facilitador de desenvolvimento económico, social, político e cultural*. Ou seja, a perpetuação do *modelo da cidade* é, em primeira instância, uma estratégia geopolítica, encoberta pelas suas representações triunfalistas. Wachsmuth conclui que “[t]he concept of the city is not ‘obsolete’, and we do not need to ‘reinvent’ it for contemporary urban conditions” (2014, p. 81). Torna-se claro que o repto dos urbanistas planetários de suplantarem as metageografias da urbanização centradas na *cidade* por uma leitura da ‘urbanização sem centro’ (Wilson & Jonas, 2018) visa, acima de tudo, a reorientação do foco ideológico dos estudos urbanos e não do foco espacial. Paralelamente, com o alargamento da consciência da necessidade de uma visão mais integrada da urbanização, do desenvolvimento e do planeta, a *ideologia da cidade* foi-se metamorfoseando em outros *objetos territoriais* mais amplos. Em 1976, a primeira conferência da ONU sobre o ‘Habitat’ marcou o debate público sobre a dimensão e o impacto global da urbanização, no entanto acabou por resultar num conjunto de ‘Recomendações para a Ação Nacional’ que espelham um *methodological nationalism* (Katsikis, 2014b). Esta abordagem é uma extensão bicéfala e contraditória da *ideologia da cidade*: por um lado mantém o paradigma da circunscrição da urbanização a *unidades territoriais delimitadas*, por outro lado expressa a vontade dos Estados de “regular cada vez mais aquilo que já não depende da própria regulação estatal (...), nem, muitas vezes, é regulável à escala do estado-nação” (Domingues, 2008, p. 5).

Atualmente, a *região* ou a *cidade-região* (Soja, 2011) é um dos exemplos mais expressivos da expansão territorial da ideologia da cidade (Harrison & Heley, 2015). O *urbano* e o *regional*, anteriormente conceitos distintos um do outro, estão a misturar-se para definir ‘algo novo e diferente’ (Soja, 2015) – um *Novo Regionalismo*, emergente no início dos anos 90, assente na justiça e ‘bem-estar regional’ como forma de conexão entre o global e o local. Mas, para Peck (2017), ‘região’ é um dos conceitos mais instáveis da geografia humana, que está constantemente a ser repolitizado. É um conceito camaleónico, usado em prol de temas e princípios distintos e até contraditórios. E é um conceito contentor, capaz de agregar todos os fundamentos opostos a que dá nome numa ‘identidade’ comum e *comparável*. E é um conceito elástico, que representa territórios com as mais variadas escalas.

O princípio da *região económica* é um dos mais preconizados. Tem merecido extensas reflexões no contexto académico, nomeadamente por Storper (1997) e Scott (2001) que defendem a *região* como a manifestação de uma nova fase do desenvolvimento territorial capitalista. Brenner (2014b) concorda, mas defende que eleger a *região* como *problematique* da teoria urbana significa perpetuar a centralidade analítica da aglomeração e as leituras parciais e ilusórias do processo urbano contemporâneo.

Outras versões populares deste conceito são a *bio-região* – que pressupõe a (re)conexão da sociedade com os ecossistemas naturais (Thackara, 2019) – e a região turística – a *versão contentor* que embrulha todas as restantes em ‘identidades regionais’. Abstrações situacionistas fabricadas pelo *marketing urbano* contemporâneo – *Visite o Ribatejo! O lugar ideal onde pode encontrar tudo o que precisa para as suas férias de sonho: da cidade ao campo, da montanha à praia, património edificado e natural, aventura e cultura, tecnologia e artesanato....* – tão generalistas quanto possível por forma a abraçarem todos os sonhos desconhecidos. Uma ‘identidade escrita’ em que ‘população’ e ‘região’ não coincidem culturalmente de forma ‘pura’ (Paasi, 2002).

Figura 17 – *Puro Ribatejo*, Álvaro Domingues, 2021



FONTE: público.pt

“[P]aisagens *artificializadas* no sentido de A. Roger – que se ajustam a (e constroem) novas geografias de paisagens e seus modos de percepção, e que abundantemente circulam nos meios de comunicação de massas, na promoção turística, nos projectos de desenvolvimento local, nos filmes e nas novelas, na produção artística..., cambiando constantemente os temas centrais e o branding da legitimação paisagística: a autenticidade, a wilderness, a tradição, o risco e a aventura, o exótico, o maravilhamento...” (Domingues, 2013, p. 20)

A *região* apesar de ser frequentemente elencada como uma representação territorial holística e interligada, é a prorrogação da objetificação e institucionalização das unidades espaciais - um *methodological regionalism*, *methodological nacionalism*, enfim um *methodological localism* (Wachsmuth, 2014). O princípio da *unidade independente, nodal e comparável* mantém-se – a *região*, face à *cidade*, apenas engloba o “não-urbano” que lhe confere a *sustentabilidade e diversidade* essenciais aos padrões de consumo e competitividade atuais.

A elasticidade deste paradigma é verificável na profusão das *world regions* enquanto *unidade* de comparação que, em última instância, resultam na divisão dicotómica da urbanização planetária entre *Norte Global* e *Sul Global* – a região ‘desenvolvida’ e a ‘em-desenvolvimento’. Objetificação dicotómica que serve de base à definição de várias outras ordens de comparação, competitividade e cooperação mundial, assim como das estratégias geopolíticas globais (Roy, 2009).

À luz dos princípios da *Urbanização Planetária*, a *região* e outras sub ou supra escalas de *formas territoriais* são uma extensão dos custos, consequências e contradições do desenvolvimento desigual (Peck, 2017). Quanto mais multiescalar e multinível for a *objetificação territorial*, mais precisos serão os limites territoriais e identitários. Isto potencia a ramificação da competição territorial o que, por fim, significa a multiplicação de práticas de inclusão e exclusão. A União Europeia tem vindo a reafirmar a importância de um ordenamento territorial multiescalar para reduzir as desigualdades espaciais e a exclusão social e económica (Soja, 2010), mas Ferrão adverte também:

[A]s formas de governança multi-escala, tão relevantes, por exemplo, no contexto da União Europeia, exigem que se preste particular atenção à componente “escala geográfica” no modo como distintos actores – internacionais, comunitários, nacionais, regionais e locais – se organizam, repartindo atribuições e competências, decisões e iniciativas, ou como recorrem ao uso das escalas para, como afirma Charnock (2010), construir novas e sucessivas formas de hegemonia. (2010, p. 103)

A proposta de descentralização veiculada pela *Urbanização Planetária* pressupõe que a urbanização seja teorizada como um *processo* e não como um *lugar*.

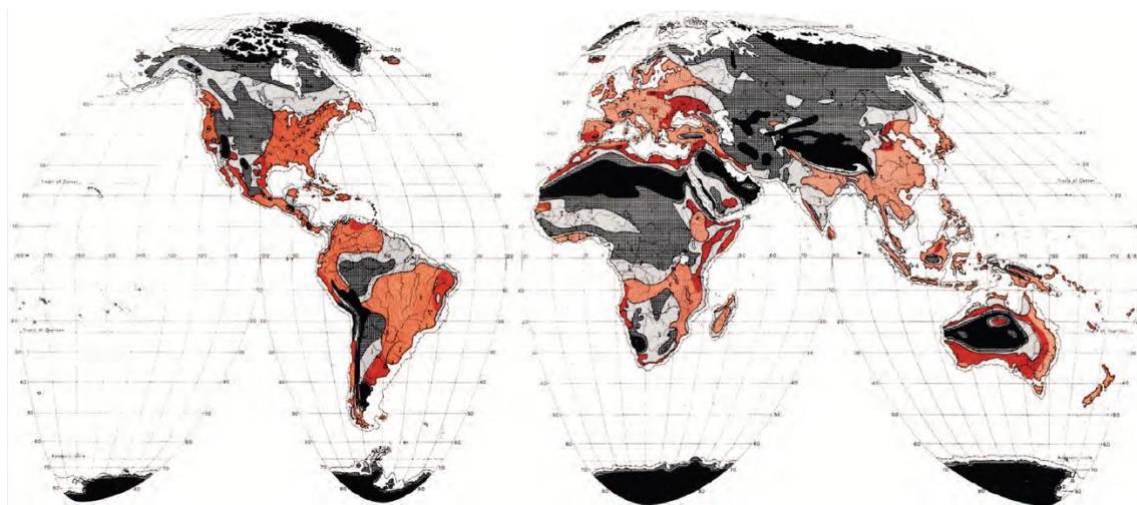
1.2.3. (Fim) Leituras estatísticas

Decorrente das duas leituras anteriores, foram sendo adotadas conceptualizações da urbanização baseadas em operações estatísticas, às quais a *Urbanização Planetária* também se opõe. Esta abordagem foi impulsionada pela Organização das Nações Unidas quando na década de 50 começou a produzir análises da urbanização baseadas na concentração de população. Estudos que desencadearam a célebre afirmação *Mais*

de metade da população mundial vive em cidades. (Brenner, 2013) Brenner e Schmid catalogam esta tendência, que se afirmou tanto na comunidade acadêmica quanto na jornalística, como *urbanismo tecnocientífico* – estudos urbanos que pressupõem a mobilização de ferramentas das ciências naturais, matemática e de interpretação de *big data* para analisar e prever padrões de urbanização. (2015, p. 156)

Katsikis defende que os trabalhos de Constantinos Doxiadis e de Buckminster Fuller foram pioneiros nesta abordagem. Exploram a aplicação da ‘cibernética, teorias sistêmicas, programação linear e modelação computacional’ no estudo dos padrões de urbanização, tendo como foco o impacto ambiental do aumento de população, industrialização e desenvolvimento tecnológico. Esta abordagem surge como uma alternativa aos estudos descritivos, historicistas e localizados, que veiculavam os princípios da Escola de Chicago, marcando a transição para uma leitura da urbanização mais descentralizada e difusa – uma leitura planetária interconectada. (2014b)

Figura 18 – *Ecumenpolis*, Doxiadis, 1974 - Composite habitability of the globe in 2100



FONTE: Katsikis, 2014, p. 7

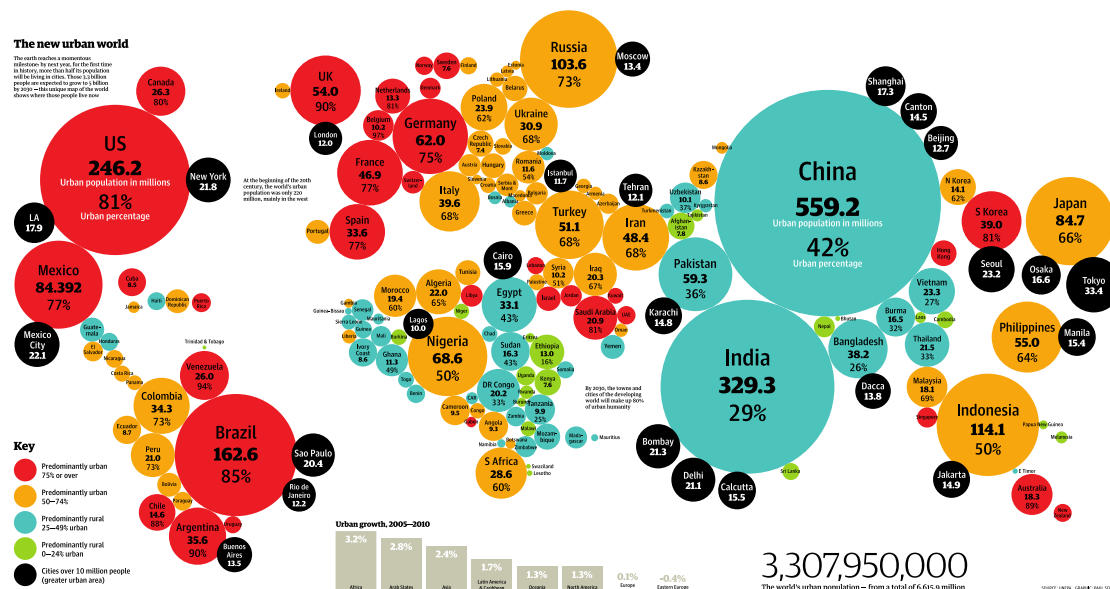
Mas, apesar de o trabalho de Doxiadis e Fuller enfatizar a interdependência global dos problemas humanos e ambientais, omite os conflitos sociais e geopolíticos derivados dos processos de migração, alocação de recursos e organização territorial à escala global. Katsikis defende que a abordagem destes autores expressa um ‘determinismo

tecnológico simplista’, assente na visão positivista e ilusória de que os problemas socioespaciais complexos podem ser resolvidos através de códigos e variáveis computacionais baseados apenas no ‘conhecimento universal de ‘peritos’ e ignorando os contextos e os conflitos económicos, sociais e políticos. (Katsikis, 2014b, pp.483-484)

Atualmente, as representações mais populares desta abordagem reduzem o trabalho de Doxiadis e Fuller – os valores absolutos, percentagens, estimativas e projeções em que se sustentam derivam essencialmente dos census nacionais e de avaliações locais da aplicação de *objetivos de desenvolvimento sustentável* genéricos. Expressão máxima do *nacionalismo metodológico* e das suas sub-classificações administrativas. Estas leituras estatísticas do território, profundamente ancoradas na objetificação das configurações socioespaciais e redutoras dos processos globais de urbanização em curso, são apelidadas por Brenner e Schmid (2013) de “state-istics”.

O mapa do *Novo Mundo Urbano* (Figura 19), publicado pelo The Guardian em 2017, espelha o conhecimento quantitativo da urbanização, composto por camadas sobrepostas de objetificação, divisão, tipificação e quantificação da urbanização:

Figura 19 – The new urban world, Paul Scruton, 2007



FONTE: Urban Theory Lab–GSD, 2014, p. 463

[T]he use of nationally specific census definitions, based on arbitrary population thresholds, to define urban areas; the embrace of a rigid urban/rural divide to classify national settlement space; the understanding of urbanization as a property of national territories; and the reduction of urbanization to a simple percentage level. Additionally, through its graphic emphasis on cities with very large populations, the map also advances the popular view of urbanization as a process expressed paradigmatically in the formation of ever larger megacities. (Urban Theory Lab, 2014, p. 462)

Brenner e Schmid não negam o crescimento da população e a sua constante reorganização no território, no entanto, defendem que a codificação do território mundial com base na demografia urbana é uma simplificação falaciosa dos processos de urbanização em curso. Além de os reduzir a estatísticas, ao basear-se nos census nacionais, compara valores recolhidos segundo critérios e definições de *urbano*, *cidade*, *campo*... substancialmente diferentes – “China’s level of urbanization in 1999 could have been 24%, 31% or 73% depending on which of three official definitions of urban populations was used...” (2013, p. 11 APUD Satterthwaite, 2010, p. 84)

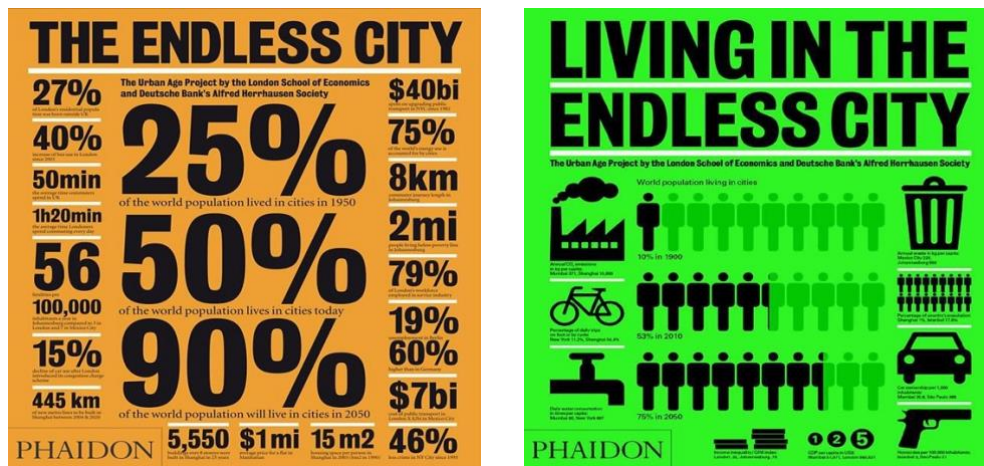
Esta visão tecnocientífica da urbanização e da sociedade é comumente apresentada como o método racional e científico necessário à resolução dos complexos problemas globais. As *smart cities* são uma das materializações socioespaciais desta ideologia, incorporam novos modelos de controle espacial, processamento e visualização de dados como ferramentas de resolução dos problemas de governação urbana (Brenner & Schmid, 2015, p. 157). Mas, tal como Katsikis defende, o *urbanismo tecnocientífico* é também um instrumento político normativo, que neutraliza política e socialmente a urbanização e trata o futuro da humanidade como um processo administrativo(2014b).

1.2.4. (Fim) Era Urbana

Todas estas leituras – dicotómicas, objetificadas e estatísticas – dão corpo aos estudos da *Era Urbana*. Estes elegem a *cidade* como o único e *ideal* palco de observação, teorização e materização de todos os seus princípios, reduzindo a urbanização a uma única forma e categoria universal, empiricamente evidente, replicada por todo o mundo – a cidade. (Brenner & Schmid, 2015) O *modelo territorial da Era Urbana* eleva

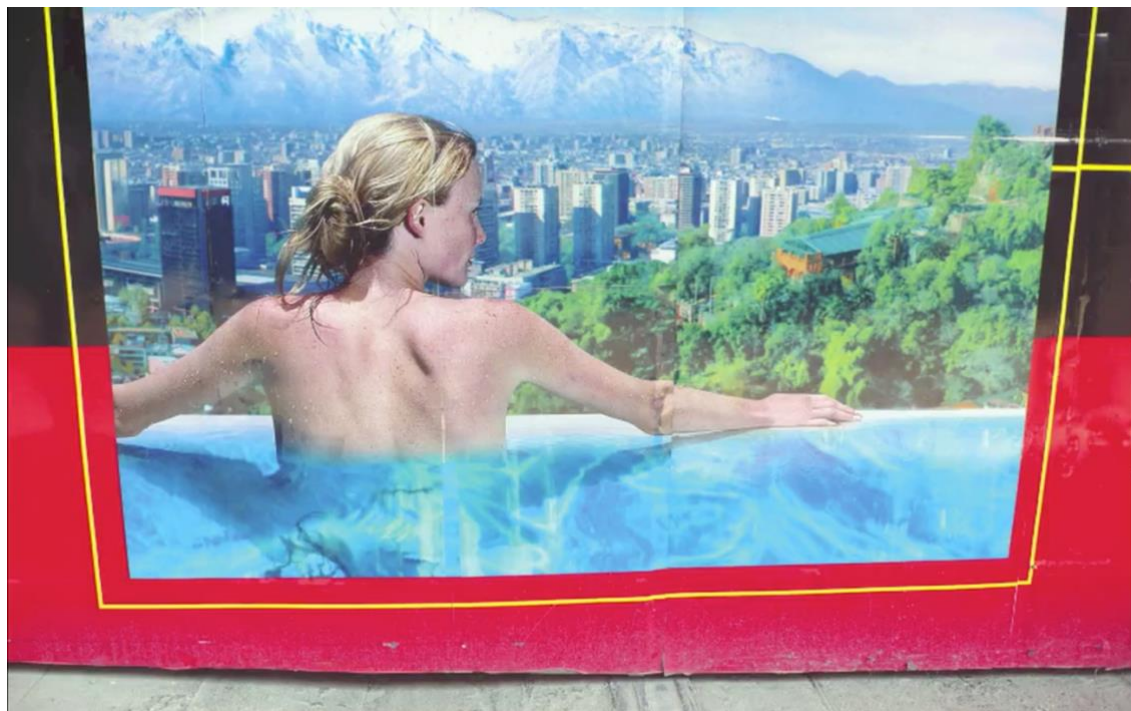
a cidade a manifesto destino da humanidade (Marot, 2019a), onde toda a população mundial se concentra(rá), assim como todos os problemas e todas as soluções. Este *fetiche* ideológico serve enfim de base aos discursos e representações universalistas, megalómanas e triunfalistas da urbanização e do *Sonho Urbano*.

Figura 20 – *The Urban Age as a branding device*, Burdett and Sudjic, 2006 e 2010



FONTE: Brenner & Schmid, 2013, p. 3

Figura 21 – *Outdoor* – Justine Graham, 2011 – propaganda de novo edifício, Santiago de Chile



FONTE: (J. Graham, 2011)

Consultando a definição de urbano no dicionário da língua portuguesa, verifica-se a persistência generalizada da associação entre *urbano* e *cidade*, sendo a cidade uma espécie de versão socioespacial mais evoluída face ao restante território. Em *urbano* pode ler-se: “adjetivo: 1. que diz respeito à cidade; 2. próprio de cidade; 3. diz-se do prédio para habitação (por oposição a prédio rústico); 4. figurado cortês; polido; civilizado. adjetivo, nome masculino: que ou pessoa que vive na cidade.” É também apresentado um conjunto de sinónimos e antónimos que merecem reflexão: “SINÓNIMOS: afável, cidadão, citadino, civilizado, cortês, delicado, gentil, polido; ANTÓNIMOS: agrário, aldeão, campesino, campestre, rústico”. (Infopédia, sem data)

Figura 22 – *Cigarette break painting*, Banksy, 2019



FONTE: artofthestate.co.uk

As definições variam com o contexto e têm impacto no contexto – ajudam a clarificar, construir, legitimar, disseminar e naturalizar visões particulares de organização socioespacial que privilegiam certos elementos do processo urbano enquanto excluem e negligenciam outros (Brenner & Schmid, 2015, p. 164). Esta definição é condutora do *methodological cityism* dos estudos urbanos – generaliza-o na esfera pública e

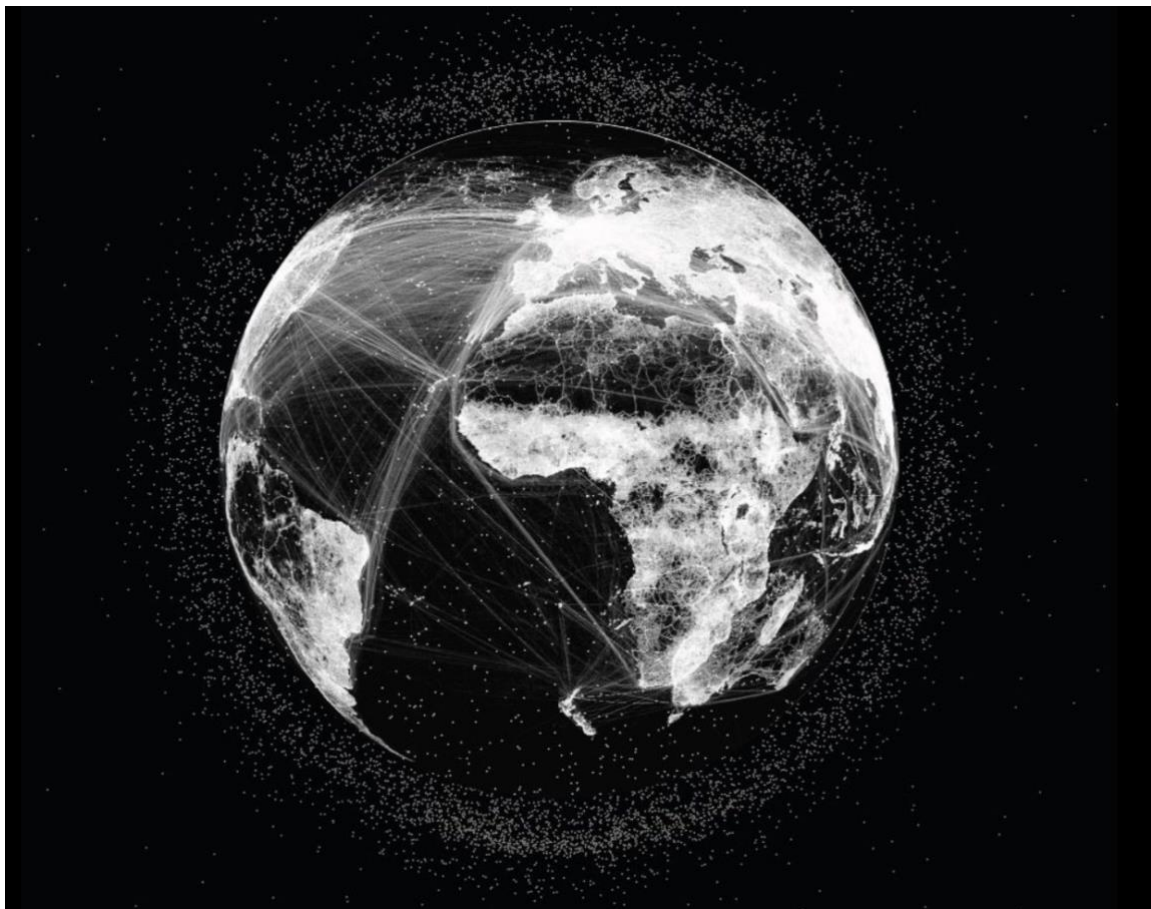
extrapola-o ao atribuir-lhe um sentido figurado. Prolifera, subversivamente, um conjunto de contradições e discriminações estruturais do *Sonho Urbano*.

Assim, defendendo que estas leituras são lentes redutoras, falaciosas e ilusórias das dinâmicas emergentes da urbanização global, que bloqueiam novos imaginários coletivos, a *Urbanização Planetária* intervém pelo fim dos estudos da *Era Urbana*.

1.3. O urbano é um processo, não um lugar

[T]he sociospatial relations of urbanism that were once apparently contained within these units now exploded haphazardly beyond them, via the ever thickening commodity chains, infrastructural circuits, migration streams and circulatory-logistical networks that today crisscross the planet (Brenner, 2014b, p. 16)

Figura 23 – *Planetary Urbanization*, Daniel Ibañez e Nikos Katsikis, 2015



FONTE: gsd.harvard.edu

Brenner e Schmid defendem que o *urbano* deve ser teorizado como um processo e não como uma forma, uma categoria, uma tipologia, ou um lugar. Posto isto, não sendo um objeto empírico, a demarcação do *urbano* só pode ocorrer através de um processo de abstração teórica e conceptualização. (2015)

Esta premissa foi inicialmente exposta por Lefebvre ([1970] 1991), ao defender que a urbanização não é reduzível à sua extensão física ou populacional – representa um ‘campo-em-formação-e-mutação multifacetado’ (Kipfer, 2014, p. 290). Brenner e Schmid definem o *urbano* como um processo de transformação socioespacial, dinâmico, variado, multiescalar e com uma evolução histórica. Materializa-se em ambientes construídos e estruturas socioespaciais, mas destrói-os continuamente. Os *lugares urbanos*, aparentemente estabilizados, são apenas materializações temporárias de contínuas transformações socio-territoriais. (2015)

1.3.1. Fábrica da Urbanização: o urbano

Na sequência do contínuo trabalho dedicado à problematização da urbanização contemporânea, Brenner e Schmid (2015) apresentam uma proposta-em-aberto para uma *nova epistemologia da urbanização*. Os autores conceptualizam a urbanização enquanto uma *fábrica*, que opera segundo três *momentos da urbanização* e três *dimensões da urbanização*.

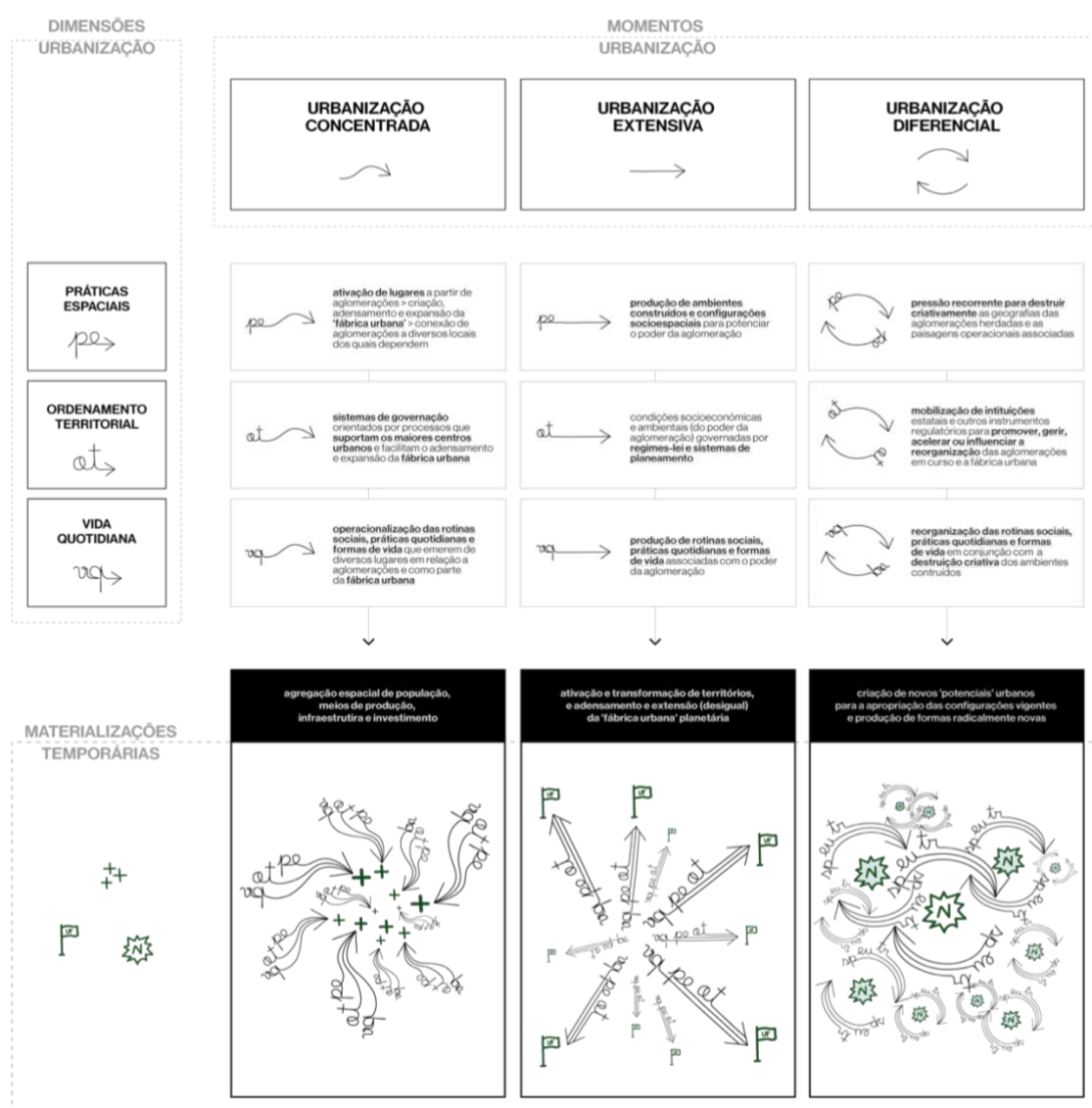
Dimensões da urbanização:

- *Práticas espaciais*: produção de ambientes construídos e transformações socioespaciais, através da intensificação do uso do solo e do adensamento das infraestruturas de conexão;
- *Regulamentação territorial*: regulamentação da apropriação do trabalho, terra, alimentação, água, energia e recursos materiais, e planeamento e gestão dos investimentos no ambiente construído e redes infraestruturais.
- *Vida quotidiana*: experiências sociais – uso, apropriação e transformação do espaço, através das práticas diárias e de conflitos sociais.

Momentos da urbanização:

- *Urbanização concentrada*: agregação espacial de população, meios de produção, infraestrutura e investimento;
- *Urbanização Extensiva*: ativação e transformação de territórios marginalizados e extensão da fábrica urbana;
- *Urbanização Diferencial*: destruição incessante da organização socioespacial e produção de novos 'potenciais urbanos';

Figura 24 – *Fábrica da Urbanização segundo Brenner e Schmid, Sara Neves, 2020*



FONTE: arquivo próprio

Este quadro conceitual assenta na produção teórica neo-marxista do século XX. Herda dois conceitos-chave: *implosão-explosão* de Lefebvre e *destruição criadora* de Harvey¹.

Lefebvre utilizou a expressão *implusão-explosão* para problematizar o vínculo entre as formas capitalistas de aglomeração e de expansão territorial. Inicialmente usou-o para descrever a destruição das cidades mercantis Europeias (implosão) e a sua expansão territorial para a periferia formando megalópoles (explosão), mas, mais tarde, aplicou-o também a transformações territoriais mais vastas (Brenner, 2014b). A proposta epistemológica de Brenner e Schmid apropria-se do conceito *implusão-explosão* para expressar o mesmo princípio de mutualidade constitutiva entre o adensamento e a expansão territorial, no entanto, teoriza-o face os resultados da sua aceleração e intensificação. Hoje, novas e mais extremas formas de ocupação territorial, resultam na total ocupação do planeta pela fábrica da urbanização – *a urbanização planetária*.

Mas, para Brenner e Schmid (2015), a *Urbanização Planetária* não se exprime apenas através desta dinâmica bi-direccional. O crescimento da fábrica urbana é intensificado pela *destruição criadora*, princípio da *urbanização diferencial* que potencia constantemente a apropriação das configurações urbanas vigentes e a (re)produção de formas de espaço urbano radicalmente novas. Em suma, a proposta destes autores é a reorganização de conceitos pré-estabelecidos, que permitam conceptualizar o *urbano* contemporâneo: um processo cíclico de *implosão-explosão-destruição*, *criador* de novas configurações socioespaciais temporárias.

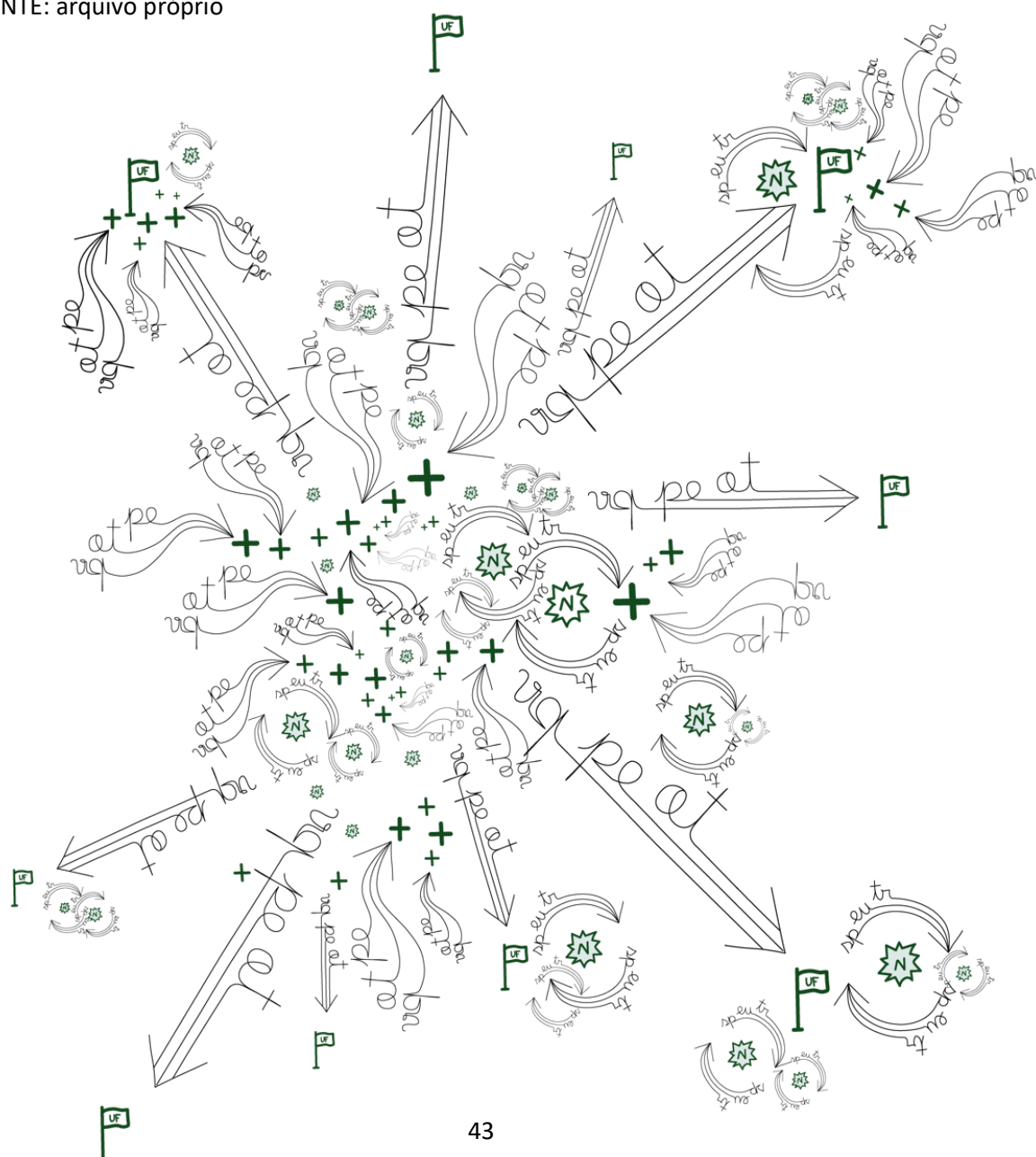
Brenner e Schmid instigam à mudança de foco dos estudos que atualmente se dedicam apenas aos *momentos de urbanização concentrada*, reproduzindo leituras parciais e por isso falaciosas do processo de urbanização contemporâneo. A *fábrica urbana* é multidimensional e, por isso, deve ser compreendida de forma interligada simultaneamente a partir de todos os seus momentos e dimensões. Brenner e Schmid salientam que as componentes da *fábrica urbana* só são distinguidas analiticamente

¹ O conceito de *destruição criadora* (ou *destruição criativa*) foi criado pelo economista Joseph Schumpeter a partir de Marx, mas é apropriado e adaptado por Harvey aos estudos urbanos.

enquanto base epistemológica, para auxiliar o processo de superação dos pontos cegos dos modelos da *era urbana*. Tal como o urbano, os *momentos de urbanização* também não são objetos empíricos, observáveis isoladamente. Todas as componentes da *fábrica urbana* articulam-se numa sinergia em que cada componente é a ignição da outra, constitui a outra e é embebida pela outra. As configurações espaciais, representadas como entidades fixas, são apenas materializações temporárias deste processo de transformação ininterrupto. Os *momentos* e as *dimensões* são componentes mutuamente constitutivas do processo *urbano planetário*.

Figura 25 – Urbanização Planetária, ou O Urbano, Sara Neves, 2020

FONTE: arquivo próprio



A teoria da Urbanização Planetária destaca então a importância de se problematizar o *urbano* em vez de a cidade (Roy, 2015), a metrópole, a região, a nação...

Have the everyday social relations, inter-firm networks, labor markets, built environments, infrastructural corridors and socioenvironmental footprints associated with such densified clusters now been extended, thickened, superimposed and interwoven to forge what Jean Gottmann once vividly described as an “irregularly colloidal mixture of rural and suburban landscapes” on national, international, continental and even global scales? And, to the degree that all this is indeed occurring, in a world in which “the city is everywhere and in everything,” shouldn’t the inherited understanding of the urban as a distinctive settlement type be abandoned, or at least be radically reconceptualized? (Brenner, 2014b, p. 16)

Brenner e Schmid (2015) propõe então que o *urbano* e as suas variadas geografias sejam teorizados a partir das dinâmicas mutuamente constitutivas da *fábrica urbana*. Isto significa conceptualizar cada manifestação *urbana*, independentemente da escala, forma e localização da sua materialização, enquanto um processo planetário que envolve *concentração e extensão, destruição e criação*. (Figura 25)

O *urbano* enquanto um processo de transformação socioespacial intenso, diferenciado e contínuo, com uma escala territorial planetária que espelha a interconectividade mundial. Um processo de constante inovação na produção socioespacial, que simultaneamente colide e transforma as práticas espaciais, a regulamentação do território e a vida quotidiana existentes. É um processo em que os centros de aglomeração e os territórios operacionais, articulados com os princípios de obsolescência e renovação do sistema capitalista global, transformam mutuamente e de forma continuada as configurações socioespaciais. (Brenner, 2014b)

The urban is thus no longer defined in opposition to an ontological Other located beyond or ‘outside’ it, but has instead become the very tissue of human life itself, at once the framework and the basis for the many forms of sociospatial differentiation that continue to proliferate under contemporary capitalist conditions. (Brenner & Schmid, 2015, p. 174)

1.3.2. O urbano: interface do capitalismo global

A teoria da Urbanização Planetária parte do pressuposto que o *urbano* é, acima de tudo, um processo de aglomeração de capital. Expansão, densificação e reconstrução urbana, (re)organização da propriedade, conectividade das infraestruturas e transformações socio-metabólicas, são instrumentos de mercantilização do território (Brenner & Schmid, 2015). O urbano não é apenas um ‘contentor’ de operações de acumulação, é um meio de acumulação *per se*. (Peck, 2017) Este princípio também foi amplamente explorado pelos teóricos neo-marxistas do século XX. Henri Lefebvre (1991) defendia que o espaço era (re)produzido através das dinâmicas e contradições do capitalismo, funcionando como ligação entre as estruturas globais de governação e a vida quotidiana. Mas, a proposta de Brenner é tão urgente quanto antes, dada a incessante capacidade da urbanização capitalista de se reinventar e reconfigurar constantemente os processos socioespaciais.

While Lefebvre elsewhere insisted on the articulation of multiple rhythms, both cyclical and linear, in different parts of urban Europe, his work does not paint a global comparative picture of such temporal multiplicity (Kipfer, 2014, p. 293)

Brenner considera que assistimos a uma intensificação, aceleração e expansão territorial das formas de crescimento capitalista sem precedentes. A urbanização capitalista global é um fenómeno que teve início no período pós-80s, impulsionado pela neoliberalização da economia global, a revolução digital, a flexibilização dos processos de produção, a generalização das redes de produção globais, e a consequente criação de novas formas e escalas de governação, baseadas na economia de mercado (Brenner & Schmid, 2015). A *destruição criadora* é uma parte vital deste processo – assenta na obsolescência e mudança, ou seja, no valor económico da destruição, sendo por isso uma das ferramentas de operacionalização e reprodução da urbanização capitalista.

Capital has periodically to break out of the constraints imposed by the world it has constructed. It is in mortal danger of becoming sclerotic. The building of a geographical landscape favourable to capital accumulation in one era becomes a fetter upon accumulation in the next. Capital therefore has to devalue much of the fixed capital in the existing geographical landscape in order to build a wholly new landscape in a

different image... [C]apital creates a geographical landscape that meets its needs at one point in time only to have to destroy it at a later point in time to facilitate capital's further expansion and qualitative transformation. Capital unleashes the powers of "creative destruction" upon the land." (Peck, 2017 APUD Harvey, 2014, p. 155)

A *urbanização planetária* é por isso o produto cumulativo destes vários ciclos *urbanos* que, principalmente desde meados do século XIX, foram reformulando continuamente as geografias globais sob os princípios do capitalismo (Brenner & Schmid, 2015).

Brenner defende que o *urbano* extravasou os limites territoriais das anteriores estratégias de colonização capitalista, e que atualmente assistimos à *neo-Haussmannization* mundial, com expressões como as paisagens de extração de petróleo (Figura 3), no Canadá (Brenner, 2014b, p. 27). Recuperando as fotografias de Lenz, questiona-se então, como é que uma paisagem como esta (Figura 26) – despovoada, mas massivamente transformada e com um nível de poluição dos mais altos da América do Norte – pode ser considerada *não-urbana*?

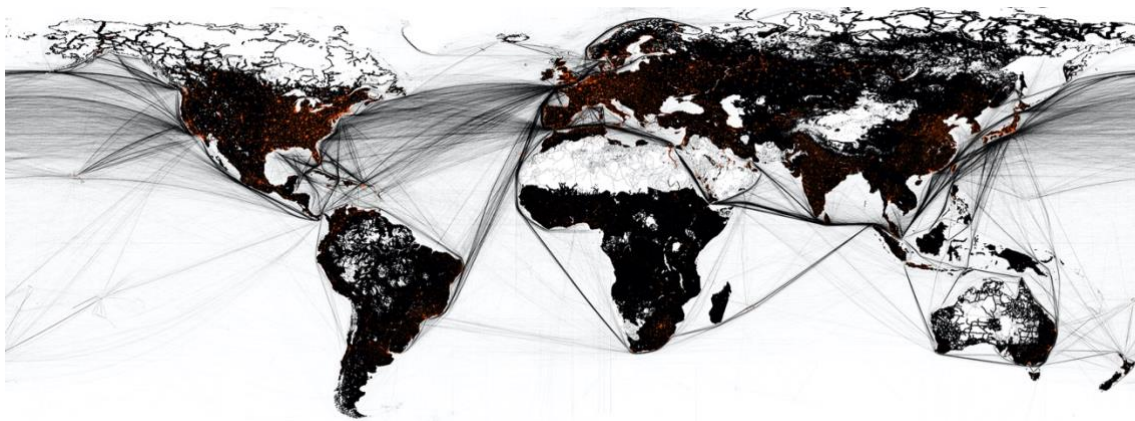
Figura 26 – *Chemical Valley*, Garth Lenz, 2005 – Lugar onde se concentra a maioria da produção petroquímica do Canadá



FONTE: garthlenz.com

A urbanização contemporânea é um processo antagônico que pressupõe a extração e operacionalização de grandes territórios marginalizados, para suportar a contínua aglomeração de capital, trabalho e infraestruturas em espaços nodais. Estes territórios, que Brenner apelida de *operational landscapes*, permanecem ocultos (ou intencionalmente obscurecidos) devido à obsessão dos estudos urbanos pelos núcleos de aglomeração. Como Brenner e Katsikis (2020) tentam provar (Figura 27), as zonas de aglomeração constituem apenas uma minúscula percentagem da *área operacional* do planeta. A maioria é dedicada à produção de bens de primeira necessidade (floresta agricultura, pastoreio), à extração de recursos, logística e eliminação de resíduos.

Figura 27 – *Operational landscapes*, Brenner and Katsikis, 2020 – Justaposição das aglomerações metropolitanas (vermelho) e a ‘área operacional’ total (preto e cinzento)



FONTE: Brenner & Katsikis, 2020, p. 26

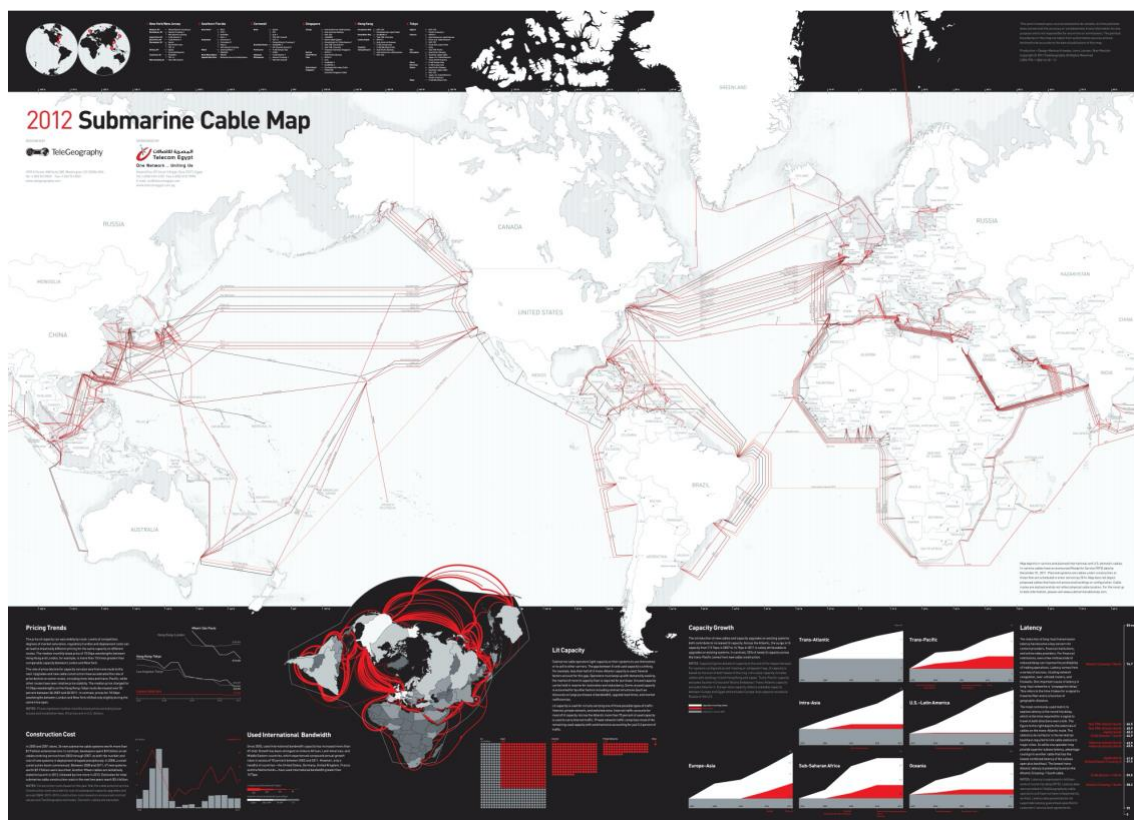
[Project] aggressively the urban practices, institutions, infrastructures and built environments into and across the erstwhile non-urban realm, annihilating any transparent differentiation between city and countryside, and linking local and regional economies more directly to transnational flows of raw material, commodities, labor and capital. (Brenner, 2014b, p. 17)

A urbanização capitalista global já alcançou a total operacionalização do planeta, incluindo o espaço terrestre, subterrâneo, oceânico e atmosférico. (Figura 28)

Qualquer ‘geografia da urbanização capitalista’ é necessariamente global, uma vez que está interconectada mundialmente através da economia da extração, produção e

circulação de recursos (Urban Theory Lab–GSD, 2014). Com base neste argumento, os urbanistas planetários defendem que o urbano não é um lugar, mas um processo planetário, na medida em que a maioria, se não todo o território do planeta, serve os interesses e o estilo de vida da urbanização capitalista. (Shaw, 2015)

Figura 28 – 2012 Submarine Cable Map, TeleGeography, 2012 – Cartografia apresentada por Neil Brenner para representar a extensão mundial das *paisagens operacionais*

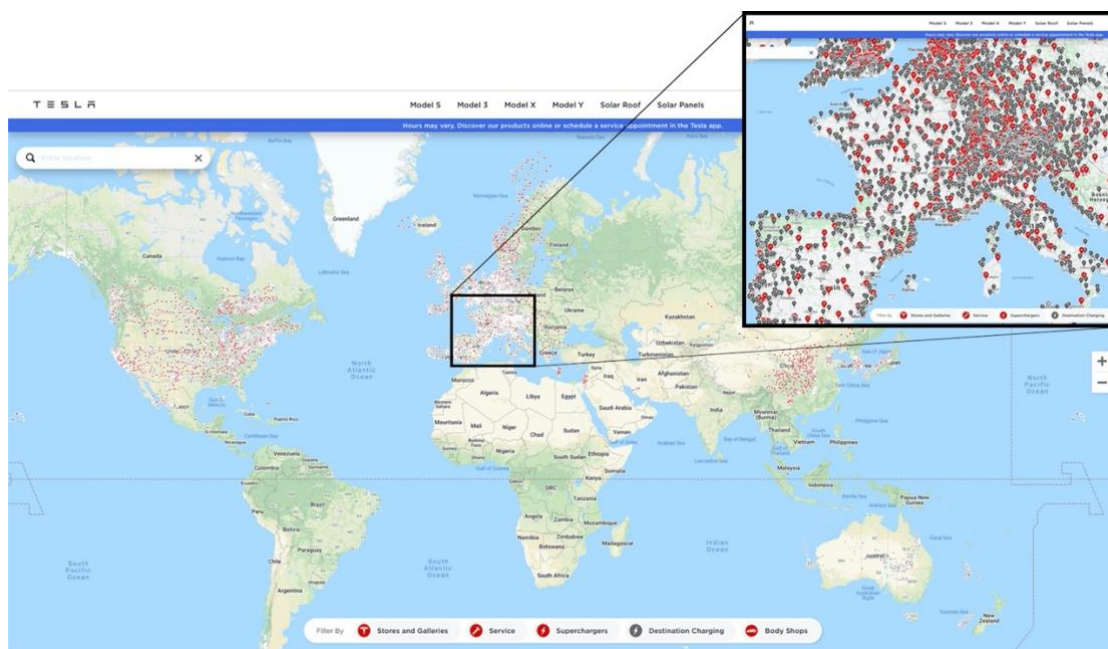


FONTE: urbantheorylab.net

Posto isto, os urbanistas planetários defendem ser urgente reimaginar o significado de ‘urbano’ tanto na teoria como na prática. Impõem nomeadamente a construção de teorias e cartografias que situem e analisem estas *paisagens operacionais* – “os seus sistemas de ocupação do solo, os seus regimes de propriedade, as suas formas de governação, o seu impacto ecológico, e a rápida transformação da sua fábrica social – vitais à compreensão da condição urbana contemporânea” (Brenner, 2014b, p. 28).

Teorias e cartografias que problematizem não só os *momentos de urbanização*, mas também as suas *dimensões* – a *vida quotidiana*, as *práticas espaciais*, e a *regulamentação do território* – nomeadamente a forma como estas são instrumentalizadas pelos regimes de acumulação capitalista. Os alertas de Harvey sobre a promiscuidade entre o Estado e os mercados financeiros, hoje traduzem-se na completa financeirização das várias esferas socioespaciais públicas e privadas – a crescente influência dos mercados financeiros no planeamento, nas lógicas de edificação e nas atividades sociais e económicas quotidianas. (Mendes, 2020)

Figura 29 – *Tesla locations*, Tesla, 2021 – Localização de lojas, pontos de carregamento (produzido e geridos exclusivamente pela Tesla) e outros serviços de apoio ao cliente



FONTE: tesla.com

Os processo de *extensão* da urbanização também se manifestam na dispersão do poder (Domingues, 2008). O *poder urbano*, tal como as configurações socioespaciais, perdeu a sua forma, localização e limites definidos e empiricamente identificáveis. As geografias da governação urbana do século XXI também diferem das do capitalismo industrial – já não estão confinadas a um enquadramento territorial de poder estatal (Brenner & Schmid, 2015). São dispersas, interconectadas e planetárias. (Figura 29) No

Jonas, 2018, p. 2) e medeiam a apropriação dos recursos, os conflitos territoriais e sociopolíticos, e os desastres socioecológicos. (Katsikis, 2014)

Roy (2009) considera ser a mudança do mapeamento das *world cities* para a histórica análise dos *world systems*. Será um *methodological linkism*? Certo parece-nos ser que, a *metodologia de leitura* oferecida pelos autores da Urbanização Planetária, permite descobrir uma variedade de *expressões urbanas* que eram tradicionalmente excluídas das considerações analíticas dos urbanistas (Wilson & Jonas, 2018).

Figura 31 – *A Fear of Satellites That Outnumber All Visible Stars*, Marco Langbroek, Maio 2019 – Constelação de satélites da Starlink vistos na Holanda, 24 horas depois de terem sido lançados pela empresa SpaceX de Elon Musk



FONTE: [nytimes.com/2019/06/01/science/starlink-spacex-astronomers.html](https://www.nytimes.com/2019/06/01/science/starlink-spacex-astronomers.html)

A tarefa prioritária dos nossos tempos parece ser apanhar as canas dos foguetes da festa planetária. Simultaneamente, tal como Brenner (Urban Theory Lab, sem data), talvez possamos começar a *vizualizar virtualmente* as futuras consequências dos foguetes que hoje começam a ser lançados para o Espaço. Cairão estas canas no Espaço? Não cremos. Iremos* apanhá-las aqui também, planetariamente.

* Aqueles que não alcançarem o *sonho extraterreste*.

1.3.3. O urbano: desenvolvimento territorial desigual

Por fim, o resultado observável da *fábrica urbana* é a acentuação da diferenciação e da polarização das condições socioespaciais. O urbano é, em última instância, um processo de desenvolvimento territorial desigual. (Brenner & Schmid, 2015)

O desenvolvimento territorial desigual pressupõe a interdependência entre criação de riqueza e geração de pobreza – condição vital da urbanização capitalista. Estas relações territoriais polarizadas entre espaços sociais dominantes e dominados, assentam no que Lefebvre descrevia como fenómeno da *centralidade* – produção de diferença, entre centro e periferia, usada como uma força de dominação e um recurso de oposição aos movimentos sociais. (Kipfer, 2014) É um desenvolvimento cíclico que assenta nas desigualdades socioespaciais existentes, que tornam possíveis consequentes rondas de revalorização do território desvalorizado. Para Peck (2017) o desenvolvimento territorial desigual tem um papel estratégico na reprodução dos regimes de acumulação de capital, dominação política e exclusão socioespacial. É simultaneamente um motor e uma expressão das suas contradições:

A foundational concept in political-economic geography, as well as a stubborn fact of life, uneven regional development refers not just to geographical inequality but to the mutual interdependence of localized growth and decline, to exploitative relations between regions of the core and the periphery, to conjuncturally specific positions within spatial divisions of labor, and to qualitatively differentiated modes of dis/connection to global value chains. (Peck, 2017, p. 1)

A condição urbana global, que os urbanistas planetários afirmam ser urgente problematizar, é a progressiva assimetria socioespacial entre incluídos e excluídos.

1.4. Nova epistemologia da urbanização

[W]e may criticize planetary urbanization, even be deeply suspicious of its specifics, but its goal of problematizing understandings of urbanization and formulating a flexible set of propositions to comprehend this process are admirable. (Wilson & Jonas, 2018, p. 1)

1.4.1. Epistemologia reformista?

A teoria da Urbanização Planetária é uma rede conceptual complexa que se constroi a partir das reflexões de vários autores. A coletânea de textos *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*, editada por Neil Brenner (2014a), é bastante representativa desse conjunto.

Uma das críticas mais recorrentes à teoria da Urbanização Planetária é que esta reproduz os pensamentos dos urbanistas neo-marxistas da segunda metade do Século XX, nomeadamente de Henri Lefebvre e David Harvey, de Edward Soja e Manuel Castells, e ainda Neil Smith (Catterall & Wilson, 2014; Giroud, 2015; Shaw, 2015; Ruddick et al., 2017; Oswin, 2018). De facto, a teoria da Urbanização Planetária deriva deste pensamento revolucionário, especialmente do de Henri Lefebvre. Mas Brenner e Schmid – assim como os restantes autores que compõe esta teia conceptual – assumem explicitamente esse posicionamento. A antologia *Implosions/Explosions* é prova dessa assumida atitude reformista, corroborada por Brenner ao afirmar: “[T]he influence of Lefebvre’s work is omnipresent in the present volume” (2014b, p. 29).

A tese da Urbanização Planetária assenta no que Lefebvre (1991 [1970]) antecipou como a ‘completa urbanização da sociedade’. No entanto, anteriormente, autores como Frank Loyd Wright, Ebenezer Howard, Patrick Geddes, Constantinos A. Doxiadis, R. Buckminster Fuller, Jean Gottmann ou Melvin Weber, também já debatiam a escala global da urbanização, apoiados em fenómenos concretos – como o crescimento exponencial da população, os processos de ordenamento do território, a metamorfose da ‘cidade para o urbano’, o consumo de recursos finitos, o desenvolvimento desigual, ou degradação ambiental – e em casos específicos – como o desenvolvimento socioterritorial de Londres no início do Século XX empreendido por Geddes, e da costa Leste dos USA por Gottman (Domingues, 2008; Katsikis, 2014b). Lefebvre distancia-se desses autores por criticar o determinismo tecno-científico das suas leituras e das soluções que propunham para estabelecer eficazmente o mundo como um todo (Katsikis, 2014). Em oposição, inspirando-se nas teorias marxistas, Lefebvre centra a discussão nas relações de poder, desigualdades e contradições do capitalismo, assumindo uma visão politico-económica da condição global da urbanização – “Space

is not a scientific object removed from ideology or politics; it has always been political and strategic” (Lefebvre, 1976, p. 170 APUD Katsikis, 2014).

O objeto de estudo desta *nova* epistemologia não é novo. O poderoso *kit* de ferramentas teóricas Marxistas, Weberianas, Lefebvrianas, Braudelianas utilizadas, também não (Walker, 2015). No entanto, se a proposta epistemológica de Brenner e Schmid é mais reformista do que revolucionária, parece-nos ser o reformismo necessário para o nosso tempo.

Qual é então a pertinência desta proposta e a sua utilidade na desmistificação do *Sonho Urbano* contemporâneo? Em primeiro lugar é útil porque a conexão que Lefebvre estabelece, entre a produção do espaço e a produção do mundo, é uma base essencial a qualquer reflexão sobre a urbanização global (Kipfer, 2014). Em segundo, porque o prenúncio de Lefebvre é hoje um facto consumado, e por isso merece uma nova leitura. Em terceiro, porque esta nova epistemologia se ergue em nome do combate aos atuais discursos urbanos triunfalistas, ou seja não comunica apenas com os seus atepassados, mas também com os conterrâneos a que se opõe.

A completa urbanização da sociedade foi visualizada por Lefebvre como um ‘objeto virtual – uma condição emergente em vez de uma realidade atualizada’ (Brenner, 2014b, p. 17). Apenas nos anos 80, num dos seus últimos textos, Lefebvre sugere que o ponto crítico da urbanização global tinha sido cruzado e que portanto a ‘planetarização do urbano’ estaria a ser realizada na prática (Brenner, 2014b). O legado de Lefebvre é um recurso vital para decifrar o *urbano* à escala mundial, mas a sua visão também era, apesar de tudo, bastante ancorada na realidade da Europa Ocidental (Kipfer, 2014).

Atualmente, as desigualdades, conflitos e riscos desencadeados pela violenta transformação do ambiente construído, antevistas por Lefebvre (Brenner, 2014b), manifestam-se de infinitas e diferenciadas formas, escalas e territórios. Perante a constatação do desajuste dos modelos explicativos atuais (Domingues & Fernandes, 2016), Brenner e Schmid propõem uma nova epistemologia urbana que norteie o estudo da diversidade, complexidade, conectividade e interdependência das manifestações contemporâneas que confirmam a profecia de Lefebvre, e extenda o campo de atuação e o impacto da teoria urbana crítica (Oswin, 2018).

1.4.2. Epistemologia ideológica?

Paralelamente, Giroud (2015) acusa Brenner de fazer crítica política e de apresentar uma tese com fundações ideológicas estratégicas.

[The] proposition is that the urban is an independent process from capitalism, state formation or other key structures of social life. On this, I am in full agreement, and I am surprised it wasn't among the authors' opening theses, given that it is the foundational declaration of urban studies. (...) Indeed, there is a good case to be made for urbanism being of much older provenance than either capitalism and even older than states (Kenoyer 1998). (Walker, 2015)

Estas críticas alicerçam-se principalmente no facto de a teoria da Urbanização Planetária assumir o *urbano* como uma interface do projeto capitalista global. Mas, usurpando o argumento de Peck (2017, p. 20) relativo ao desenvolvimento territorial desigual: essa afirmação parece ser mais um axioma teórico contemporâneo do que uma leitura empírica ideológica. Os urbanistas planetários não conceptualizam o *urbano* como uma entidade homóloga do capitalismo – defendem que o *urbano* foi colonizado pelos domínios do neoliberalismo e que as relações socioculturais e político-económicas estão enredadas (Brenner & Schmid, 2013).

As I have tried to show, urbanism is a mask and a tool: a mask for the state and political action, a tool of interests that are dissimulated within a strategy and a sociologic. Urbanism does not try to model space as a work of art. It does not even try to do so in keeping with its technological imperatives, as it claims. The space it creates is political. (Lefebvre, 2003, p. 180)

Se a *Revolução Urbana* de Lefebvre foi profundamente influenciada pelas revoltas de 1968, a *Urbanização Planetária* espelha a crise humanitária global, provocada pelas mudanças climáticas e a polarização das condições económicas. A nova epistemologia da urbanização, proposta por Brenner e Schmid, apresenta-se como uma arena de discussão e potencial libertação do modelo de desenvolvimento capitalista (Wilson & Jonas, 2018, p. 3), propondo criar novas ferramentas para interpretar os padrões e caminhos da urbanização contemporânea, mas também de os influenciar (Brenner & Schmid, 2015, p. 159). Kipfer (2014), apoiando-se em Lefebvre, alega que sem este

ênfase no *poder da urbanização*, os estudos urbanos ficam reduzidos a instrumentos de operacionalização de planos territoriais estatísticos.

Os urbanistas planetários acusam as abordagens quantitativas e estatísticas de esconderem agendas político-normativas por detrás de uma fachada tecnocientífica aparentemente neutra. Mas, sem uma perspetiva conceptual, o massivo apparatus tecnocientífico que hoje temos ao dispor serve apenas para reciclar pressupostos herdados, eventualmente já obsoletos (2014b). (Katsikis, 2014b) A *Urbanização Planetária* assenta num desígnio oposto: o *urbano* não é uma entidade neutra porque é um projeto coletivo (uma construção social) cujo potencial pode ser apropriado por diferentes atores com diferentes ideologias.

Mas, para Oswin (2018), o problema não é a *Urbanização Planetária* veicular um objetivo ideológico, mas sim tentar impôr uma única ideologia para unificar os estudos urbanos críticos – uma epistemologia de base universalista. A autora defende que apesar de os urbanistas planetários intercederem pela variedade de manifestações, propõem a exploração capitalista e as dinâmicas classistas como epicentro da teoria urbana, subvalorizando outras lógicas sociais, culturais e económicas – como o patriarcado, o colonialismo, o racismo, o nacionalismo e a heteronormatividade.

[A]ll of these forces, including capitalism, are mutually constituted, the elevation of capitalism to “context of context” is a retrogressive move for urban studies. It would be fabulous if there were one planetary enemy, and if bringing all critics together to speak with one voice could combat it. However, urban injustice has no centre, and a progressive urban theory must not have one either. (Oswin, 2018, p. 4)

Roy (2009) alega que o foco na competição económica tende a omitir a subjetividade e os conflitos políticos que servem de base à negociação da vida quotidiana – como a informalidade, o populismo e a religião. E Robinson (2002) defende que a tentativa de contruir uma resposta planetária neutraliza o potencial de imaginar futuros alternativos para o urbano comum. Estas três autoras defendem a importância da pluralidade epistemológica dos estudos urbanos, mas em defesa da *Urbanização Planetária*, apesar de os seus autores apresentarem um diagnóstico centrado nas dinâmicas do capitalismo, o principal objetivo ideológico que parecem querer partilhar

como todo os urbanistas críticos, é a superação do desenvolvimento territorial desigual e a consequente assimetria das condições socioespaciais. Ademais, oferecem um conjunto de ‘orientações epistemológicas’ que se considera apropriáveis por diferentes focos da teoria urbana crítica. Em última instância, defendem que a epistemologia da *Urbanização Planetária* (não a da Urbanização Capitalista) tem o potencial para servir de base a leituras inteseccionais da dominação territorial, estabelecer uma simbiose entre teorias complementares, superar a ‘fragmentação dos estudos urbanos’ (Brenner & Schmid, 2015) e construir um ‘conhecimento multipolar’ que Lefebvre reivindicava (Kipfer, 2014).

On another level, there is the notion of a shared political project.

(Angelo & Goh, 2020, p. 11)

1.4.3. Impulso para totalizar?

Após a radical afirmação ‘there is no longer any outsider to the urban world’, Benner e Schmid foram severamente criticados. A teoria da Urbanização Planetária é acusada de ocultar as diferenças socioespaciais produzidas pelas dinâmicas da *vida quotidiana*, resultando numa abstração totalitária. Walker (2015) refere que esta se prende demasiado com preposições metafísicas e filosóficas, defendendo que a reflexividade não é suficiente para conceptualizar a urbanização e que os teóricos da Urbanização Planetária devem ser mais materialistas e dialéticos. Oswin (2018) considera a *Urbanização Planetária* um projeto utópico. Mas mais utópica parece-nos a afirmação de Ruddick et al. – “Urbanization is an open process determined through praxis, by actual people making the world they inhabit” (2017, p. 13) – que extrema a sua posição para se opôr à *Urbanização Planetária*, negando assim o efeito de inibição/impulso exercido pelos sistemas globais sobre as práticas quotidianas.

Mas a declaração de Brenner e Schmid não defende a inexistência de diferença socioespacial, nem pressupõe que todos os fenómenos e relações urbanas sejam inteiramente produzidos globalmente. O argumento base de Brenner e Schmid é que as conceptualizações e análises sobre *o urbano*, que têm em conta apenas as

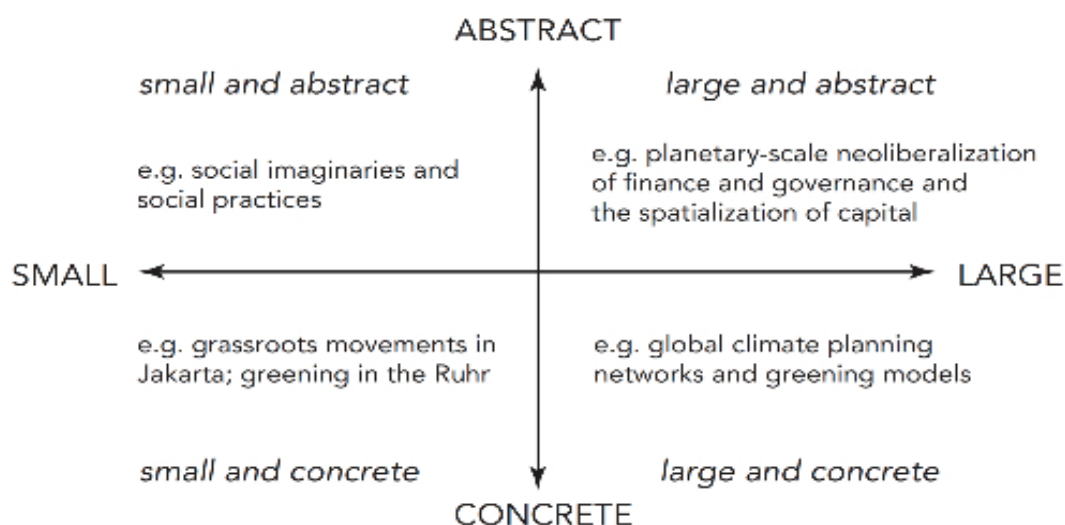
particularidades de cada lugar, ‘correm o risco de perder (literalmente) uma grande parte da história’ (Angelo & Goh, 2020, p. 11). Quando afirmam que o *urbano* não é um objeto empírico e por isso a sua demarcação só pode ocorrer através de um processo de abstração teórica, Brenner e Schmid (2015) reforçam o oposto do que são acusados: a anti-totalizarização e não-generalização da urbanização a partir de casos particulares. Ou seja, em suma, defendem que as características específicas de um lugar são *necessárias*, mas não são *suficientes* para definir o *urbano*.

Coexistem portanto várias espacialidades e temporalidades no mesmo território e seria estranho que qualquer modelo de urbanização só resultasse de uma delas.
(Domingues, 2008, p. 11)

Concordamos com Wilson and Jonas quando afirmam que a teoria da Urbanização Planetária é claramente um trabalho em processo e que estas críticas de abstração totalitária falham em perceber a sua possível utilidade e potencial futuros (2018, p. 4).

O trabalho de Angelo and Goh (2020) é um exemplo desse potencial. Os autores afirmam que a teoria da Urbanização Planetária é extremamente útil ao seu trabalho com uma escala *pequena e concreta* (Figura 32): ajuda a revelar como fenómenos locais específicos espelham processos de urbanização globais e se repetem em espaços e tempos diferentes, e como os conflitos locais espelham conflitos globais.

Figura 32 – Scales of phenomena and levels of abstraction, Angelo & Goh, 2020

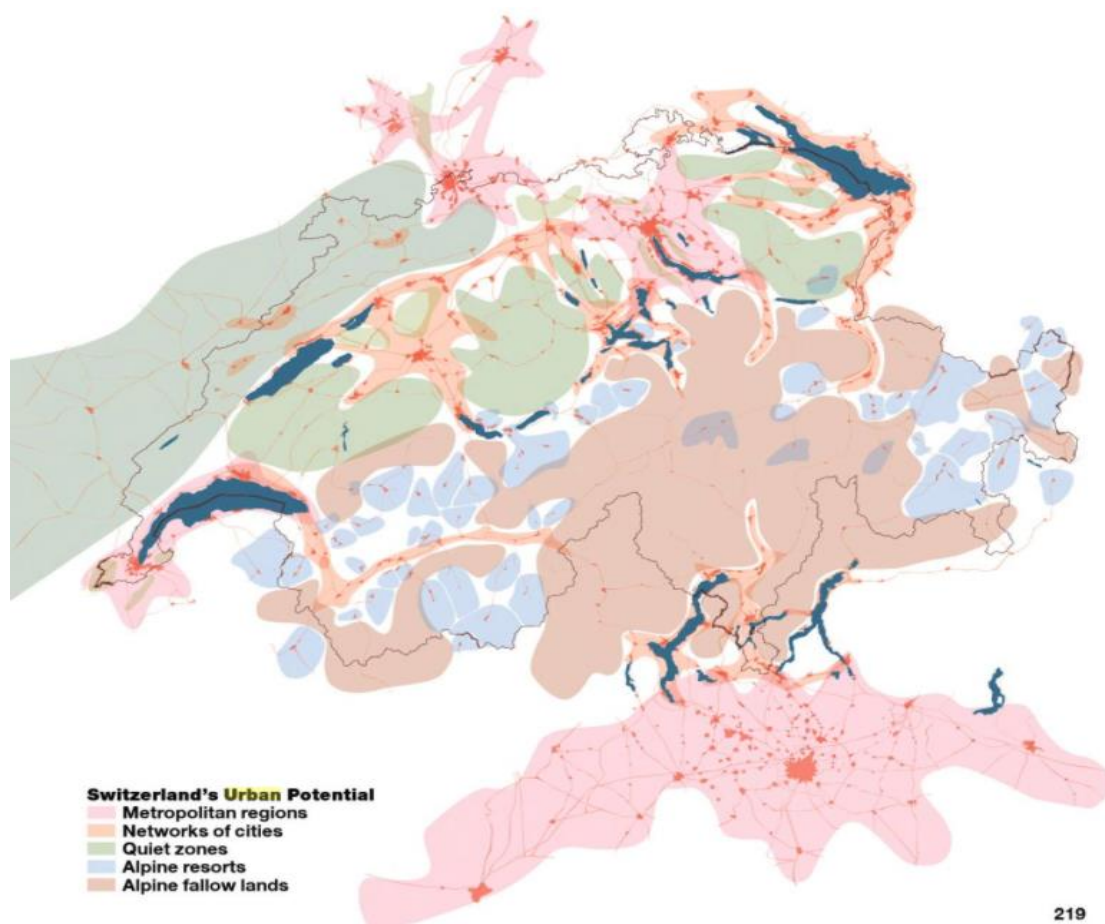


FONTE: Angelo & Goh, 2020, p. 10

A planetary view of urban socio-spatial struggles also shows that radical shifts in small-scale practices may not necessarily change larger processes and, conversely, that these supposedly 'small' practices may not be that small. (...) Such a view doesn't merely subsume such on-the-ground practices to local (ir)relevance in the face of globalized developmental and environmental conditions. Instead, it broaches the possibility of acts of resistance that can be conceived of and organized in more general terms, across larger geographic scales. (pp. 9–10)

Ademais, contrariamente às críticas, os teóricos da Urbanização Planetária também se têm envolvido ativamente na aplicação da sua teoria. A par das várias cartografias de Brenner et al. sobre as *paisagens operacionais* (Figura 10, Figura 27), Schmid também tem explorado novas formas de conceptualizar e representar a diferença.

Figura 33 – *Differences as Urban Potential*, Schmid et al, 2013 – “Our Urban Portrait shows that Switzerland is more urban than it thinks.” (Schmid et al., 2013, p. 218)



FONTE: Schmid et al., 2013, p. 219

Is it the actual material process of planetary urbanisation on the ground or is it a particular academic discourse, ‘planetary urbanisation’, that has ‘assumed significance’? (Catterall & Wilson, 2014)

Considera-se que o primeiro é a maior prova de validação do segundo. A discussão sobre a Urbanização Planetária é um convite endereçado aos urbanistas críticos para explorarem os conflitos urbanos quotidianos como uma parte integrante de processos plurais e multiescalares. Uma abordagem global à urbanização – *the context of context* – permite compreender as relações de diferença e semelhança entre as suas manifestação locais, assim como a sua interdependência.

Esta nova proposta epistemológica é uma ferramenta conceptual, crítica e operacional, essencial para desconstruir os problemas sociais, ambientais e institucionais globais, resultantes do desenvolvimento territorial desigual (Domingues & Fernandes, 2015). Processo fundamental à construção de novos caminhos teóricos e empíricos, alternativos à crença de que a resolução dos desafios globais reside em pequenas iniciativas locais (Thackara, 2019).

No entanto, a epistemologia da urbanização planetária não deve ser entendida enquanto uma doutrina, mas sim como um método – uma caixa de ferramentas, princípios conceptuais e fundamentos lógicos sobre os quais o conhecimento relativo à urbanidade deve ser produzido. O desafio de Neil Brenner para se desenvolver uma ‘urban theory without an outside’ (2014b) pressupõe compreender que a nossa condição social é invariavelmente urbana e global, independentemente de esta se manifestar de diferentes formas localmente.

Isto leva-nos a uma reflexão final sobre esta proposta epistemológica: a inexistência de um exterior territorial conduz à inexistência de um exterior sensorial. Todos estamos, invariavelmente, implicados na experiência e construção de uma condição partilhada, independentemente do papel que desempenhemos. Por conseguinte, na perspetiva dos estudos urbanos, nunca somos *exteriores* ao objeto de estudo. Como estudar então um *objeto* vendo-o sempre e somente de dentro? Tal como Lefebvre sugeria, ‘por agora’ ainda sobrevive a memória viva de passados agrários e rurais – e quando

esses testemunhos sensoriais já não existirem? Que mecanismos serão criados para proporcionar “a experiência do próprio limite, o ser-dentro de um *exterior*”, mesmo que “o exterior não [seja] um outro espaço situado para além de um espaço determinado, mas [seja] a passagem, a exterioridade que lhe dá acesso – numa palavra: o seu rosto, o seu *eidos*” (Agamben, 1993, p. 54). Qual será nessa altura o *espelho* da Urbanização Planetária? Este parece ser o grande desafio desta proposta epistemológica no futuro.

Totality, Jameson argued, could obviously not be represented spatially, so the exercise in mapping it might be able to “transcend” the spatiality of the map (1991, page 416). And the same could be said about urbanization and the everyday experience of it: *there is no reason to think that it can be adequately mapped*. (...) we risk a kind of design fetishism if we imagine that the experience of urban space can be adequately reduced to a cartographic representation. (...) What would a noncartographic representation of urban spatial practice look like? (Wachsmuth, 2014, pp. 78–79)

Talvez reste aceitar a *totalidade* e a impossibilidade de lhe *ser externo*, ou seja de a perceber *inteira*.

[Urban] cannot achieve closure. The centrality and the dialectical contradiction it implies exclude closure, that is to say, immobility.” (Lefebvre, [1970]2003, p. 73)

2. Ontologia da condição urbana

2.1. Condição global, construção local

Apesar da epistemologia da Urbanização Planetária resultar de um processo de abstração teórica, reconhece que o *urbano* é um processo diferenciado não homogêneo. O *urbano* decorre do cruzamento das dinâmicas da *fábrica da urbanização* com as diferentes geografias mundiais, segundo padrões e caminhos distintos – é polimórfico, multiescalar e emergente. Para os urbanistas planetários, o *urbano* depende do seu contexto: é mediado através de experiências temporais e espaciais concretas, dentro de lugares específicos. E por isso, além de ser um processo, o *urbano* é uma potencialidade que pode ser apropriada por diferentes atores, não só em prol de lógicas de governação e acumulação capitalistas, mas também pelos movimentos sociais para o uso quotidiano, a reprodução social e a experimentação cultural. Ou seja, o *urbano* é um processo histórico e geograficamente variado, mediado através de instituições, representações, estratégias e conflitos específicos que são, por sua vez, articulados com os ritmos cíclicos do capitalismo global e as suas contradições sociais, políticas e ambientais. Conclusão: o *urbano* é simultaneamente uma condição global e uma construção local e, por isso, a sua produção teórica deve ser tanto situada como inter-contextual. (Brenner & Schmid, 2012, 2013, 2015)

‘The urban is a collective project—it is produced through collective action, negotiation, imagination, experimentation and struggle. The urban society is thus never an achieved condition, but offers an open horizon in relation to which concrete struggles over the urban are waged. It is through such struggles, ultimately, that any viable new urban epistemology will be forged.’ (Brenner & Schmid, 2015, p. 178)

Este é o princípio teórico-metodológico que nos trouxe até aqui – a possibilidade de focar em problemas locais, mas conscientes da influência exercida pelos sistemas dogmáticos de produção socioespacial global, e da potencial repercussão global das ações e políticas de ordenamento do território construídas localmente.

2.1.1. Nova epistemologia, nova ontologia

A impossibilidade de se *ser externo ao urbano* é um reconhecimento disciplinar essencial à produção contemporânea de teoria urbana crítica, que os urbanistas planetários efetivam exemplarmente. Mas, entender a diferença das suas *construções locais* implica um conhecimento aprofundado tanto dos *momentos* macro que suportam a aglomeração, extensão e destruição da urbanização, como das dimensões micro que transformam continuamente essa urbanização (Domingues, 2008).

Assim, explora-se por fim o potencial da epistemologia da Urbanização Planetária para enquadrar estudos empíricos que procurem relacionar as especificidades contextuais com a influência do *contexto do contexto*. O *local* é um espelho do *global*, por isso os estudos empíricos sobre as construções urbanas locais não podem ser teorizados isoladamente em função do seu *lugar*, mas sim em função do seu *processo* de desenvolvimento global – o *urbano*.

No limite, o local é apenas a maneira como o global se exprime na geografia dos lugares, o modo como se situa. (...) o local já não existe enquanto entidade autónoma, é cada vez mais uma expressão do global e com ele se comunica de muitas maneiras. (Domingues, 2011, pp. 249–251)

That cosmopolitan lifestyles and plural subject positions exist in the global city is undeniably true, but are these not forged out of (local and translocal) associative connections, with public spaces no more than a site in these networks? (Amin & Thrift, 2002, p. 137)

Brenner e Schmid (2015) defendem que o *urbano*, em virtude da sua continuidade territorial e escala planetária, tem um *potencial transformativo* para unir diversas configurações socioespaciais. Para isso, parece-nos profícuo solidificar as pontes entre os estudos dos teóricos planetários e dos urbanistas pós-colonialistas, feministas, anti-racistas e outros movimentos e organizações sociais não categorizados. Estabelecer relações teórico-metodológicas que permitam orientar a construção mutuamente constitutiva de conceptualizações teóricas e experiências empíricas – em suma que una a epistemologia da urbanização e a sua ontologia. Porque, concordando com

Wilson e Jonas, o potencial operativo da teoria da urbanização planetária reside na sua reflexão e conceptualização:

[T]hrough the lens of political ontology, and specifically through the sphere in which populations and places are unevenly categorized, constituted, and positioned with respect to political and economic power.” (2018, p. 3)

Propõe-se então explorar a teoria da Urbanização Planetária enquanto ferramenta operacional de *mediação* da diversidade de atores, ferramentas, processos e escalas de urbanização. Se a *condição global* da urbanização é crucial para problematizar o desenvolvimento territorial desigual, as *construções locais* incorporam um conjunto de *condições de possibilidade* extremamente úteis ao desenvolvimento de alternativas aos padrões de urbanização contemporâneos. Brenner demonstra que as especificidades locais da urbanização não são *suficientes* para compreender e criar nova alternativas *urbanas*, mas são certamente *necessárias*. Encontrar o equilíbrio das *condições necessárias e suficientes (if and only if)* ao desenvolvimento territorial mais equitativo, parece ser a grande tarefa dos estudos urbanos críticos do nosso tempo.

2.1.2. Teoria localizada e deslocada

Para iniciar este processo convocam-se os urbanistas pós-colonialistas, acreditando-se no potencial do ‘reencontro da corrente marxista e da contra-colonial para a reconstrução de uma nova teoria urbana radical’ (Kipfer, 2014, p. 294).

A urbanista pós-colonialista Anaya Roy amadrinha as teorizações planetárias da urbanização, mas salienta a importância de estas se articularem com a *complexidade empírica* (Scott & Storper, 2016) das organizações socioespaciais:

I am interested in how this unevenness is produced and reshaped and in the politics thus engendered. And I am arguing that the urban—as an analytical category or even as a problématique—is not sufficient to get us there. (Roy, 2015, p. 6)

Roy defende que, apesar da diversidade socioespacial, as experiências de um local podem informar a análise de outros locais, permitindo não só compreender as

particularidades de cada um, como estabelecer uma leitura relacional. Assim, propõe que o *urbano* seja teorizado a partir do cruzamento de várias mundividências:

[R]ather paradoxical combination of specificity and generalizability: that theories have to be produced in place (and it matters where they are produced), but that they can then be appropriated, borrowed, and remapped. In this sense, the sort of theory being urged is simultaneously located and dis-located. (Roy, 2009, p. 820)

Jennifer Robinson (2006) propõe o uso das construções locais como *exemplares urbanos* para a transformação de outras construções locais, por forma a ultrapassar a hierarquização geográfica que habitualmente serve de muleta aos estudos urbanos. Para esta autora pós-colonialista, todas as *idades* devem ser vistas como *ordinárias* e como partes distintas de uma totalidade.

Considera-se que a abordagem teórico-conceitual pós-colonialista se afirma como uma ferramenta operacional, alternativa às lógicas neoliberais de governança veiculadas pela ‘competitividade urbana’. Estabelece a hipótese de se substituir o frequente diálogo entre processos de governação *top-down* e *bottom-up* – que conserva o princípio hierárquico e polarizado do desenvolvimento territorial – pelo princípio da *troca horizontal* entre locais. Esta dinâmica tem vindo a ser promovida pela União Europeia (UE), mas como um processo cumulativo e não em substituição dos processos hierárquicos – é apresentada em nome da produção de *conhecimento interativo* de base *social*, na qual a UE tem um papel neutro. (Nadin et al., 2018) No entanto, os resultados deste potencial *papel de mediação* da UE, segundo o relatório da ESPON, são pouco visíveis.

A last type of influence focuses on the impact that practices arising in one country may exert over territorial governance and spatial planning in another country. Here the EU plays a neutral role, mainly establishing cooperation platforms that allows for knowledge exchange among domestic actors, for instance through territorial cooperation initiatives. Evidence of this type of influence are only partially reported by the COMPASS experts and remains hard to identify. (Nadin et al., 2018, p. 52)

A *deslocação* da teoria urbana apresenta-se ainda como uma ferramenta produtiva para combater a utilização da racionalidade tecnocientífica como a base de resolução

dos problemas sociais complexos. Ademais, tem o potencial para se assumir como um espelho da *exterioridade urbana* – um processo de auto-representação encadeado e desencadeado pela sobreposição e adaptação de outras auto-representações. Um processo que permite a construção de novos imaginários urbanos.

Das is the first urban poet of Bengal, with a set of starkly neo-urban poems that are now etched into the region's self-imagination of urban modernity. (Roy, 2015, p. 13)

Em tempos em que o local é a *uma representação situada do global*, a manutenção da heterogeneidade socioespacial depende destes imaginários, cozinhados dentro de movimentos microculturais deslocados do território, que resistem à construção de etos urbano global imposto pelo projeto de urbanização capitalista. O cruzamento dos imaginários locais – ou seja, a teorização do *urbano* a partir da deslocação de diferentes *experiências urbanas* – permitirá construir um *imaginário* para o '*urbano ordinário*' (Robinson, 2002) alternativo ao *Sonho Urbano* – mais dinâmico, diferenciado e que reflita a complexa teia de relações, trocas e referências da vida quotidiana.

Esta riqueza empírica trazida pelos estudos urbanos pós-colonialistas parece-nos uma excelente ferramenta para controlar o *impulso para totalizar* da epistemologia da Urbanização Planetária. Talvez possa ser *a metade* necessária para congregar a epistemologia da urbanização e a sua ontologia. Roy (2009) defende que a teoria urbana deve resultar do 'essencialismo estratégico': um conhecimento diferenciado produzido localmente, mas que excede o seu empirismo através da generalização teórica. A abstração teórica – como proposta pelos urbanistas planetários – permite que os conceitos criados localmente excedam a sua geografia de origem, mas sem perderem as propriedades concretas que os definem.

Esta colaboração expande ainda o pontencial operacional da epistemologia da Urbanização Planetária, dada a preocupação dos urbanistas pós-colonialistas em superar a *ignorância assimétrica* da teoria urbana contemporânea (Robinson, 2003; Roy, 2009; Sheppard et al., 2013). Estes autores defendem que é preciso problematizar não só a epistemologia urbana mas também as geografias da sua produção, tendo em conta que as teorias urbanas dominantes são produzidas à luz de mundividências

EuroAmericanas, centradas nas preocupações dos países mais ricos e alienadas dos fatores que desencadeiam o desenvolvimento territorial mundial no século XXI (Robinson, 2003).

Esta simbiose entre a urbanização planetária e os estudos pós-colonialistas parece-nos promissora, porque além do mais se unem no essencial: estudar o *urbano* enquanto um processo global de desenvolvimento territorial desigual.

2.2. Complexidade empírica

In our discussion of the space of flows, it seems to me that we can learn a lot from this strategy of always seeking the spaces of vulnerability. (Smith, 1996, p. 75)

Para os embaixadores da tese da Urbanização Planetária, a criação de uma nova epistemologia urbana é determinante no combate às desigualdades socioterritoriais, defendendo que, nesse sentido, é necessário contestar constantemente essa epistemologia e reinventá-la face aos desafios da pesquisa, da prática e dos conflitos. (Brenner & Schmid, 2015) Aceitando o convite de Brenner e Schmid, propomo-nos refletir, sobre a vulnerabilidade socioespacial – fragilidade ou ausência de poder (Smith, 1996) – resultante da urbanização planetária. Sobre os espaços que são alvo de constante (re)produção de desigualdades espaciais herdadas (Peck, 2017), e que necessitam de ser continuamente observados, teorizados e questionados.

Partimos estão daquela simbiótica caixa de ferramentas teórico-metodológicas para refletir sobre as geografias das três experiências empíricas que despoletaram esta dissertação: uma aldeia no Noroeste da Índia, uma antiga dependência de uma roça na ilha de São Tomé, e uma zona excluída no Porto.

2.2.1. Nota metodológica

Os capítulos que se seguem têm uma abordagem metodológica reflexiva auto-etnográfica focada na reflexividade de três casos. Reflete-se sobre o próprio trajeto profissional *on-going*, reconhecendo-se por isso o envolvimento pessoal na pesquisa,

mas tendo em consideração que a autoetnografia tem como objetivo final uma compreensão cultural e social subjacente às experiências autobiográficas empreendidas (Butz & Besio, 2004). As autoetnografias são estudos de caso que seguem a tradição da pesquisa etnográfica mas adaptando-se à complexidade do século XXI marcada pelo “desejo de descobrir e abrir espaço para a visão de mundo de outras pessoas (...), na qual nenhuma forma correta de conhecimento existe e múltiplos pontos de vista são reconhecidos e valorizados.” (Duncan, 2004, p. 30)

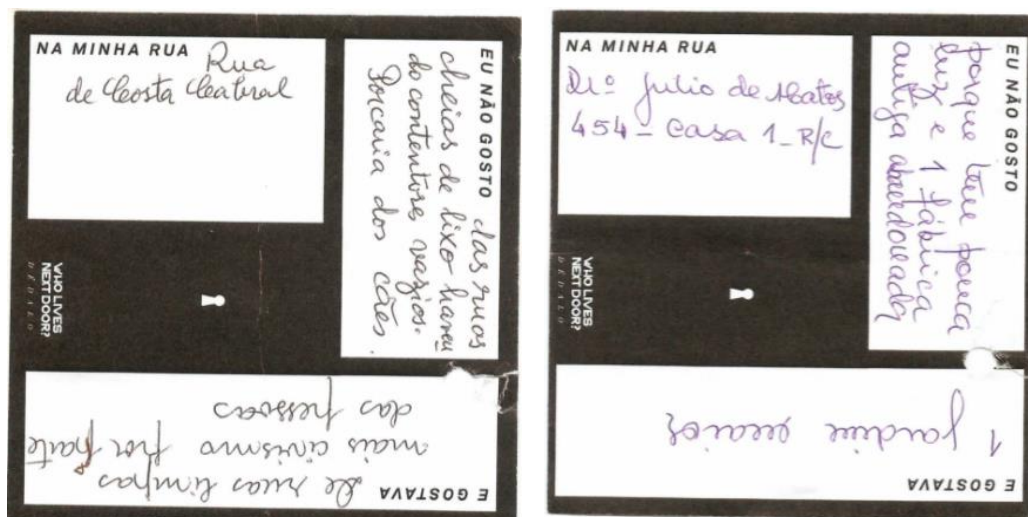
A informação sobre a qual se reflete aqui foi recolhida através da observação-ação no terreno, visando o desenvolvimento de projetos e não a investigação *per se*. Assim, existe uma condição de *insider researcher* que potencia uma dupla hermenêutica entre sujeito e objeto de estudo. Nesta dissertação debruçamo-nos principalmente sobre os resultados dos levantamentos socioespaciais que antecederam o desenvolvimento e implementação dos projetos. No entanto, as reflexões tecidas são naturalmente influenciadas pelas percepções construídas ao longo de todo o processo e de todo o tempo passado no terreno com a população local.

Os três casos discutidos insidem não só sobre contextos e localizações distintas como têm propósitos diferentes, por isso as técnicas de recolha de informação foram apropriadas a cada um. Ainda assim, a estrutura e os princípios metodológicos são comuns. A nossa auto-etnografia passou em cada um dos casos por um processo de recolha de dados primários e secundários e pela sua análise e interpretação síncrona (Denzin & Lincoln, 2011). A recolha de dados primários e secundários foi feita através da recolha de documentos, pela observação etnográfica, pela realização de entrevistas, pela aplicação de questionários, pela recolha de imagens e vídeos, entre outros. O tratamento destes dados foi feito triangulando fontes e conteúdos; analisando e interpretando dados para decifrar os significados culturais e sociais das representações socioespaciais. Apesar de terem sido contempladas técnicas quantitativas de recolha de dados, a metodologia dos levantamentos têm uma abordagem eminentemente qualitativa. São ilustrações socioespaciais críticas sem intuito probabilístico, representatividade estatística ou mesmo comparabilidade.

Estas três experiências a seguir apresentadas, porque alicerçadas na auto-etnografia, contaram com um protocolo de investigação específico: a abordagem metodológica estrutura-se assim em três momentos: preparação, aproximação e envolvimento. Apesar de não terem sido realizadas as mesmas atividades nos três casos, todos se desenvolveram segundo estes três momentos.

A preparação consiste acima de tudo na análise documental e numa ou mais visitas informais ao terreno. No caso da Corujeira foram também realizados inquéritos por forma a estabilizar a delimitação do território-foco.

Figura 34 - Inquéritos Dédalo #10, Corujeira, Alves et al, 2013



FONTE: facebook.com/revistadedalo

A fase de aproximação pressupõe o reconhecimento das principais características do contexto e das problemáticas sobre as quais o levantamento deve incidir. Ademais, deve permitir à população familiarizar-se e/ou questionar a nossa presença e propósito. Contempla nomeadamente:

- Grupos focais: atividades em grupo que visam identificar a epistemologia urbana usada pelo grupo e os temas/problemas dominantes – esta atividade é a primeira a realizar, por permitir apresentarmo-nos à população residente, e porque os resultados servem de base à estruturação das restantes atividades.

Figura 35 - Grupo focal com pedreiros e carpinteiros, Ana Silva Fernandes, 2018



FONTE: arquivo próprio

- **Mapeamento:** análise e registo da morfologia, tipologias e usos do assentamento urbano – este processo visa a assimilação da estrutura do parque habitacional, equipamentos, espaços comuns e infraestruturas que estruturam a organização socioespacial e a vida quotidiana coletiva.

Figura 36 - Mapeamento coletivo de Ahomoni Miri, 2018





FONTE: arquivo próprio

- Observação direta e conversas informais: engajamento com a população na rua, cafés e lojas, no decorrer de atividades coletivas, e durante as atividades profissionais – esta abordagem visa a observação direta dos temas e problemas abordados nos grupos focais e a identificação de outros não mencionados.

Figura 37 - Tecelagem, Ahomoni Miri, Ana Silva Fernandes, 2018



FONTE: arquivo próprio

- Levantamento arquitetónico²: observação e registo detalhados da espacialidade, técnicas e patologias construtivas e formas de apropriação espacial pelos seus habitantes/usuários, de um número seleccionado (a partir do mapeamento) de edifícios – este processo tem como objetivo compreender a forma de construir e os padrões da habitação e vida quotidiana locais.

Hand-drawn architectural drawings of a house, including a floor plan, a cross-section, and a detail of a window.

Floor Plan:

- Overall dimensions: 12m (width) x 3.16m (depth).
- Rooms and areas:
 - Living area (left): 2.7m x 2.65m. Contains a fireplace (F), a sofa (S), and a table (T).
 - Dining area (middle): 2.9m x 2.6m. Contains a table (T) and chairs (C).
 - Kitchen (right): 2.6m x 2.6m. Contains a sink (S), a stove (St), and a refrigerator (R).
 - Bathroom (bottom right): 2.6m x 2.6m. Contains a toilet (To), a sink (S), and a bathtub (B).
 - Bedroom (top right): 2.6m x 2.6m. Contains a bed (B) and a table (T).
 - Storage area (bottom left): 2.6m x 2.6m. Contains a box (B) and a table (T).
- Annotations:
 - "box for new clothes or cleaning clothes" (pointing to the storage area).
 - "They are not used to sleep in a bed - they prefer the floor and bamboo floor is better than wood floor -> kitchen is also good" (pointing to the kitchen and bedroom).
 - "They are not used to sleep in a bed - they prefer the floor and bamboo floor is better than wood floor -> kitchen is also good" (pointing to the kitchen and bedroom).

Cross-section:

- Shows the roof structure and the floor level.
- Dimensions: 3.12m (width) x 3.16m (depth).

Window Detail:

- Shows a window frame with dimensions: 0.6m (width) x 0.6m (height).

- Entrevistas semi-estruturadas, sub-divididas entre: conversas com algumas pessoas residentes, geralmente realizadas em paralelo com os levantamentos arquitetónicos, que visam aprofundar as leituras sobre as rotinas diárias, as formas de apropriação dos espaços, e as suas limitações; e conversas com

72

diferentes intervenientes que exercem atividades no território-foco, nomeadamente de órgãos de governança local, ONGs e outros grupos que prestam assistência à população residente, trabalhadores e empresários do setor da construção (dado o foco temático dos projetos) e outros profissionais locais com contato direto com a população (como por exemplo médicos que prestam cuidados de saúde básicos regulares) – estas entrevistas têm como objetivo reunir informação empírica sobre o território e explorar parcerias para a implementação e monitorização dos projetos.

Figura 39 - Entrevista em carpintaria, Agua-Izé, São Tomé, Sara Neves, 2017



FONTE: arquivo próprio

- Mapas mentais: atividades individuais e em pequenos grupos com recurso a ilustrações e outras interfaces de comunicação que assentem numa linguagem alternativa à verbal/escrita – estas atividades visam desconstruir os significados e perceções subjacentes a determinadas palavras e expressões comuns, e escrutinar os resultados das restantes atividades.

Figura 40 - Preferências em relação à habitação, Ahomoni Miri, Sara Neves, 2018



FONTE: arquivo próprio

- Grupos focais: debates coletivos abertos à comunidade – para apresentar e questionar as leituras construídas a partir do levantamento, e discutir os desígnios do projeto a desenvolver e implementar.

Figura 41 - Assembleia de decisão, Anselmo Andrade, Sara Neves, 2017



FONTE: arquivo próprio

Os grupos focais têm um grande peso na estrutura dos levantamentos, marcando o início e o fecho dos processos – no início para debater o conteúdo dos inquéritos, entrevistas, entre outros, e no fim para discutir os resultados dessas atividades; a sua repetição permite, tanto a quem observa como a quem participa, comparar perspectivas em duas fases distintas do processo.

Estas leituras, baseadas num processo de observação-ação, levantam muitas das questões que os urbanistas planetários dirigem aos estudos empíricos. No decorrer destes levantamentos, questionou-se ciclicamente como definir os parâmetros de interpretação da informação auscultada e observada, considerando a influência das nossas mundividências e a multiplicidade de formas de a ler e problematizar possíveis.

[T]he role of insider researcher may offer significant potential benefits but that, far from being automatic, the realisation of such advantages and the avoidance of a series of equally significant difficulties is dependent upon caution, awareness and ongoing reflexivity. (Hodkinson, 2005, p. 132)

Posto isto, consideramos que a epistemologia da urbanização planetária é a base necessária à desconstrução do nosso *dilema*. Assim, nos próximos capítulos, apropriamo-nos da simbiótica caixa de ferramentas e tentamos exceder o empirismo local através da conceptualização teórica (Roy, 2009; Brenner & Schmid, 2015).

Conclui-se esta nota metodológica com a convicção do potencial de articulação destas duas abordagens – a observação-ação ou investigação-ação empírica e a abstração teórica. Considera-se por fim que uma visão dicotómica dos estudos urbanos empírico/teórico, *indider/outsider* é redutora das possibilidades desta área de estudos. É necessário fazer as pazes com a inexistência de certezas absolutas e “formas de ler” exclusivamente certas e aceitar a produtividade da complexidade empírica:

Todas estas tentativas têm suas contradições – e seria miragem se as evitassem. As “pobres almas” guardam sua pobreza não agindo, mãos no bolso, bem limpinhas. Guardarão talvez o reino dos céus. Mas para mudar as coisas aqui há que por a mão na massa e aceitar a complexidade irritante das coisas, a possibilidade de erros – e de acertos cuja verdade só será demonstrada, de qualquer modo, em etapas posteriores. (Sérgio Ferro em Ayerbe, 2016, p. 92).

2.2.2. Exclusão urbana cíclica

Brenner e Schmid concluem que a urbanização planetária marca a ‘acentuação da diferenciação e polarização das condições socioespaciais’ (2015). Acrescenta-se a esta conclusão que os *polos dessa escala* determinam condições de desenvolvimento socioespacial cíclico (Fernandes, 2016): riqueza gera riqueza e a pobreza, pobreza gera. Condições herdáveis – ciclos que perduram por várias gerações.

Condições extremas que determinam o livre acesso ou a exclusão absoluta dos direitos e utilidades urbanas básicas. Por isso, a definição de *urbano* não se pode resumir ao conjunto de infraestruturas, equipamentos, artefactos, serviços e serventias que espelham o dito avanço civilizacional. Porque muitos dos que dele fazem parte – participando na sua (re)produção e habitando as suas manifestações físicas temporárias – não têm acesso a esses benefícios, e fazer parte é uma questão de sobrevivência. Tal como *urbano* não é uma característica dos lugares também não é uma característica dos habitantes, caso contrário, o que seria *um urbano* excluído das características *do urbano*? Um *desurbano*?

O *urbano* é em suma a construção comum de manifestações sociocioespaciais temporárias com usufruto condicionado perdurável. A epistemologia da urbanização planetária permitiu-nos compreender que, salvo (ainda) raríssimas exceções, não se pode *ser exterior* ao *urbano*, mas pode-se ser excluído dele. E a exclusão socioespacial, além de uma consequência, é uma condição do desenvolvimento *urbano* desigual.

Assim, o *urbano* vai sendo planeado não como um projeto ‘falhado’, mas como um processo de aspirações e expectativas, um processo ‘ainda por concretizar’. (Roy, 2009, p. 823) Processo que, enquanto não se concretiza, é para uns, um *sonho em progresso*, e para outros *aspirações sem saco*.

A epistemologia da urbanização planetária tem como foco a problematização do desenvolvimento territorial desigual, visando compreender os mecanismos de perpetuação dos ciclos de exclusão socioespacial. A partir deste enquadramento coloca-se a questão: como romper esses ciclos de exclusão? (Fernandes, 2016)

2.2.3. Ahomoni Miri, Assam, Índia

O trabalho empírico desenvolvido em Ahomoni Miri inseriu-se na iniciativa Gharaunda: um projeto que visa o desenvolvimento de modelos de habitação para população com baixos rendimentos, com o objectivo de melhorar o padrão mínimo de habitabilidade local e criar novas formas de subsistência baseadas na oferta de habitação.

O projeto teve início em 2014 – uma iniciativa da empresa social indiana Drishtee³ com o acompanhamento técnico da equipa de arquitetos S-E⁴. Actualmente este projecto conta também com a participação da Indian Housing Federation⁵, de várias organizações locais e dos governos distritais e estatais de cada localização para onde são desenvolvidos modelos de habitação. Em Janeiro de 2021 o projeto integrou o programa nacional do estado indiano ASHA-India⁶.

Debruçamo-nos aqui sobre o contexto e o processo de desenvolvimento de um modelo de habitação para uma comunidade que habita em Assam, entre 2018 e 2019. Gharaunda Assam⁷ destina-se à população Mising – uma das *schedule tribes* da Índia reconhecida pelo governo sob o nome *Miri* – que habita os territórios rurais do Noroeste da Índia. Entre as várias aldeias visitadas na região, Ahomoni Miri foi a aldeia escolhida para aprofundar o estudo socioespacial e desenvolver o protótipo do modelo de habitação.

³ Drishtee é uma equipa de 400 trabalhadores que atua em 6000 aldeias da Índia identificando e criando atividades económicas que promovam a interdependência das comunidades rurais e urbanas.

⁴ S-E é um atelier de arquitetura criado pelos arquitetos Sara Neves e Filipe Estrela. Valorizamos o trabalho de campo e o tempo de maturação dos projetos. Atuamos em parceria com outros profissionais e entidades, em equipas adaptadas a cada contexto.

⁵ Indian Housing Federation dá suporte ao desenvolvimento estratégico e implementação de projetos de habitação para comunidades com baixos rendimentos, mediando a interação entre diferentes intervenientes que visam o acesso universal à habitação na Índia.

⁶ ASHA-India (Affordable Sustainable Housing Accelerators) é um programa de incubação e aceleração de projetos no setor da construção, criado pelo governo indiano.

⁷ O projeto Gharaunda em Assam além de vários intervenientes das organizações acima mencionadas, contou também com a colaboração da população local, como habitualmente; da organização local PAD – People's Action for Development e de Ana Silva Fernandes, arquiteta e investigadora da Dinâmia'CET-ISCTE-IUL e do CEAU-FAUP, na fase de diagnóstico em 2018; e dos arquitetos Gonçalo Guimarães e Ariana Silva, na fase de construção do protótipo em 2019.

Ahomoni Miri localiza-se numa planície a sudeste da cordilheira Himalaia, entre dois rios paralelos – Singra e Ronga – separados apenas por cerca de 3 km. (Figura 42) Insere-se numa região com um clima húmido sub-tropical, com verões quentes e uma pluviosidade média anual acima dos 250 cm. É um território com um solo aluvial e com risco sísmico nível V (máximo da escala). Todas estas circunstâncias levam a que Ahomoni Miri (assim como uma grande parte dos assentamentos da região) seja ciclicamente inundada durante cerca de 4 a 5 meses do ano.

Figura 42 – Mapa de Ahomoni Miri, Sara Neves, 2021



FONTE: imagem base: googlemaps.com

Apesar das características geográficas adversas da região, as inundações extremas nesta aldeia (obrigando em determinados anos à sua total evacuação) são cumulativamente uma catástrofe natural e uma catástrofe humana. A construção incompleta de um dique inundou hectares de terras agrícolas, transformando parte da aldeia num pântano permanente – *the wet lands*.

O assentamento populacional organiza-se em torno de um eixo viário cimentado, elevado em relação aos terrenos. Este é flanqueado por casas, lojas e algumas instalações comuns que têm o piso à mesma cota da estrada – a maioria das construções eleva-se do solo a partir de uma estrutura em pilotis, as restantes são implantadas sobre pequenos aterros (uma minoria dado o elevado custo da

movimentação de terras). A maioria das construções desenvolvem-se no lado este da estrada uma vez que no lado ocidental se encontram as *wet lands*. No entanto, a delimitação das *wet lands* é bastante volátil – durante os piores períodos de cheias a água trespassa a estrada chegando a atingir 30cm acima do nível da estrada, alagando toda a vila e o interior da maioria das casas. Nestes períodos é necessário evacuar a população da aldeia para um abrigo temporário.

As casas são maioritariamente construídas com materiais naturais (principalmente bambu produzido localmente), necessitando de manutenção sazonal. Com exceção do telhado, geralmente em chapa metálica, as casas não são impermeáveis – paredes e pavimento são compostos por pequenas ripas de bambu espaçadas entre si, permitindo a ventilação natural, mas também outras rotinas como atirar o lixo pelas frinchas diretamente para a água (que é inevitavelmente o seu destino final). Mas, acima de tudo, estas frinchas são um mecanismo de resistência às cheias, porque permitem que a água escoe naturalmente após inundar as casas.

Figura 43 – Eixo Principal e wet lands em período de cheias, Ahomoni Miri, Sara Neves, 2018



FONTE: arquivo próprio

As casas não têm casa de banho nem abastecimento de água. Organizam-se em pequenos núcleos onde há geralmente uma bomba manual para extração de água do solo, no entanto, no período de cheias ficam muitas vezes inacessíveis ou submersas. Por vezes existe também uma casa de banho exterior, afastada dos núcleos, mas a defecação pública é a prática mais comum.

As infraestruturas urbanas básicas são praticamente inexistentes. A eletricidade é providenciada por uma empresa pública, e as famílias BPL (*below poverty line*) têm eletricidade gratuita, no entanto não chega a todas as casas. Além disso, não existe iluminação pública, local de despejo e/ou recolha de lixo, rede de abastecimento de água nem de esgotos – problemas que se agravam durante as cheias.

Terminada a temporada das cheias, a vila fica marcada por lagos de água estagnada, geralmente localizados entre os caminhos e as casas, tornando o acesso a estas extremamente difícil. Por vezes o acesso só é possível por pontes improvisadas e em alguns casos somente de barco. (Figura 44)

Figura 44 – Acessos, Ahomoni Miri, Sara Neves, 2018



FONTE: arquivo próprio

Estes lagos, onde coabitam peixes, excrementos e lixo, onde outros animais se banham e onde por vezes são lavados utensílios – representam uma fonte de graves problemas sanitários. Aos desafios climáticos, geográficos e económicos que esta população enfrenta, junta-se a malária, a encefalite japonesa, as hepatites...

Esta população vive desde sempre com poucos recursos, mas a catástrofe humana causada pelo dique mudou radicalmente a organização socio-económica da vila e empurrou a sua população para uma situação de pobreza extrema, cíclica e *exposta* (Domingues & Fernandes, 2015). De acordo com os census nacionais indianos, em 2011, 75% da população era trabalhadora, dos quais 93% trabalhavam na agricultura. Atualmente, as *wet lands* servem de base a atividades piscatórias de sobrevivência, mas não são suficientes. Muitos dos habitantes que ficaram sem as suas terras agrícolas hoje dependem de trabalhos contratados ao dia, extremamente instáveis – geralmente trabalhos agrícolas para o estado ou privados. Adicionalmente dedicam-se à produção artesanal têxtil e com bambu, porém produzem maioritariamente para uso próprio dada a dificuldade que têm em entrar no circuito comercial.

Esta *situação* em que a população se encontra e os *papéis* que desempenham leva-nos a três pontos de reflexão. Em primeiro lugar, questiona-se a extinção planetária do *rural*. Em Ahomoni Miri a maioria da população subsiste quase exclusivamente da agricultura artesanal, no entanto, é um território interligado: dada a continuidade da densidade construtiva e populacional, em termos de mobilidade, serviços e equipamentos e acima de tudo pela conexão que estabelece com os mercados globais – num raio de 17 km, e cerca de 30 minutos numa viatura, a oferta de equipamentos, serviços e produtos é próxima de ser planetária. Falha, de forma estrutural, a conectividade infraestrutural básica. Ahomoni integra o paradigmático caso de urbanização extensiva: um país inteiro e quase 1,5 mil milhões de habitantes interligados numa cadeia *urbana* ininterrupta e desigual. Ou seja, a dificuldade da população de Ahomoni em se conectar ao mercado, ou de encontrar um outro lugar para viver, deve-se inteiramente à sua condição de exclusão socioterritorial cíclica. Condição que é produzida pela sobreposição de sistemas de exclusão, nomeadamente o desenvolvimento territorial desigual planetário – aqui explicitamente representado

pelo processo de planeamento e gestão da construção do dique, no qual a *inclusão urbana* da população de Ahomoni e vilas vizinhas não foi definida como prioridade. Por isso, concorda-se com os urbanistas plantários: a categorização dicotômica dos assentamentos contamina a discussão e desviam a atenção dos factores que verdadeiramente originam e perpetuam esta *condição* de exclusão cíclica.

A segunda reflexão, surge na sequência da anterior: as tentativas de ruptura da exclusão cíclica em Ahomoni têm sido predominantemente locais, resultando enfim em mecanismos de assistência à sobrevivência. (Figura 45) Não se questiona aqui a pertinência e importância destas intervenções, apenas se conclui que a ruptura desta condição socioespacial implicaria uma resposta multinível e multiescalar que articulasse: as aspirações da população, o planeamento distrital do dique, a regulação dos fluxos comerciais e a coordenação dos fluxos migratórios a todas as escalas, a gestão das mudanças climáticas... A ruptura dos ciclos de exclusão implica uma negociação do *urbano* à escala planetária.

Figura 45 – *Collective Shang-handpump*, Ahomoni Miri, Sara Neves, 2018 – Bomba manual de extração de água, elevada do solo (*shang*) para o abastecimento durante as inundações



FONTE: arquivo próprio

Na impossibilidade de uma resposta planetária se concretizar *em tempo útil*, e enquanto se investe no seu desenvolvimento, considera-se importante questionar: Que experiências de outros lugares podem ser adotadas aqui? Poderá ser desenvolvida uma estratégia de ruptura faseada? Ou seja, acreditando que a resposta planetária é um caminho e não um destino, como se pode ir caminhando em direção à ruptura e evitar que os esforços de sobrevivência sejam apenas *aspirações sem saco*? Fará sentido continuar a construir novas casas em Ahomoni? O que representa a criação de um novo modelo de habitação promovido pelo estado, que vise resistir aos desafios impostos por uma catástrofe cíclica provocada pela ação negligente do Estado? Cuidados paliativos? Ou *marketing urbano* focado na manutenção do princípio da urbanização capitalista: o desenvolvimento desigual pré-determinado?

Por fim, reflete-se novamente sobre a articulação da epistemologia e da ontologia urbana. O *urbano* é um processo e não um lugar e por isso a sua compreensão deve afastar-se da sua objetificação e resultar da abstração teórica. No entanto, territórios como Ahomoni evidenciam a importância de não se desterritorializar por completo a teoria urbana crítica. As dinâmicas sociais estão cada vez mais descoladas dos territórios, e dependem cada vez menos destes para se definir. Mas a *condição* dos habitantes de lugares que são *per se* um fator de exclusão não é dissociável do território. Ahomoni Miri é uma materialização temporária do *urbano* em constante transformação, mas a sua condição de exclusão cíclica é permanente. Ou seja, o desenvolvimento territorial desigual sendo cíclico, deixa de ser temporário. Razão pela qual a ontologia importa na ruptura dos ciclos de exclusão socioespacial.

2.2.4. Anselmo Andrade, São Tomé

O estudo empírico em Anselmo Andrade foi desenvolvido ao abrigo do projeto ‘Leve-Leve Construindo São Tomé e Príncipe’ – uma iniciativa da ONG Alma Mater Artis⁸,

⁸ Alma Mater Artis é uma associação portuguesa dedicada a atividades educativas de componente artística que tem desenvolvido trabalho em São Tomé e Príncipe.

levada a cabo pela equipa S-E. O projeto teve início em 2017 com o propósito de construir uma pequena biblioteca na escola primária da vila.

Anselmo Andrade é uma comunidade rural, antiga dependência da Roça de Água Izé, localizada na encosta Este da ilha de São Tomé. É um pequeno assentamento com 330 habitantes adultos, organizados numa associação de moradores. A gestão dos terrenos do assentamento da comunidade é da responsabilidade da associação de moradores, que detém o direito de distribuição das parcelas pelos seus associados, e o direito ao uso, transformação e disposição de todos os edifícios coletivos da aldeia. São exceção três edifícios coletivos que estão sob tutela absoluta do Ministério da Educação: uma escola de ensino primário e uma creche, que albergam crianças de Anselmo Andrade e mais três comunidades vizinhas, e ainda uma cantina onde o estado providencia uma refeição diária a todas as crianças.

Figura 46 – Anselmo Andrade, Sara Neves, 2017 – Antiga dependência da Roça de Água Izé



FONTE: arquivo próprio

A localidade é apenas acessível através de um caminho não pavimentado e o transporte público é inexistente. Assim, a maior parte das deslocações da população

implicam pelo menos uma parte do percurso a pé. Anselmo Andrade fica a cerca de 200 metros de altitude e 6 Km de distância de Água Izé, e cerca de 1,5 Km da comunidade semelhante mais próxima – Mato Cana. Existem comunidades deste núcleo ainda mais isoladas, como Bernardino Faro que se distancia aproximadamente 12 Km de Água Izé. Alguns habitantes com mota têm um negócio informal de transporte de passageiros, mas também é bastante moroso dada a irregularidade da estrada. A partir de Água Izé existem *vans* privadas que conectam esta localidade a outras localidades costeiras, nomeadamente à cidade de São Tomé.

Figura 47 – Mapa de Anselmo Andrade, Sara Neves, 2021



FONTE: imagem base: googlemaps.com

As comunidades – antigas dependências de roças – têm muito poucas infraestruturas de apoio à população. Em Anselmo Andrade, além das escolas e o refeitório, existem apenas pequenos quiosques em volta dos quais os habitantes se reúnem para beber vinho de palma e confraternizar (o alcoolismo é um problema local identificado). O centro de saúde mais perto, assim como o local onde é possível carregar o telemóvel e outros pequenos serviços são em Água Izé. Nem todas as comunidades têm escola, pelo que as crianças deslocam-se todos os dias a pé, entre dependências. E, a partir do segundo ciclo, têm que se deslocar diariamente até Santana – localidade costeira a 10 Km de Anselmo Andrade – despendendo várias horas nesse movimento pendular.

As infraestruturas urbanas básicas também são praticamente inexistentes nas antigas dependências de roças. Existe electricidade, mas nem toda a população usufruiu devido à incapacidade em suportar os custos. O abastecimento de água é restrito – os principais edifícios construídos no tempo colonial (casa do feitor, escolas, refeitório e balneário público) têm abastecimento de água, mas as restantes edificações dessa época (sanzalas, oficinas e abrigos de animais), assim como todas as construções posteriores, não têm. Existem três fontes e um tanque comum com água canalizada onde a população se abastece de água e lava os seus utensílios.

Figura 48 – Fonte e tanque comum, Anselmo Andrade, Sara Neves, 2017



FONTE: arquivo próprio

Não existe sistema de saneamento nem recolha de resíduos. Apesar de existirem balneários públicos estão abandonados. Progressivamente, a população foi construindo casas de banho individuais – pequenos casebres de chapa, ligados diretamente a uma fossa séptica e implantados no exterior das casas, por vezes no espaço público gerido pela associação.

As novas habitações são frequentemente auto-construções em madeira, um recurso muito abundante na ilha. Mas, além da ausência das infraestruturas básicas acima mencionadas, a pouca estanquidade das casas – com frinchas entre as traves e sem vidro nos vãos – é um problema, face à persistência de doenças como a malária.

Figura 49 – Casas recentes autoconstruídas, Anselmo Andrade, Sara Neves, 2017



FONTE: arquivo próprio

Todos os habitantes são agricultores, mas nem todos em exclusividade e muitos apenas produzem para consumo próprio. A maior fonte de rendimento é a produção de cacão, cultivado pela população em terrenos emprestados pelo Estado. A venda do cacão é conjunta, negociada pela associação de moradores e recolhido periodicamente pelas empresas que o processam e exportam. Muitos habitantes também se dedicam à apanha do búzio de mato, obrigando à deslocação regular de uma pessoa, em representação das restantes, até à cidade de São Tomé para o comercializar.

Assim, perante esta comunidade profundamente dependente dos recursos naturais locais e da agricultura não-industrializada, também se poderia debater a extinção do *rural*. Mas estamos convictos de que o repto de Brenner e Schmid para se abandonar

esse debate é pertinente e urgente. A partir desta reflexão sobre a Urbanização Planetária à luz de experiências empíricas ontológicas depreende-se que a afirmação “there is no longer an outside” é acima de tudo a provocação necessária à mudança de paradigma dos estudos urbanos, e não uma afirmação taxativa.

Anselmo Andrade permite essencialmente refletir sobre a interconectividade mundial da urbanização. Se a aldeia indiana Ahomoni Miri integra, de forma explícita, uma extensa teia *urbana*, Anselmo Andrade aparenta ser uma comunidade isolada. O difícil acesso e as escassas infraestruturas de mobilidade dificultam a conexão da comunidade com o exterior. Este isolamento é uma condição estratégica, historicamente instrumentalizada em prol dos mercados externos e da sua interconectividade. Este povoado é circundado por uma extensa e densa floresta, mas significativamente explorada e domesticada. As dependências das roças de São Tomé eram estrategicamente implantadas no centro das plantações, afastadas entre si, por forma a criar um eficiente e interconectado sistema de exploração agrícola. Esta comunidade está efetivamente isolada, mas isso deve-se à sua condição de exclusão cíclica fabricada por uma interseccionalidade de fatores. O território que habita e (re)produz diariamente está economicamente interconectado a nível mundial. E, por isso, depreendemos que o *urbano* está interconectado mundialmente através das geografias do capitalismo, mas isso não significa que os cidadãos também o estejam, mesmo sendo peões dessa História. O isolamento que observámos é comunitário e não territorial e é um factor de exclusão cíclica pré-determinado há mais de um século.

Isto leva-nos a retomar a reflexão sobre a objetificação das análises socioespaciais: onde nos leva o estudo do ‘grau de isolamento’ socioespacial com base em classificações morfológicas e parâmetros de densidade construtiva, infraestrutural e/ou populacional? Concorde-se com Brenner (2014b): são lentes redutoras, falaciosas e ilusórias das dinâmicas emergentes da urbanização global.

Figura 50 – A Comunidade Mais Isolada do Mundo, Diogo Kyrillos Nômade Viajante, 2019



FONTE: youtube.com/watch?v=-7MTVNgeLbk

2.2.5. Corujeira, Porto, Portugal

Por fim refletimos sobre a epistemologia da urbanização planetária à luz de um território em Portugal: a Corujeira. A aproximação a este *lugar* desenvolveu-se em dois tempos e contextos diferentes. A primeira experiência decorreu entre 2012 e 2014, no contexto da décima edição da Revista Dédalo⁹, sob o mote “Who Lives Next Door?”:

Considerando a interação e participação locais como elementos fundamentais para a reflexão, decisão e ação sobre a cidade (...) instigando uma reflexão crítica sobre distâncias e formas de interacção social, bem como o seu papel na construção da realidade actual (...) e a recusa da abstracção e generalização de princípios, meios e fins no processo arquitectónico. (Alves et al., 2012)

⁹ A Revista Dédalo é um projeto editorial e curatorial gerido por alunos da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. A cada nova edição é eleita uma nova equipa editorial. A Dédalo #10 foi coordenada por Ariana Marques da Silva, Joana Varajão, Jorge Alves, Pedro Tomé e Sara Neves, e contemplou um conjunto de eventos que ocorreram entre 2012 e 2014.

Este projeto preveu a organização de atividades que reuniram habitantes, órgãos de decisão pública e organizações locais, estudantes e profissionais de diferentes áreas do conhecimento, e de diferentes nacionalidades, para, em conjunto, refletir sobre o processo de transformação do território no geral e da Corujeira em particular.

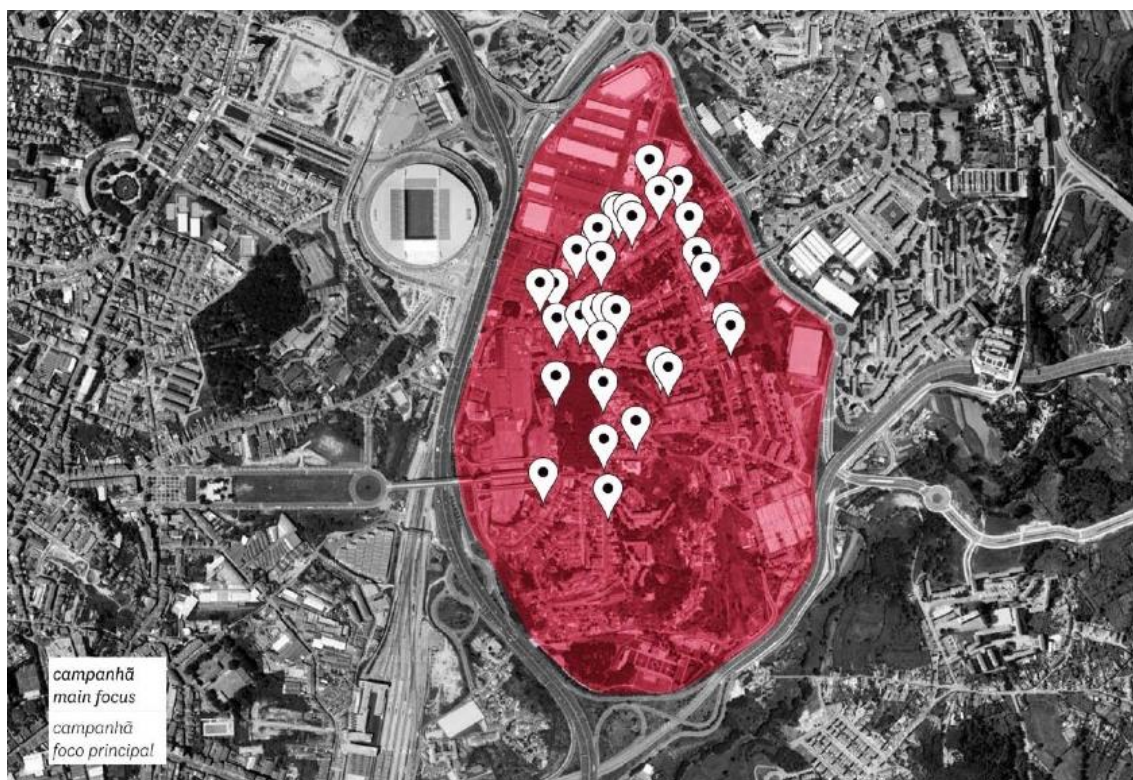
A segunda experiência profissional na Corujeira foi em 2020, no contexto da elaboração de uma candidatura ao programa Bairros Saudáveis, desenvolvida em parceria com a arquiteta Carolina Barreiros e a Associação do Porto de Paralisia Cerebral (APPC), contando com o apoio da Junta de Freguesia de Campanhã e das entidades locais C.A.O.S - Coragem Acima de Outras Situações, Fios e Desafios - Associação de Apoio Integrado à Família, e A Benéfica e Previdente. Com base no conhecimento empírico pré-adquirido pelos vários parceiros durante anos de atuação local, foi apresentada uma proposta de intervenção em cinco *ilhas* habitacionais locais, com o objetivo de “melhorar as habitações em termos de acessibilidade e segurança e responder às necessidades biopsicossociais dos seus moradores” (APPC et al., 2020)

A Corujeira é um *lugar* que pertence administrativamente à freguesia de Campanhã, Município e Área Metropolitana do Porto. O território da freguesia de Campanhã não é um todo uniforme – espelha o desenvolvimento territorial desigual de que historicamente tem sido alvo. A relação polarizada entre as várias *zonas* da freguesia remonta a 1120, quando Campanhã foi “dividida, grosso modo, em duas partes distintas: a área ocidental, mais próxima do centro do burgo e situada dentro dos limites do couto, e a parte oriental, pertencente ao “senhor rei” e formando, por isso, um reguengo.” Desde então, a parte oriental da freguesia – o *reguengo* – foi palco de um *clássico* processo de *extensão da urbanização*: uma zona agrícola implantada nas imediações do assentamento urbano, que é também apropriada pelos burgueses *da cidade* como uma zona de férias bucólica; no século XIX, dada a proximidade da rede ferroviária, é transformada na principal área industrial *da cidade*; consequentemente observa-se o crescimento populacional e a expansão das unidades residenciais para operários; e nos anos 60 torna-se uma área de concentração de habitação social camarária. (Junta de Freguesia de Campanhã, 2014) Em 2013, habitantes da Corujeira mencionavam ‘*ir à cidade*’ para se referirem ao centro Porto – *cidade* à qual

pertencem administrativa e estatisticamente, mas da qual se sentem socioespacialmente excluídos.

Em 2013 a equipa editorial da Revista Dédalo #10 desenhou um mapa (Figura 51) onde definia o território-foco das várias atividades. Este mapa, que procurava identificar um território onde a *exclusão urbana* é visível, acusa um certo *síndrome dos limites* e a objetificação das configurações socioespaciais. No entanto, como constatado não só pela observação empírica mas também através de processos de auscultação da população residente, estas barreiras físicas mesmo não sendo causa exclusiva, são determinantes da exclusão socioespacial deste espaço *da cidade*. O vale, que no século XII separava a zona ocidental da oriental da freguesia, foi-se adensando e hoje correm nele vários eixos de mobilidade pesada sobrepostos – Via de Cintura Interna, linha de caminhos de ferro e linha de metro. Um sistema de mobilidade que, na perspetiva deste *lugar* e dos seus habitantes, separa mais do que une, isola mais do que conecta.

Figura 51 – Ilha da Corujeira, Porto, Equipa Editorial Dédalo #10, 2013 – Território-foco (vermelho) do programa proposto e sinalização dos pontos de recolha de inquéritos.



FONTE: arquivo próprio

[A]s infraestruturas viárias e ferroviárias que circundam esta porção de cidade, permitindo o seu atravessamento apenas em dois pontos, impõem-lhe uma configuração e uma condição semelhantes à de uma *ilha*. (Alves et al., 2014)

Este fosso infraestrutural cria uma distância física e simbólica *do centro*, e marca ainda uma fronteira da intervenção política. Os habitantes da Corujeira inquiridos alertam para a degradação urbana e a segregação social desta zona, alegando serem alvo de abandono, marginalização e estigmatização socioespacial. No entanto, apesar da objetificação socioespacial proposta em 2013 ter cumprido o seu papel¹⁰, entende-se agora melhor as suas limitações. Compreender a condição de exclusão desta *ilha* implica tecer leituras mais alargadas. A despeito das categorias administrativas e das barreiras que a isolam, ‘a’ Corujeira faz parte de um ‘extenso, contínuo e diversificado assentamento urbano’ (Travasso, 2015), onde, “podemos ir praticamente de Aveiro até muito a Norte de Braga, sempre navegando em *ovos mexidos*, sem nunca percebermos onde é que começa e onde é que acaba o quê...” (Domingues, 2018).

Figura 52 – *Ovos mexidos*, Álvaro Domingues, 2018 – *Printscreen* da apresentação



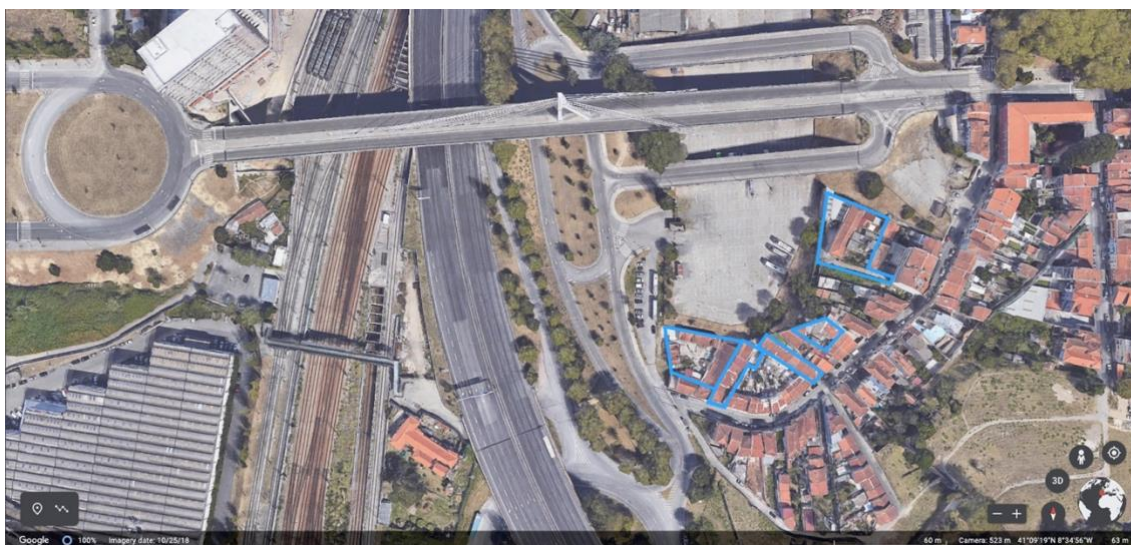
FONTE: youtube.com/watch?v=nvhv3hR2Nw8&t=76s

¹⁰ Ainda que tivesse sido pertinente enquadrar na *ilha* também as zonas do Cerco e Azevedo Campanhã.

A cidade “ovo estrelado” (Domingues, 2018), assente na ideia medieval de um centro bem delineado e da sua periferia morfológicamente estáveis, é hoje um extenso tecido fragmentado, desigual e em constante transformação. A *cidade* a que os habitantes da Corujeira se referiam ir é o *ter-lugar* dos serviços, bens, equipamentos, eventos... do *Sonho Urbano* – benefícios dos quais as pessoas em situação de exclusão urbana são separadas, não determinado por uma distância física, mas pela falta de acesso.

Adicionalmente, a objetificação socioespacial patente no mapa elaborado em 2013 (Figura 51) omite as desigualdades internas deste lugar. A *ilha* da Corujeira não representa uma única realidade socioespacial, plana e homogénea. No seu interior encontram-se outras *ilhas* de exclusão. Em 2020, a propósito do programa Bairros Saudáveis, o território-foco tornou-se mais próximo: cinco *ilhas*¹¹ habitacionais, com cerca de 56 habitação e 72 habitantes, localizadas num único quarteirão na R. Dr. Maurício Esteves Pereira Pinto, intercaladas por habitações unifamiliares.

Figura 53 – Cinco ilhas, um quarteirão, Porto, Sara Neves, 2021



FONTE: imagem base: earth.google.com

¹¹ Aqui referentes à tipologia residencial caracterizada por “filas de casas, em regra pequenas e térreas, construídas na parte traseira dos lotes usualmente profundos, das habitações burguesas ou pequeno-burguesas da cidade do Porto” (Vázquez & Conceição, 2015, p. 6).

A candidatura ao financiamento pressupunha a verificação de no mínimo 3 dos 17 ‘critérios de elegibilidade do território de intervenção’ definidos pelo programa. Nestas cinco ilhas habitacionais na Corujeira verificaram-se 12 desses critérios:

1) Condições de habitabilidade deficientes ou precárias, nomeadamente: a) Mau estado das habitações, por deficiente construção e falta de manutenção; b) Exiguidade do espaço habitável; c) Desadequação severa dos espaços comuns; d) Deficientes condições de acesso ao abastecimento de água, saneamento e energia, designadamente em áreas de génese ilegal; e) Ventilação e iluminação solar insuficientes ou baixo conforto térmico e acústico. 2) Número significativo de moradores com rendimentos baixos ou muito baixos, nomeadamente: a) Pessoas em situação de desemprego, lay-off ou precariedade laboral; b) Pessoas com poucos anos de escolaridade; c) Pessoas abrangidas por prestações e apoios do subsistema público da ação social. 3) COVID-19: a) Número significativo de pessoas de risco em caso de COVID-19, nomeadamente idosos e portadores de doenças crónicas. 4) Número significativo de pessoas com constrangimentos de acesso a cuidados de saúde, nomeadamente por: a) Falta de condições de mobilidade e transporte; c) Falta de capacidade económica para aquisição de medicamentos. 7) Exclusão: a) Número significativo de pessoas em situação de exclusão social, isolamento ou abandono, nomeadamente idosos, pessoas em situação de sem abrigo. (APPC et al., 2020)

Os critérios 5 (taxa de cobertura de vacinação) e 6 (abandono escolar ou falta de condições para o ensino à distância) não foram assinalados por não ter sido recolhida informação relativa, por isso não se exclui a possibilidade de também serem verificáveis neste território. De qualquer forma, este diagnóstico confirma a gravidade da *condição urbana* dos habitantes destas ilhas habitacionais, tendo em conta que a maioria destes critérios são, isoladamente, suficientes para considerar um grupo populacional vítima de *exclusão urbana*.

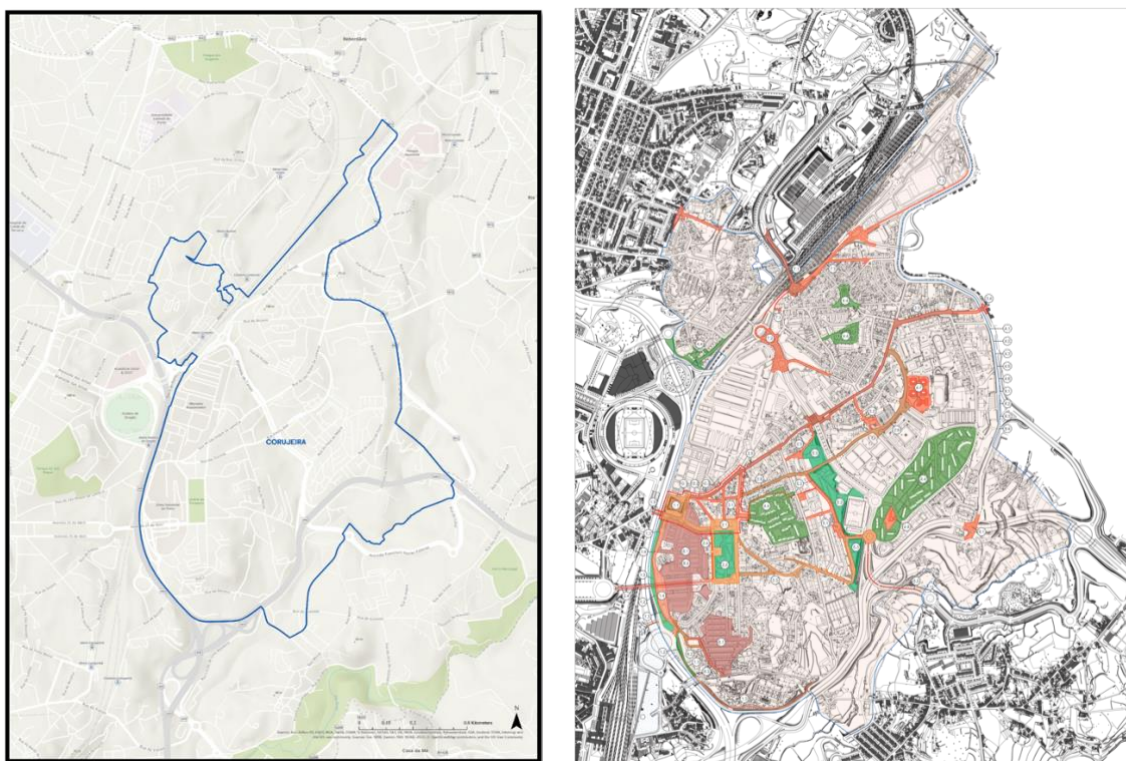
Tendo em vista um financiamento de 50.000 euros, para intervir em 56 habitações, o projeto apresentado a candidatura previa intervenções cirúrgicas – colocação de corrimãos, alargamento de portas, substituição de banheiras por bases de duche, aplicação de antiderrapante no pavimento, entre outras – que permitissem melhorar a acessibilidade e a segurança da população idosa que habita estas ilhas. Uma vez mais,

sem questionar a pertinência destas micro-intervenções paliativas, reflete-se sobre a insuficiência destas ações para romper ciclos de exclusão urbana.

Em 2018 a Câmara Municipal do Porto determinou a Corujeira como uma Área de Reabilitação Urbana (ARU), estabelecendo os seus limites *burocráticos* (Figura 54) e definindo uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU) (Figura 55). Iniciativa que visa do concurso-empregada para a reconstrução e reprogramação do antigo Matadouro do Porto – um *novo pólo económico criativo da cidade*.

Figura 54 – ARU Corujeira, Câmara Municipal Porto, 2018

Figura 55 – ORU Corujeira - Planta do Plano de Ação, Câmara Municipal do Porto, 2019



FONTE (55): cm-porto.pt/avisos/aviso-area-de-reabilitacao-urbana-da-corujeira

FONTE (56): portaldomunicpe.cm-porto.pt

Estabeleceu-se assim uma oportunidade para interromper, de forma estrutural, estes ciclos de exclusão. No entanto as 70 *ilhas* residenciais, com um total de 468 fogos habitados e cerca de 1.086 pessoas, (*Definição da ORU da Corujeira*, 2018, p. 96) dispersas por toda a ARU, não parecem ser um foco estruturante da sua ORU. Apesar

da Câmara Municipal definir estas habitações como ‘unidades habitacionais precárias’ e de as referir na análise SWOT como um “ponto fraco” deste território, a única ação que se dirige diretamente às *ilhas* resume-se à “análise das edificações”.

A operação de reabilitação urbana deverá contribuir para a minimização deste fenómeno na cidade do Porto assente num quadro de intervenção que promova: uma análise às condições de habitabilidade do edificado; uma identificação das tipologias habitacionais a salvaguardar e passíveis de reabilitação e de expansão de área construída; uma fundamentação sobre a viabilidade construtiva e económica de futuras ações de reabilitação (estimativa de investimento e de receitas, incluindo uma análise aos rendimentos disponíveis das famílias ao arrendamento); e uma definição dos agregados familiares a alojar e a realojar. (*Definição ORU da Corujeira*, 2018, p. 34)

Questiona-se em que consistirá esta análise e quando tempo mais levará, tendo em conta os vários estudos realizados e publicados sobre estes núcleos habitacionais, nomeadamente pela Domus Social e a Câmara Municipal do Porto (Vázquez & Conceição, 2015), e a análise mofo-tipológica apresentada no relatório da ORU.

Tecem-se então várias reflexões a partir deste contexto. Em primeiro lugar constata-se o óbvio: que a identificação e tipificação dos territórios e dos grupos sociais em condição de exclusão urbana não é suficiente para quebrar os ciclos de perpetuação dessa condição. Em segundo que, independentemente do regime de propriedade em que se enquadre, a exclusão urbana cíclica, assim como a sua rutura, são responsabilidades de um Estado-Providência.

Existem, no Porto, aproximadamente 954 ilhas privadas, que geralmente partilham pelo menos uma das três características seguintes: inquilinos com baixos rendimentos impossibilitados de pagar rendas elevadas; proprietários por vezes tão descapitalizados quanto os seus inquilinos; agentes e promotores imobiliários a ganhar terreno, expulsando os atuais residentes, sem resolver os problemas estruturantes das ilhas. (Oro, 2021)

O problema das *ilhas* não se resume à Rua Maurício Esteves Pereira Pinto, nem à Corujeira, nem a Campanhã – esta tipologia residencial compõe um mosaico disperso por toda a *cidade*. Mas, também não é um problema exclusivo da *cidade* do Porto - há

ilhas de exclusão urbana espalhadas planetariamente. E, paralelamente, a exclusão urbana cíclica que se verifica na *ilha* da Corujeira, e nas suas *ilhas* residenciais, não é só uma causa-consequência local, mas principalmente da *fábrica urbana* planetária.

A Corujeira insere-se administrativamente numa *cidade* e numa *área metropolitana* – categorias bastante díspares das que supostamente delimitam Ahomoni Miri e Anselmo Andrade. No entanto a exclusão urbana cíclica é um fenómeno transversal aos três territórios. Assim se reitera que a objetificação das realidades socio-espaciais e a obsessão metodológica com a sua categorização em nada contribui para explicar e quebrar os ciclos de exclusão urbana. A exclusão urbana não é associável a um ‘tipo de assentamento’ nem a um ‘grau de centralidade ou densidade morfológica’.

Apesar da condição de exclusão urbana incorporar variadíssimas morfologias, escalas e localizações, resulta num arquipélago de *ilhas*, interconectadas espacialmente pelo *mar urbano* que as envolve, mas isoladas socialmente dos benefícios desse mar. Esta constatação empírica corrobora assim a teoria dos urbanistas planetários e pós-colonialistas: a interdependência mundial da urbanização contemporânea permite-nos estabelecer relações e partilhar experiências entre os lugares (aparentemente) mais díspares do mundo e, por isso, a construção dos mecanismos de rutura dos ciclos de exclusão urbana deve ser um processo conjuntamente localizado e deslocado.

2.3. Condições de possibilidade

Understanding urbanization, for Lefebvre, requires a method of transduction that links reality with possibility. (Kipfer, 2014, p. 290)

Após esta reflexão, ficou ainda mais claro que o *urbano* é uma *condição global* e uma *construção local* e deve ser teorizado como tal. No entanto, testemunha-se também uma aparente insuficiência desta dicotomia para compreender os mecanismos de perpetuação da exclusão urbana e da sua possível rutura. Como verificámos nas reflexões anteriores, as construções locais são um processo plural, composto por grupos distintos e em condições de participação e acesso *ao urbano* opostas. Por isso, a sua “representação exterior como uma classe não só homogénea e plana, mas

essencialmente desconhecida (ou estereotipada) nas suas características, mecanismos, vivências e necessidades” (Fernandes, 2016, p. 436) também é uma simplificação falaciosa do *urbano*. Em direção ao preenchimento desse vazio conceptual, defende-se aqui que o *urbano* não deve ser teorizado apenas com base na relação *processo* $\leftrightarrow$ *produto*, mas deve teorizar também a dinâmica *produtor* $\leftrightarrow$ *processo*.

Brenner e Schmid (2015) na sua proposta epistemológica para teorizar a Urbanização Planetária, defendem que o *urbano* é também um *potencial*:

The urban can be productively understood as a *transformative potential* that is constantly generated through processes of urbanization. (...) [T]he urban cannot be completely subsumed under the abstract logics of capitalist industrialization or state domination: it is always coproduced and transformed through its users, who may strive to appropriate its actualized or unrealized potentials towards collective social uses, to create new forms of experience, connection and experimentation... (p. 177)

O conceito de *produtor* está aqui implícito, no entanto é teorizado enquanto *sociedade*. Além desta *possibilidade* do *urbano* estar ainda pouco explorada na epistemologia da urbanização proposta por Brenner e Schmid, ao generalizarem os *produtores* do *urbano* como uma *unidade* plana, falham na definição de ferramentas para desconstruir a exclusão urbana cíclica. A epistemologia da urbanização planetária permite-nos compreender que a nossa condição socioespacial é invariavelmente urbana – somos todos parte de um *processo planetário coletivo* –, mas também expõe que as condições individuais de participação no *urbano* são extremamente desiguais.

Brenner e Schmid atribuem uma certa casualidade à capacidade de apropriação do *potencial* do *urbano* por parte dos cidadãos - “who may strive” (2015, p. 177). Mas o que se concluiu a partir das três (e de outras) experiências empíricas é que esse *potencial* é, de forma pré-determinada, vedado a um conjunto de *produtores-urbanos* que por isso não são *usufruidores* do *urbano*. São *produtores-desurbanos* – *urbanos* deserdados dos benefícios do *urbano*. A exclusão urbana cíclica não reflete o insucesso ou incapacidade de concretização do *potencial*, mas sim a ausência de *potencial*. Em suma, o *urbano* é um *processo* para todos e um *potencial* para alguns.

[S]ubjecting the body to a state of immobility in which the body is either absent if the apparatus acts as a form of dissuasion against the movement, or hurt, in the case of a confrontation with the apparatus' physicality. In response to such violence, a revolutionary body that could freely migrate from one island to another needs to exist. Rather than delimiting a territory in the form of the sedentary property, (s)he considers her (his) land in the same way than nomads do, a mobile parcel of earth that the body itself delimits. (Lambert, 2012)

Posto isto, conclui-se que o *urbano* é uma *condição global*, uma *construção local* e uma *possibilidade individual/grupo*¹². E, nesse sentido, parece-nos crucial que a epistemologia da Urbanização Planetária teorize também as diferentes dimensões do *produtor do urbano*, para ajudar a decifrar a acentuação da desigualdade e polarização das condições de participação e acesso *ao urbano*.

A produção de uma teoria urbana *localizada e deslocada* (Roy, 2009) deve contemplar não só a troca de experiências e mundividências derivada do processo de construção socioespacial local, mas também a troca de percepções individuais e intergrupais sobre a participação nesse processo. Só assim poderemos compreender como as condições de participação no processo urbano divergem entre habitantes do mesmo território. Como já concluímos anteriormente, a (re)produção cíclica da desigualdade socioespacial não é apenas fruto do território, mas também da interseccionalidade de sistemas de discriminação e opressão, que particularizam os *produtores* com base em categorizações biológicas, sociais e culturais.

Em suma, é crucial incluir a *dimensão individual humana* neste debate para construir novas perguntas sobre o desenvolvimento urbano desigual. Como Ana Silva Fernandes defende, a partir de Schumacher, é preciso uma visão humanizada do território:

[T]rabalhar a partir do existente: dos seus recursos, das suas instituições, das suas aspirações e capacidades. Será, portanto, essencial uma *consciencialização* de

¹² Considera-se aqui um grupo como a associação espontânea de indivíduos, motivada por diversos fatores – laços familiares, relações de vizinhança, partilha de papéis, interesses, aspirações, problemas...

limitações e potenciais, para lidar com o existente e com o futuro, apoiando a evolução para estruturas mais sólidas e adequadas. (2016, p. 421)

É preciso visualizar o território como uma possibilidade de humanização.

Brenner e Schmid (2015) propõem uma leitura da *fábrica urbana* a partir do cruzamento de três *momentos da urbanização* – *urbanização concentrada, extensiva e diferencial* – e três *dimensões da urbanização* – *práticas espaciais, ordenamento do território e vida quotidiana*. Defende-se então que a este quadro conceptual – que permite teorizar as *condições de possibilidade da (re)produção coletiva do urbano* – se devem juntar vetores de conceptualização das *condições de possibilidade de cada produtor* no processo urbano.

Propõem-se três *condições de possibilidade individual da urbanização*:

- *Situação no urbano* – estado temporariamente fixo de cada indivíduo, definido por um conjunto de características socioespaciais com uma evolução histórica, que estabelece o ponto de partida de cada *posicionamento*;
- *Posicionamento no urbano* – *força* de mudança que cada indivíduo exerce sobre o urbano, através de escolhas, tornando o percurso histórico do urbano mais ou menos imprevisível;
- *Papel no urbano* – *função* que um indivíduo cumpre no processo urbano, e *mecanismo de organização social* das forças de cada indivíduo.

Ademais, refletimos sobre estas três *condições de possibilidade* à luz das experiências empíricas já abordadas, tendo em perspetiva a construção de mecanismos de rutura da exclusão urbana cíclica.

2.3.1. Situação

A *situação no urbano* de um indivíduo ou grupo define-se pelo acesso que tem às configurações socioespaciais materializadas temporariamente, e pela perceção da relação configurações $\leftarrow \rightarrow$ acesso. Nesta dissertação, por influência da epistemologia da urbanização planetária, focámo-nos essencialmente na reflexão sobre a

continuidade, desigualdade e interconectividade mundial do processo de transformação das configurações socioterritoriais. No entanto, interessa-nos aqui refletir sobre essas configurações temporárias enquanto *condições de possibilidade* – ou seja, de que forma permitem ou inibem os *posicionamentos no urbano* de determinado(s) indivíduo(s) ou grupo(s), e, em última instância, se/como possibilitam a *rutura dos ciclos de exclusão*.

O *potencial* das configurações socioespaciais é uma espécie de caminho em direção a um *topo* (*topo: livre acesso às serventias urbanas*). No entanto, esse caminho tem dois itinerários possíveis: um é uma escada rolante que sobe, outro uma que desce. A *situação* é a posição temporária individual ou em grupo nesse percurso. Não é apenas uma posição física geoespacial, mas também uma posição relacional – ou seja, dependente da percepção e relação individual com a sua *situação*. Por isso, as *situações* são uma condição interna não observável. Ademais, as configurações socioespaciais estão em contínua transformação, na medida em que o indivíduo parte constantemente de novas *situações* para se posicionar. No entanto, como concluímos anteriormente, onde a transformação é cíclica, as configurações socioespaciais apesar de serem temporárias são repetitivas e, por essa razão, as *situações* também o são.

O *urbano* contempla obviamente uma multiplicidade de caminhos e atalhos diferentes, mas a acentuação da polarização das condições socioespaciais reflete-se cada vez mais nas duas opções antagônicas desta analogia. E a exclusão cíclica resulta em suma da negação da opção de escolha do itinerário a percorrer no *urbano*.

Esta bipolaridade parece-nos extremamente evidente em Ahomoni Miri, na Índia. As opções que determinam a exclusão ou a inclusão urbana resumem-se praticamente a: ficar ou migrar. Em Ahomoni Miri, as configurações socioespaciais temporárias cíclicas, ou seja, repetitivas, são determinantes das *situações* de cada indivíduo. Viver em Ahomoni Miri implica lidar de forma cíclica com a privação dos *benefícios urbanos* básicos. O que, de forma clara, nos permite concluir que, apesar de mutuamente constitutivas, as *condições de possibilidade individual – situação, papel e posicionamento* – não têm todas o mesmo peso na perpetuação da exclusão urbana.

No âmbito do projeto Gharaunda, foi desenvolvido um conjunto de atividades¹³ para debater as aspirações da população local face às condições de habitabilidade. Esse processo destacou, nomeadamente, a diferença da perspetiva da população mais idosa relativa ao problema das cheias, comparativamente à da população mais jovem. Se uns desejam que lhes seja devolvida a *situação* anterior – o retorno ao passado roubado, o *antes-do-dique* – outros sonham com a participação na construção de um futuro diferente do que lhes foi pré-determinado. A construção do dique é um evento que marca a transformação brusca da *situação* socioespacial de uns – definindo um *antes* e um *depois* – mas é uma *situação* pré-determinada à nascença para outros.

O processo de auscultação em Ahomoni tornou claro que a *situação* da qual cada um parte, para os seus *posicionamentos no urbano*, não é apenas moldada pelas condições socioespaciais temporárias, mas também pela *perceção* dessas configurações e pelas *aspirações* relativas à sua mudança. Depreende-se assim que o processo de rutura do ciclo de exclusão urbana em que se encontram poderá não ser também igual para todos, porque essa *rutura* representa mudanças diferentes para cada indivíduo. Destaca-se neste exemplo a diferença geracional, mas foram expostas outras diferenças de perspetiva com base na profissão, classe económica, género, religião, cultura... Por isso, a rutura destes ciclos de exclusão deve ter em conta a interseccionalidade que caracteriza a condição de exclusão urbana de cada um.

[T]his framework is more than an analysis of poverty and necessity (...) designates it as an analytics of 'superfluity'. (Roy, 2009, p. 827)

A par dos processos de auscultação, considera-se que a observação das configurações socioespaciais, resultantes de processos *informais* de (re)produção do espaço, também é uma metodologia operativa crucial à problematização das *situações urbanas* em ciclos de exclusão. As manifestações informais têm implícitas necessidades por suprir e ademais, espelham as *perceções* e *escolhas* individuais ou em grupo sobre o território.

¹³ Descritas no capítulo 2.2.1. *Nota Metodológica*.

Em Ahomoni Miri observam-se inúmeras estruturas e mecanismos informais de resistência aos problemas derivados das inundações, nomeadamente: pontes provisórias de acesso às casas e um diverso leque de estruturas elevadas do solo, para protegerem os seus escassos bens, em caso de inundação.

Figura 56 – *Floating gardens*, Ahomoni Miri, Sara Neves, 2018 – Plantações individuais de subsistência, elevadas do solo para resistirem às inundações



FONTE: arquivo próprio

Em Anselmo Andrade, são construídos sanitários individuais, sem água canalizada nem sistema de esgotos, em alternativa à casa de banho comum herdada do tempo colonial, que contém sanitas e chuveiros compartimentados, e água canalizada. (Figura 57) Aqui, estas construções *informais* denotam acima de tudo uma *preferência*, que não se vincula apenas à satisfação de necessidades fisiológicas básicas, mas também a necessidades psicológicas individuais e comunitárias.

Figura 57 – Cardápio de casas de banho, Anselmo Andrade, Sara Neves, 2017 – Casas de banho individuais em primeiro plano, casas de banho e balneário comuns em segundo plano



FONTE: arquivo próprio

Situações semelhantes são verificáveis em *ilhas* habitacionais na Corujeira, onde diversas famílias não têm acesso a uma casa de banho privada. Mas, se em Ahomoni Miri e Anselmo Andrade a *informalidade* espelha de forma clara a ausência da ação do estado, em lugares como a Corujeira o poder de jurisdição da produção *formal* do espaço é superior, e a *informalidade* é mais ativamente reprimida. No entanto, como já concluímos anteriormente, isto não significa que não exista exclusão urbana cíclica.

(...) a *pobreza exposta* – retratando a expansão urbana a Sul –, a *pobreza encoberta* – voltada para as economias emergentes – e a *pobreza assistida* – direcionada especialmente ao contexto ocidental, analisando a construção e transformação do Estado-social. (Domingues & Fernandes, 2015, pp. 18–19)

Em contextos de pobreza assistida, como as *ilhas*, torna-se ainda claro o papel da *informalidade* no sistema de urbanização capitalista (Vieira & Pimenta, 2021).

“The differential value attached to what is ‘formal’ and what is ‘informal’ creates the patchwork of valorized and devalorized spaces that is in turn the frontier of primitive accumulation and gentrification. (Roy, 2009, p. 826)

A partir destas três experiências depreende-se que a produção *informal* do espaço é um indicador crucial ao estudo das *situações urbanas* e à construção de mecanismos de rutura dos ciclos de exclusão. O que significa que a *informalidade* também deve ser considerada nos processos de conceptualização do *urbano*. A *informalidade* é um espelho de identidades individuais e em grupo, é uma manifestação de microcultura – essencial à problematização de uma sociedade cada vez menos dependente do território e das divisões administrativas para se definir culturalmente. A microcultura não tem escala espacial, é um processo de criação de vínculos em torno de múltiplos *objetos*, crenças, interesses, aspirações, problemas, necessidades... O trabalho de António Brito Guterres dedicado à divulgação da música produzida por jovens da periferia de Lisboa, enquanto forma de expressão e emancipação cultural, é um brilhante exemplo (Guterres, 2019). No entanto, salienta-se a importância de não interpretar a *informalidade* como uma representação pura de aspirações, quer nos contextos onde é mais visível quer nos em que é reprimida – em contextos de exclusão urbana cíclica, a *informalidade* é sobretudo um mecanismo de sobrevivência. Apesar de representar escolhas individuais e em grupo, estas são extremamente circunscritas à limitação das opções de escolha. Por isso a *informalidade*, apesar de ser um indicador importante para a conceptualização do *urbano*, não constitui por si só um mecanismo de rutura de ciclos de exclusão. Para isso, como Ana Silva Fernandes defende, é preciso articular estas manifestações com o planeamento *formal*:

[O]s processos informais de colmatação de carências poderão actuar não só como indicadores de prioridades, preferências e mecanismos de superação da pobreza (...) mas como *contributos* válidos para a redução de desfasamentos das políticas de redução da precariedade, podendo ser integradas nas ferramentas de planeamento. (Fernandes, 2016, p. 6)

2.3.2. Papéis

Cada indivíduo tem diferentes *papéis no urbano* - funções que incorpora no processo de urbanização. Algumas são atribuídas, outras escolhidas, porém quando se está numa *situação* de exclusão urbana cíclica, os *papéis no urbano* são majoritariamente pré-determinados. Em conjunto, os *papéis no urbano* constituem uma rede de organização e hierarquização social, que regula os *posicionamentos* de cada indivíduo em prol de um projeto comum – *a urbanização planetária*.

O estudo dos *papéis no urbano* parece-nos essencial para compreender as relações de hierarquia e desigualdade no processo de desenvolvimento territorial. Importa problematizar o desequilíbrio do acesso aos *benefícios do urbano*, mas principalmente os mecanismos de inibição do poder de escolha do contributo individual na construção do *urbano*, considerando-se este um fator chave de rutura dos ciclos de exclusão.

O processo de desenvolvimento do projeto Leve-Leve, em Anselmo Andrade, tornou explícita a importância do processo de *distribuição de papéis no urbano*. O projeto pressupunha a participação de diferentes grupos de atores, e os papéis de cada um foram sendo atribuídos a seu tempo, em prol de um suposto objetivo comum: a construção de uma biblioteca na Escola local. A iniciativa foi de uma ONG portuguesa e do Ministério da Educação de São Tomé e Príncipe. O local da futura obra pertence ao Ministério da Educação, o financiamento ficou a cargo da ONG, e a responsabilidade do processo de diagnóstico, projeto de arquitetura e gestão da construção, foi entregue a uma equipa de técnicos portugueses. Aos habitantes locais, o Ministério e a ONG imputaram, sem remuneração em troca, a mão de obra da construção. Por fim, determinaram que a biblioteca seria propriedade e responsabilidade do Ministério da Educação, com regras de utilização impostas por este.

Durante o processo de diagnóstico observou-se um conflito de papéis e a demonstração de interesses antagónicos. A população mostrou-se reativa quanto à sua participação na construção do projeto. Colocaram em causa as regras de utilização da futura biblioteca, impostas pelo Ministério da Educação, nomeadamente a restrição do acesso às crianças e o condicionamento da sua utilização ao período e horário

escolar. Defendeu que o espaço deveria ser usado de forma mais livre e espontânea, alegando que seria uma infraestrutura apreciada por habitantes de outras fachas etárias e que, mesmo em prol das crianças, o equipamento estaria fechado nas horas em que seria mais pertinente – depois das aulas para a realização dos trabalhos de casa. O Ministério da Educação apresentou-se relutante em dialogar, defendendo que a população local não teria capacidade para gerir o espaço e proteger os interesses das crianças. A ONG apoiou o Ministério e confrontou a população com a importância da sua participação na construção, sob o argumento de que seria um projeto para usufruto dos seus filhos. Perante este conflito, a equipa de técnicos considerou necessário questionar os desígnios do projeto e a forma como estes foram definidos, redefinindo-os em conjunto com a população. (Figura 41) Este processo resultou na escolha de um edifício colonial sob tutela da Associação de Moradores para ser reconvertido na biblioteca – a antiga casa de banho comunitária, atualmente abandonada –, e na participação voluntária da população na sua reconstrução. Como consequência deste processo, o projeto perdeu o apoio da ONG e do Ministério.

Desta experiência, conclui-se que a definição dos desígnios de um projeto de transformação socioespacial, independentemente da sua escala, deve ser um processo coletivo de desenvolvimento local. Ademais, é notória a necessidade da definição dos *papéis* ser uma parte fundamental desse processo inicial participado. Em casos em que se imponha a reformulação de *papéis*, pré-determinados anteriormente, também é importante contemplar medidas de suporte à transição de papéis.

A *informalidade* também pode ser útil neste contexto – problematizada enquanto um *papel forçado no urbano*. Em contextos de exclusão urbana cíclica, a produção espacial *informal* deve ser conceptualizada como uma necessidade – uma ação de resistência ou sobrevivência – e não como uma preferência. Ou seja, é um *papel* que apesar de ter sido diretamente imposto, a sua imposição está implícita na sua *situação cíclica*.

Is this 'really about a "collective system" or a desperate search for human agency (improvisation, incessant convertability) in the face of a neoliberal grand slam? Open and flexible, if provisional, is what used to be called self-exploitation'. (WATTS, 2005, p. 184 APUD Roy, 2009)

No processo de distribuição de *papéis no urbano*, em contextos de exclusão urbana, a informalidade deve ser lida como um indicador de inibição do poder de escolha e de capacidade de decisão sobre o *urbano*, e não como um mecanismo de responsabilização forçada pela *produção do urbano*.

Em Ahomoni Miri esta incumbência subversiva da produção informal do espaço é explícita. Pradhan Mantri Awaas Yojana – Gramin (PMAY-G) é uma política de habitação do estado Indiano que se destina às zonas rurais da Índia. Esta política de habitação assenta na oferta de financiamento aos agregados familiares para construirem as suas próprias casas, sendo o custo partilhado entre o governo central e os estatais. O montante atribuído a cada família é fixado a nível nacional, mas o processo de pagamento é definido pelos estados. Em Assam, a libertação dos fundos é feita em três prestações: a primeira após as fundações da casa estarem concluídas, a segunda depois de terminada a estrutura ao nível do lintel e a terceira após a conclusão total da casa. A casa deve ser construída em dezoito meses, a partir do pagamento da primeira prestação, e a conclusão da construção deve ser comprovada por um supervisor que visita o terreno, mas, dada a escassez de recursos e organização, a prática local consiste apenas no envio de uma fotografia tirada pelo beneficiário. O desenho das casas é providenciado pelo estado e o último pagamento só é libertado se a construção cumprir com os requisitos estabelecidos nesse modelo.

O governo de Assam considera a comunidade Mising como um grupo resistente à adoção do programa, no entanto, em Ahomoni podem-se encontrar várias casas PMAY-G. Mas, apesar de todas seguirem o mesmo modelo providenciado pelo estado (único para toda a região), variam bastante. O modelo não é seguido pela maior parte dos habitantes locais, ora porque rejeitam as configurações impostas, ora porque não têm dinheiro para as executar. A prática mais comum é respeitarem a instruções da fachada principal – o suficiente para tirar a fotografia de prova de conclusão da construção – e adaptarem o resto da casa às suas aspirações e possibilidades.

Figura 58 – PMAY-G houses, Sara Neves, 2017 – um dos critérios do governo mais subvertido pela população é a plastificação das paredes, geralmente só verificável na fachada principal



FONTE: arquivo próprio

A população alega que o modelo não cumpre as suas expectativas. Mas além disso, como constatado durante o levantamento, o desfazimento entre o modelo prescrito e as atuais construções também é derivado da fraca e quase inexistente informação apresentada no manual de construção e da iliteracia dos construtores locais e dos beneficiários, que são incentivados a participar no processo de construção. Além disso, os beneficiários invocam a insuficiência da subvenção (INR 1.3 lack) para cumprir o modelo das suas casas, e criticam o processo de libertação dos fundos que implica que os beneficiários tenham poupanças para avançar com a construção.

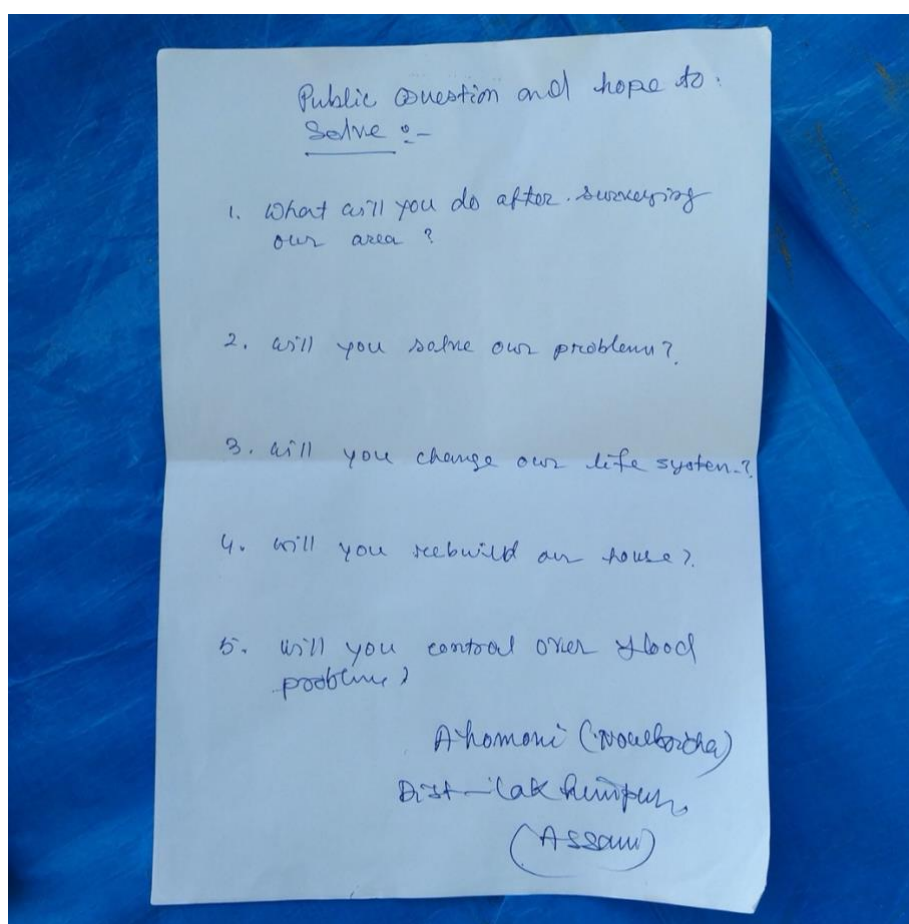
As evidências no terreno são claras: o mero apoio financeiro não teve os resultados desejados nem os progressos pretendidos no parque habitacional, pelo facto de ter sido colocado o ónus da operacionalização do programa integralmente na população.

To ensure timely completion of quality houses within the available resources, in addition to providing financial assistance to the beneficiaries for house construction, it is essential that crucial support services like briefing on the stage wise requirement of materials and resources, the development of different options of locally relevant house type designs, awareness on cost saving construction technologies, facilitation of common procurement of construction materials, availability of sufficient number of trained masons etc are provided to the beneficiaries. (PMAY-G, 2015, p. 35)

O apoio necessário está previsto no programa de habitação PMAY-G, o problema é que estas ações não estão a decorrer e, face ao levantamento, constata-se que essa ausência afeta estruturalmente o desenvolvimento e sucesso deste programa.

Conclui-se que uma distribuição de *papéis* orientada à liberdade e igualdade de escolha, não isenta um processo de mediação da escolha e de apoio ao desempenho dos papéis – pelo contrário, reforça a sua imprescindibilidade. Ademais, aqueles que desempenham num papel de mediação, têm a responsabilidade de ‘trabalhar a partir do existente e *consciencializar* para as limitações e potenciais’ (Fernandes, 2016), com o objetivo de cumprirem o maior de todos os deveres: gerir expectativas.

Figura 59 – *Expectations*, Sara Neves, 2018 - Carta da população entregue durante grupo focal da discussão dos resultados do levantamento



FONTE: arquivo próprio

Por fim, defende-se que o debate sobre os *papéis no urbano* é fulcral aos estudos urbanos críticos que visem compreender e romper com a lógica de desenvolvimento territorial desigual contemporânea. É importante compreender os *papéis* que cada interveniente desempenha no *urbano*, a (escassa) comunicação entre os diferentes grupos e a (des)articulação das respetivas ações. E, acima de tudo, é improtelável a reflexão sobre os processos de distribuição e legitimação de *papéis no urbano* – marcados pela desigualdade entre a incumbência e a livre escolha. Articular as responsabilidades e direitos de proprietários, financiadores, executantes, gestores e beneficiários do *urbano* é uma tarefa complexa, mas é também uma das ferramentas mais decretórias do sucesso das tentativas de rutura de ciclos de exclusão.

2.3.3. Posicionamentos

Por fim, os *posicionamentos* são encarados como um *objetivo* na rutura de ciclos de exclusão. Uma *possibilidade* consequente do equilíbrio entre *situação* e *papéis*. Uma dimensão pessoal inviolável, que se constitui como uma permissa essencial do *comum* – porque a neutralidade, a ausência de escolha e o compromisso são ferramentas prediletas da individualidade. Por isso, não se propõe aqui o seu estudo *per se*.

Organizar o território, hoje, significa *posicionarmo-nos* constantemente, a favor ou contra (não necessariamente sempre a favor ou sempre contra), num processo extremamente veloz e jurisdicional – o *urbano*. Não acreditamos na possibilidade de ser-se externo ao processo. Todos organizamos o território habitando-o. Mas as milícias-contra não tornam o *processo* mais lento ou complacente. E as a favor não o aceleram nem demonizam. É da contradição e da contínua dinâmica *vencedor-vencido* que o atual projeto urbano se alimenta e triunfa.

É o nosso constante *posicionamento* nesta batalha que molda o *urbano*. Os *posicionamentos* são influenciados pelos nossos *papéis*. E cada um espelha a sobreposição de diversos papéis. Cada *papel* resulta da interceção entre os *posicionamentos impostos* - inerentes à construção social do *papel* - e os *posicionamentos escolhidos*. Ou seja, os *papéis* vão sendo influenciados pelos

posicionamentos. E ambos – *posicionamento* e *papéis* – são influenciados pela nossa *situação*: o lugar de onde observamos o mundo e a partir do qual nos *posicionamos*. A nossa *situação*, por conseguinte, muda perante a contínua reconstrução dos nossos *posicionamentos* e *papéis*. São três dimensões dialéticas, mutuamente constitutivas e em constante transformação, que se *exteriorizam* temporariamente na *condição urbana* de cada um. Assim, a nossa *condição* - *materialização temporária* da nossa *exterioridade* - é causa-processo-consequência do *urbano*. Ou seja: a contradição de que o *Sonho Urbano* se alimenta não é simplesmente um antagonismo social, é também um conflito interno.

O que aqui se pretende discutir é como é que a nossa *condição urbana* é manipulada, imposta, escolhida e perpetuada. Se é claro que é uma construção social, manipulada e imposta, também se acredita que é (ou deve ser) uma construção individual, uma *escolha*. Mesmo que construção social e individual sejam também mutuamente constitutivas, o desequilíbrio desta dialética é tangível, ainda que *invisível*.

Constatamos isso, não através de um processo de abstração teórica, mas da observação empírica. Assume-se, como premissa e conclusão, que uns têm mais *poder de escolha* do que outros. E esta não é uma afirmação abstrata ou relativa: há pessoas que vivem uma *condição* desurbana cíclica e, se tivessem *poder de escolha*, mudá-la-iam certamente. Assim, a *condição* de exclusão urbana cíclica é a exteriorização da ausência absoluta de poder de escolha e da imposição totalitária de *situação*, *papéis*, *posicionamentos*, e resulta enfim na negação de um conjunto amplo de direitos básicos - acesso a alimentação, abrigo, saúde e educação. O cerne da questão é que a *condição urbana*, mesmo enquanto processo em constante transformação, é uma transformação cíclica para a maioria das pessoas.

Assim, desta interpretação da *condição urbana* decorre a questão que se pretende debater num projeto de investigação futuro: A efetivação do *poder de escolha* sobre as *situações*, *papéis* e *posicionamentos no urbano*, é a *condição de possibilidade individual* necessária à ruptura dos ciclos de exclusão urbana?

3. Escolha da condição urbana

3.1. Nota prospetiva

Esta dissertação assume-se por fim como base de um futuro projeto de investigação-ação, onde se pretende *testar* as novas ‘ferramentas de leitura e problematização da urbanização’ (Domingues & Fernandes, 2015) adquiridas. Assim, neste capítulo final tecem-se considerações propespetivas direccionadas ao futuro projeto.

Propõe-se debater o *poder de escolha no urbano*, não como um valor absoluto, mas a partir das condicionantes incontornáveis, necessárias e suficientes da sua operacionalização enquanto mecanismo de rutura de ciclos de exclusão. Em razão disto, arrisca-se um enfoque temático e territorial da pesquisa:

- Em primeiro lugar, elege-se a habitação em representação das múltiplas configurações do *urbano* materializadas temporariamente – interfaces do *urbano* determinantes da *condição urbana* de cada um.
- Considerando a habitação um enfoque ainda demasiado amplo, afunila-se o caminho em direção ao estudo da *procura de habitação*, enquanto ação que implica um *posicionamento* individual/em grupo no *urbano*, ou a sua inibição.
- Exclui-se ainda da investigação a influência das características físicas e materiais da habitação no processo de procura, focando-se apenas no *lugar* da habitação.
- À luz da epistemologia e ontologia da urbanização acima teorizadas, o *poder de escolha do lugar de habitação* deve ser conceptualizado à escala planetária, local e individual. Assim, propõe-se usar as políticas de habitação como escalímetro do enfoque, elegendo a área de influência de uma Estratégia Local de Habitação como posição de partida.

Assim, em suma, propõem-se estudar o processo de *escolha do lugar de residência* de um determinado grupo em condição de exclusão urbana, partindo do *poder de escolha* do lugar da habitação como um mecanismo de rutura do ciclo de exclusão e do (parcial) autocontrolo da *condição urbana* individual.

3.1.1. Papel da habitação no urbano

Considera-se o *poder de escolha do lugar de habitação* simultaneamente operativo e significativo do *poder de escolha da condição urbana*. A partir da epistemologia da *Urbanização Planetária*, concluímos que, independentemente do *poder de escolha*, a condição de habitação será *urbana*. Ou seja, *urbano* e habitação são coincidentes, ainda que a habitação seja uma condição necessária, mas não suficiente do *urbano*.

A habitação – e nomeadamente a *escolha do lugar de residência* – é tanto uma condição global como uma construção local, e é ainda um mecanismo de autoconstrução. É uma interface da vida quotidiana, das práticas espaciais e da regulação territorial, um instrumento dos momentos de urbanização concentrada, extensiva e diferencial. É objeto predileto da destruição criativa. É um escalímetro extremamente amplo do *urbano* e um barómetro extraordinariamente sensível da *condição urbana*. É por isso uma ótima lente para estudar a correlação entre o *urbano* e a transformação cíclica da *condição urbana* de cada um.

A habitação é um bem tangível, situado, reflexo da dinâmica global-local, mas também da construção social-individual. A habitação é simultaneamente ‘proteção individual e representação social’ (Fernandes, 2016). É uma estrutura física que abriga e permite o acesso digno a outras infraestruturas básicas – como água potável, saneamento e eletricidade – consagrada como um direito humano universal em 1948 (*Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948). Direito que, em 1998, foi expandido por forma a incluir outras condições necessárias ao usufruto de uma *habitação condigna*:

[I]ntimidade suficiente, espaço adequado, segurança adequada, iluminação e ventilação suficientes, infraestruturas básicas adequadas e localização adequada relativamente ao local de trabalho e aos serviços essenciais – tudo isto a um custo razoável para os beneficiários. (*Direito Humano a uma Habitação Condigna*, 2002, p. 7)

Porque a habitação além de um abrigo é o lugar a partir do qual cada um observa o mundo e é observado. É uma moldura que enquadra o olhar de outros sobre a *situação, papéis e posicionamentos* de cada um. E essa moldura – o *housing status* (*REPORT on Access to Decent and Affordable Housing for All*, 2020) – afeta o acesso ao

emprego, bens e serviços, assim como a participação na vida social e política (Marcuse & Madden, 2016). Ou seja, a habitação, enquanto lugar de onde observamos e somos observados, é uma condição base para a consumação de outros direitos básicos. É determinante dos *papéis* e *situações* a partir dos quais nos *posicionamos*. Isto significa que, para os que pertencem a um círculo de exclusão urbana, a habitação é simultaneamente causa e consequência da interseção cumulativa de sistemas de discriminação, opressão e marginalização.

A habitação é, ademais, uma base resolutiva e reprodutiva da *urbanização planetária* enquanto projeto capitalista. Espelha as suas contradições sociais, políticas e ambientais, personalizando-as, e é um objeto multisignificante de disputa de poder:

“Housing means many things to diferente groups. I tis home for its residents and the site of social reproduction. I tis the largest economic burden for many, and for other a source of wealth, status, profit or control. It means work for those who construct, manage, and maintain it; speculative profit for those buying and selling it; and income for those financing it. It is a source of tax revenue and a subject of tax expenditures for the state, and a key componente of the structure and functioning of cities”

(Marcuse & Madden, 2016, p. 11)

Ou seja, a habitação é um espelho da *competitividade urbana* (Wachsmuth, 2014) de que o *O Sonho Urbano* se alimenta, sendo, por isso, um dos principais instrumentos da polarização das condições socioespaciais dos cidadãos.

A habitação não é um mecanismo suficiente para resolver os problemas de exclusão social e por isso não deve ser elevado a tal, inclusivamente porque, como qualquer instrumento multisignificante, pode servir muitos fins distintos. No entanto, defende-se aqui o seu potencial enquanto ferramenta inquisitiva e reivindicativa do *urbano*. Enquanto objeto de disputa tangível e coletor de conhecimento empírico partilhado: sobre as estratégias, vantagens, danos, sabores e dissabores quotidianos da sua instrumentalização. Ou seja, interessa conceptualizar a habitação enquanto linguagem familiar comum – *condição de possibilidade* da devida efetivação da *participação pública* nos processos de ordenamento do território.

Posto isto, projeta-se o estudo do ‘potencial do *poder de escolha do lugar de habitação* enquanto mecanismo de rutura de ciclos de exclusão socioespacial’, problematizando-se a capacidade participativa e decisiva de todos os cidadãos sobre o sua *situação, papéis e posicionamentos no urbano*. O *poder de escolha do lugar de habitação* crê-se que representa, por fim, a possibilidade ‘do uso quotidiano, a reprodução social e a experimentação cultural’ que Brenner e Schmid (2015) invocam para o *urbano*.

3.1.2. Direito à escolha do lugar de residência

Discutir as condicionantes da operacionalização do *poder de escolha no urbano* implica não só um enfoque temático mas também territorial. Nesse sentido, partimos das áreas de influência das políticas de habitação em Portugal para estabelecer o enfoque.

A Lei de Bases da Habitação (LBH), da República Portuguesa, assume nesta proposta um papel charneira. Considera-se que esta lei incorpora o potencial instrumental da habitação que aqui se pretende explorar. Estabelece uma relação de interdependência entre a habitação e o habitat e fixa concretamente o ‘*Direito à escolha do lugar de residência*’ como força de lei (*Lei 83/2019*, 2019, Artigo 11.º):

Artigo 11.º - Direito à escolha do lugar de residência

- 1 - O Estado respeita e promove o direito dos cidadãos à escolha do lugar de residência, de acordo com as suas necessidades, possibilidades e preferências, sem prejuízo dos condicionamentos urbanísticos.
- 2 - Em caso de realojamento por entidades públicas, é obrigatória a audição dos envolvidos e promovida, sempre que possível, a permanência das pessoas e famílias a realojar na proximidade do lugar onde anteriormente residiam.
- 3 - Em caso de realojamento por entidades privadas, determinado por imperativo legal, é obrigatória a auscultação dos envolvidos e promovida, sempre que possível, a permanência dos arrendatários ou cessionários de habitações na proximidade do lugar onde anteriormente residiam.
- 4 - Na atribuição de habitação adequada em processos públicos de realojamento em bairros e áreas contíguas, são tidos em conta os laços de vizinhança e comunidade preexistentes.

O caminho já foi aberto. No entanto, constata-se que ainda há muito a percorrer para efetivar este direito, nomeadamente a definição de um programa que a operacionalize como reivindica Helena Roseta. Paralelamente, entre os programas de apoio à habitação em curso – agregados na *Nova Geração de Políticas de Habitação* – os que apoiam de forma mais explícita o *direito de escolha do lugar de residência* ora são insuficientes para efetivar o direito à escolha e não estão acessíveis à população em ciclos de exclusão urbana (Arrendamento Acessível, Porta 65 e Chave na Mão); ora estão em fase piloto (Da Habitação ao Habitat); ou estão por legislar (Porta ao Lado). (República Portuguesa & IHRU, sem data) Entre todos, destaca-se aqui o potencial do Programa 1.º Direito. Este, apesar de não ter explícito o *direito de escolha do lugar de residência*, cria condições para a sua realização. No entanto, também cria condições para a sua total inibição. Em suma, deixa o poder de decisão – entre efetivar o princípio da escolha ou prorrogar o princípio da atribuição – nas mãos dos Municípios.

CAPÍTULO IV - Financiamento a beneficiários diretos

Artigo 31.º - Financiamento à autopromoção

As pessoas indicadas no artigo 25.º podem beneficiar de financiamento para realização de obras de autopromoção de um prédio de habitação unifamiliar para habitação própria e permanente, desde que a construção seja promovida com projeto previamente aprovado e seja acompanhada por técnico especializado.

Artigo 33.º - Financiamento à aquisição

Só é admitida a concessão de apoio direto ao abrigo do 1.º Direito às pessoas indicadas no artigo 25.º para aquisição de uma fração nos casos em que o município competente e o IHRU, I. P., não disponham de habitação adequada para lhes atribuir e não exista uma solução habitacional promovida por uma das entidades referidas no artigo 26.º que seja aplicável.

CAPÍTULO VI - Candidaturas e contratação

Artigo 59.º - Pedidos de apoio

- 1 — As pessoas singulares, isoladamente ou enquanto titulares de um agregado, e as entidades (...) que pretendam candidatar-se a apoio para soluções habitacionais ao abrigo do 1.º Direito devem entregar os seus pedidos junto do município competente.
- 2 — No que respeita aos pedidos a que se refere o número anterior, o município,

considerando o enquadramento dos mesmos no âmbito da estratégia por ele definida para o seu território, pode optar por:

- a) Atribuir uma habitação municipal;
- b) Incluir o pedido no âmbito de uma candidatura própria do município à promoção de uma solução habitacional ao abrigo do 1.º Direito; ou
- c) Considerar o pedido como candidatura individualizada.

Assim conclui-se que as Estratégias Locais de Habitação (ELH) em curso – que visam a realização municipal do Programa 1º Direito e serão financiadas ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) em cerca de 775 milhões (*Plano de Recuperação e Resiliência*, 2021) – são atualmente o instrumento com mais poder para consumir o Artigo 11.º da LBH. Posto isto, considera-se que o enfoque *local*, da futura pesquisa que aqui se desenha, deve ser consubstanciado por uma, ou por um pequeno conjunto de Estratégias Locais de Habitação.

A estratégia definida no PPR para guiar estes processos municipais assenta na “reabilitação para disponibilização do património público devoluto do Estado, com aptidão habitacional, para promoção de arrendamento a preços acessíveis”, prevendo “a reabilitação de 75 % do património inscrito no Decreto-Lei n.º 82/2020, de 2 de outubro” (*Plano de Recuperação e Resiliência*, 2021, p. 92). Prevê-se¹⁴ ainda que este património esteja disperso pelos municípios, permitindo construir um parque habitacional público mais diversificado, relativamente ao Plano Especial de Realojamento (PER) implementado na década de 90, e aumentar o poder de escolha. Resta aos municípios trabalhar no sentido da consumação do Artigo 11.º da LBH e evitar que as ELH, com a justificação da (efetiva) limitação de tempo para executar o orçamento, se resumam a um exercício despersonalizado de encaixe das carências na oferta. Neste sentido, mais do que teorizar os objetivos estatísticos das ELH, importa acompanhar e problematizar os processos da sua operacionalização, tendo em vista o poder de escolha da *situação, papéis e posicionamentos* de cada beneficiário.

¹⁴ A sua localização integral não é uma informação pública, apesar de já ter sido solicitada em Assembleia da República.

Complementarmente, parece-nos urgente questionar os desígnios subjacentes ao(s) diagnóstico(s) socioespaciais que suportam as políticas e programas de habitação nacionais. 26.000 é o número que ecoa nos atuais planos – refere-se à quantidade de famílias com carências habitacionais a realojar, estabelecido pelo IHRU em 2018 no Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional (LNNRH), com base em informação levantada pelos municípios. Os critérios solicitados pelo IHRU para determinar o grupo de pessoas que se encontra em ciclos de exclusão urbana foram: tipologia urbana, tipo de construção, tipo de ocupação, ano de início, n.º de edifícios, n.º de fogos, n.º de famílias, n.º de famílias a realojar, soluções de realojamento, e opcionalmente uma breve descrição, planta de localização, fotografias, latitude e longitude (*Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional*, 2018). Este levantamento, que serviu de base à definição do Programa 1.º Direito, da componente da habitação no PRR, e consequentemente das ELH, assenta em critérios redutores das causas que determinam e perpetuam a exclusão socioespacial. Omite pessoas em *situações* vulneráveis, nomeadamente:

(i) em sobrelotação – mais de um núcleo familiar a partilhar a mesma casa (+10%, segundo o INE) ; (ii) sem capacidade financeira para pagar uma renda; (iii) em situação de não renovação do seu contrato de arrendamento; (iv) ou, ainda, com taxas de esforço na habitação muito superiores aos 35% recomendados pelo Governo, sendo que a Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH) propõe agora a sua redução para 27%. (Estevens et al., 2021, p. 2)

Conclui-se assim que o número do néon está desajustado e urge ser corrigido, ademais porque, como é também evocado na carta da Rede H “se 26.000 famílias em carência habitacional era o número apontado antes da pandemia, o PRR não está a considerar o incremento das carências habitacionais dela decorrentes” (2021, p. 2).

Perante isto, considera-se que a primeira tarefa necessária à efetivação do Artigo 11º da LBH é questionar os critérios de análise da exclusão socioespacial. O ‘REPORT on access to decent and affordable housing for all’ (2020) apresenta uma lista de *grupos vulneráveis* no acesso à habitação que demonstra uma tendência para leituras da exclusão urbana mais orientadas à pessoa e não apenas ao edificado. No entanto, é

necessário empreender mais esforços na compreensão desses *grupos*, com o objetivo de contrariar a habitual “representação exterior como uma classe não só homogênea e plana, mas essencialmente desconhecida (ou estereotipada) nas suas características, mecanismos, vivências e necessidades” (Fernandes, 2016, p. 436). Advoca-se assim a premência de contemplar nestas leituras as *percepções*, os *percursos* e as *aspirações* dos que vêm o seu direito à escolha do lugar de residência ser cíclicamente indeferido – três eixos de análise que devem estruturar o processo de levantamento da investigação-ação que aqui se projeta.

Por fim, não esquecendo as permissas epistemológicas e ontológicas estabelecidas, este futuro estudo deve estabelecer constantemente relações conceptuais e empíricas entre a(s) Estratégia(s) Local de Habitação em estudo e: as estratégias dos mercados e potências globais assim como com outros instrumentos de ordenamento do território, outros estudos empíricos e experiências *formais* e *informais* de diversos grupos e indivíduos – à escala local, regional, nacional, comunitária (nomeadamente as recentes iniciativas da União Europeia em direção à criação de uma política de habitação comum) ou mundial (como por exemplo a partir da incorporação de princípios e experiências de políticas de habitação de estados do *Grande Sul*).

Building on Scott and Storper's (2003) suggestion that urban development policies in poorer countries can learn from regional economic analysis in wealthier contexts, I argue here that it is also very important for wealthier cities to be open to learning from the experiences of poorer cities. (Robinson, 2006, p. 141)

Em primeira instância, este diálogo multiescalar, multinível, multicultural... deve ser encarado não apenas como uma ferramenta operacional local, mas também como a abordagem necessária à construção de respostas globais para problemas globais, nomeadamente: o desenvolvimento territorial desigual, a (re)produção de ciclos de exclusão urbana e a inibição do poder de escolha do lugar de habitação.

3.1.3. A organização da escolha como política territorial

A grande questão da futura investigação é: como gerir equitativamente as escolhas e expectativas face o lugar de habitação – que agentes, que ferramentas, que escalas?

Nesse sentido, deverá refletir-se sobre o *papel no urbano* dos *mediadores* de escolhas e expectativas. Defende-se a *organização da escolha enquanto política territorial*, considerando que *organizar* deverá ser mediar acima de planejar, auscultar acima de generalizar, acompanhar acima de antecipar, informar acima de determinar, conceptualizar acima de idealizar. Acredita-se ainda que organizar equitativamente implica: (aceitar a) complexidade empírica, (incorporar a) informalidade, (orientar às) aspirações, (gerir) expectativas, (regular os) interesses, privilégios e prioridades, e perceber que todas estas dimensões não são categorias universais imutáveis, por isso devem de ser continuamente interpretadas e contestadas. Concomitantemente, deverá questionar-se a *organização da escolha* como processo de construção de uma classe crítica, defendendo-se que essa possibilidade começa com a igualdade de oportunidades para nos posicionarmos.

A partir destas reflexões iniciais sobre a *organização da escolha*, muitas perguntas surgem. E, apesar de não se defender que devem ser todas respondidas pelas ELH, considera-se imprescindível que integrem a sua problematização.

Qual deverá ser o limite territorial da escolha urbana? Quais as delimitações administrativas a considerar? Deverá ser uma gestão intramunicipal, intermunicipal, regional ou nacional? O reforço de um projeto federalista para a Europa? Ou devemos caminhar no sentido de uma escolha sem fronteiras? A anulação total de limites: por uma escolha planetária? A diminuição dos limites territoriais significa um processo de escolha mais competitivo ou mais justo?

A escolha de uma pessoa pressupõe a limitação da escolha de outra? Que critérios de prioridade adotar perante a sobreposição de escolhas? A organização da escolha enquanto política territorial pressupõe interferir no poder de escolha de quem já o herdou ou conquistou? Que critérios de mediação das escolhas devem ser concebidos?

Como regulamentar o poder de escolha do lugar de residência? Que mecanismos podem ser empreendidos para estabelecer um diálogo cooperante entre os estados e o mercado global na gestão equitativa do poder de escolha do lugar de residência?

Estas e muitas outras questões se agregam, em suma na pergunta que se projeta para o futuro: como *organizar a escolha urbana*?

Assim, após o percurso que apresentamos nesta dissertação, as premissas para o futuro projeto de investigação parem estar solidificadas:

- A *escolha do lugar de residência* deve ser conceptualizada segundo um processo de abstração teórica, tendo em consideração que tanto o *urbano* como as escolhas individuais ou em grupo são um processo diferenciado, desigual e interconectado mundialmente através dos ciclos do capitalismo global;
- Essas conceptualizações devem ser contestadas e reinventadas à luz das construções locais e dos desafios e contradições impostos pela personificação e operacionalização da *escolha urbana* individual e em grupo.

Considerações Finais

Encarámos esta dissertação à semelhança do *urbano*: como um processo de negociação, imaginação, experimentação e conflito, entre diferentes autores, teses e experiências. Foi um processo em círculo, sem determinação de causa-efeito – a problematização do *urbano* é permissa, resultado e discussão. Mas é um círculo conturbado, composto por constantes desvios teóricos e empíricos, que têm o objetivo de informar, sustentar, questionar, contrapor, pôr em causa a direção do percurso.

Remata-se o processo com os desígnios de um futuro projeto de investigação, terminando-se assim com a segurança de que esta dissertação cumpriu o seu papel. Ademais, este percurso evidenciou a importância de momentos de reflexão para adequar distância crítica das experiências e conclusões empíricas. Tempo e distância: o que as Estratégias Locais de Habitação não terão. Antagonismos do nosso tempo...

A solução para a injustiça e desigualdade territorial? Há muito que foi inventada: capacitação e igualdade de oportunidades. Mas é uma batalha por conquistar.

Não se pretende aqui embandeirar uma visão niilista da urbanização, e muito menos ser evangelista do Bem contra o Mal. Aspira-se entrar no comboio dos que consideram que a principal tarefa dos estudos urbanos do nosso tempo é compreender os antagonismos do *urbano*, mas acreditam na capacidade operativa da complexidade empírica do *urbano* e defendem que a *paralaxe urbana* é uma condição basilar de uma classe crítica. Por isso obrigaremos-nos a recusar o tentador atalho da idealização de um final feliz, com consciência de que esse comboio é o dos que aceitam que esta viagem não tem um fim.

Referências Bibliográficas

- Agamben, G. (1993). *A comunidade que vem*. Editorial Presença.
- Alves, J., Neves, S., Silva, A., Tomé, P., & Varajão, J. (2012, 2014). *Dédalo*.
<http://cargocollective.com/dedalo>
- Alves, J., Neves, S., Silva, A., Tomé, P., & Varajão, J. (Eds.). (2014). *Revista Dédalo #10: Who Lives Next Door?* (10.^a ed.). (não publicado).
- Amin, A. (2004). Regions unbound: Towards a new politics of place. *Geografiska annaler: series B, human geography*, 86(1), 33–44.
- Amin, A., & Thrift, N. (2002). *Cities: Reimagining the urban*. Polity Press.
- Angelo, H., & Goh, K. (2020). Out in space: Difference and abstraction in planetary urbanization. *International Journal of Urban and Regional Research*, 45(4), 732–744.
- APPC, Barreiros, C., & Neves, S. (2020). *Bairros Saudáveis—Candidaturas: 507. Part’ILHAS: casas com vida!*
<https://candidaturas.bairrossaudaveis.gov.pt/candidatura/index.htm?pp=1;n=507>
- Lei 83/2019, (2019) (testimony of Assembleia da República Portuguesa).
<https://dre.pt/home/-/dre/124392055/details/maximized>
- Ayerbe, J. (Ed.). (2016). *Usina: Entre o projeto e o canteiro*. A Edições Aurora/Publication Studio São Paulo.
- Bismarck, P. L. (2021, Maio 11). Odemira, (o) capital do século vinte e um. *PÚBLICO*.
<https://www.publico.pt/2021/05/11/opiniao/opiniao/odemira-capital-seculo-vinte-1962073>
- Brenner, N. (2013). Theses on Urbanization. *Public Culture*, 25, 85–114.
<https://doi.org/10.1215/08992363-1890477>
- Brenner, N. (Ed.). (2014a). *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Jovis.
- Brenner, N. (2014b). Urban Theory Without an Outside. Em *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization* (pp. 14–30). Jovis.
- Brenner, N. (2018). Debating planetary urbanization: For an engaged pluralism. *Environment and Planning D: Society and Space*, 36(3), 570–590.
<https://doi.org/10.1177/0263775818757510>
- Brenner, N., & Katsikis, N. (2014). Is the Mediterranean Urban? Em *Implosions/Explosions* (pp. 428–459). JOVIS Verlag GmbH.

- Brenner, N., & Katsikis, N. (2020). Operational Landscapes: Hinterlands of the Capitalocene. *Architectural Design*, 90(1), 22–31. <https://doi.org/10.1002/ad.2521>
- Brenner, N., & Schmid, C. (2012). Planetary Urbanization. Em *Urban Constellations* (pp. 10–13). Jovis.
- Brenner, N., & Schmid, C. (2013). The ‘urban age’ in question. *International journal of urban and regional research*, 38(3), 731–755. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12115>
- Brenner, N., & Schmid, C. (2015). Towards a new epistemology of the urban? *City*, 19(2–3), 151–182. <https://doi.org/10.1080/13604813.2015.1014712>
- Butz, D., & Besio, K. (2004). The value of autoethnography for field research in transcultural settings. *The Professional Geographer*, 56(3), 350–360.
- Catterall, B. (2014). Towards the Great Transformation:(11) Where/what is culture in ‘Planetary Urbanisation’? Towards a new paradigm. *City*, 18(3), 368–379.
- Catterall, B., & Wilson, M. (2014). Introducing and Resituating a Debate About ‘Planetary Urbanisation’. *City*.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos*, Assembleia Geral das Nações Unidas (1948). <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- Definição da Operação de Reabilitação Urbana, de tipo sistemático, para o território a delimitar como Área de Reabilitação Urbana da Corujeira*. (2018). Câmara Municipal Porto.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2011). *The Sage handbook of qualitative research*. sage.
- Domingues, Á. (2008). Urbanização Extensiva—uma nova escala para o planeamento. *CITTA 1st Annual Conference on Planning Research*.
- Domingues, Á. (2011). *Vida no campo*. Dafne Editora.
- Domingues, Á. (2013). Paisagens Transgénicas. *ZARCH: Journal of interdisciplinary studies in Architecture and Urbanism*, 1, 15–35.
- Domingues, Á. (2018, Novembro 14). *A cidade ainda existe?* | Álvaro Domingues | TEDxMatosinhos. <https://www.youtube.com/watch?v=nvhv3hR2Nw8>
- Domingues, Á. (2020, Junho 23). Uma exposição sobre “paisagens transgénicas”, uma marca registada de Álvaro Domingues | Fotografia | PÚBLICO. PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2020/06/23/p3/fotogaleria/uma-exposicao-sobre-paisagens-transgenicas-uma-marca-registada-de-alvaro-domingues-401559>

- Domingues, Á., & Fernandes, A. S. (2015). A urbanização da pobreza-formação académica e consciência social. *Estudo Prévio*.
- Donovan, K., & Gkartzios, M. (2014). Architecture and rural planning: 'Claiming the vernacular'. *Land Use Policy*, 41, 334–343.
- Duncan, M. (2004). Autoethnography: Critical appreciation of an emerging art. *International journal of qualitative methods*, 3(4), 28–39.
- Estevens, A., Matos, F. L. de, Serpa, F., Antunes, G., Lages, J. P., Leitão, J., Silva, K., Mendes, L., Patrício, N. A., & Agarez, R. C. (2021). A habitação no Programa de Recuperação e Resiliência. *Le Monde Diplomatique*, 176(II Série).
- Fernandes, A. S. (2016). *Entre remediar e solucionar: A estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza. São Tomé e Príncipe como laboratório*. [Tese Doutoramento]. Faculdade Arquitetura Universidade Porto.
- Ferrão, J. (2010). Pôr Portugal no mapa. *Janus. net e-journal of international relations*, 1(1), 98–107.
- Ferrão, J. (2017). Antropoceno, cidades e geografia. *Espaços e Tempos em Geografia. Homenagem a António Gama*, 287–302.
- Florida, R. (2002). *The rise of the creative class* (Vol. 9). Basic books New York.
- Giroud, M. (2015, Novembro 27). Beyond “planetary urbanization”: Recasting contemporary urban research (O. Waine, Trad.). *Metropolitics*. <https://metropolitics.org/Beyond-planetary-urbanization.html>
- Graham, J. (2011). *Atlas Imaginario Santiago* (1º).
- Graham, S., & Marvin, S. (2002). *Splintering urbanism: Networked infrastructures, technological mobilities and the urban condition*. Routledge.
- Guterres, A. B. (2019, 2021). *Cidade Invisível*. <https://www.rtp.pt/programa/radio/p7112>
- Harrison, J., & Heley, J. (2015). Governing beyond the metropolis: Placing the rural in city-region development. *Urban Studies*, 52(6), 1113–1133.
- Hodkinson, P. (2005). 'Insider research' in the study of youth cultures. *Journal of youth studies*, 8(2), 131–149.
- Infopédia. (sem data). *Urbano / Definição ou significado de urbano no Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa*. Infopédia - Dicionários Porto Editora. Obtido 22 de

- Agosto de 2021, de <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/urbano>
- Junta de Freguesia de Campanhã. (2014). *Freguesia de Campanhã: História*. <https://www.campanha.net/index.php/historia>
- Katsikis, N. (2014a). On the geographical organization of world urbanization. *MONU*, 20(sGeographical Urbanism).
- Katsikis, N. (2014b). Two Approaches to “World Management”: CA Doxiadis and RB Fuller. Em *Implosions/Explosions* (pp. 477–504). Jovis.
- Kipfer, S. (2014). Worldwide Urbanization and Neocolonial Fractures: Insights From the Literary World. Em *Implosions/Explosions* (pp. 288–306). Jovis.
- Koolhaas, R. (2012). Countryside. *OMA*. <https://www.oma.com/lectures/countryside>
- Lambert, L. (2012, Março 26). # PALESTINE /// The Palestinian Archipelago: A Metaphorical Cartography of the Occupied Territories. *THE FUNAMBULIST MAGAZINE*. <https://thefunambulist.net/editorials/palestine-the-palestinian-archipelago-a-metaphorical-cartography-of-the-occupied-territories-on-arquine>
- Lefebvre, H. (1991). *The production of space* (D. Nicholson-Smith, Trad.). Oxford Blackwell.
- Lefebvre, H. (1996). *Writings on cities* (E. Kofman & E. Lebas, Trans.; Vol. 63). Blackwell Oxford.
- Lefebvre, H. (2003). *The urban revolution* (R. Bononno, Trad.). U of Minnesota Press.
- Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional*. (2018). Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.
- Marcuse, P., & Madden, D. (2016). *In Defense of Housing*. Verso.
- Marot, S. (2019a). *Taking the Country’s Side: Agriculture and Architecture*. Lisbon Architecture Triennale.
- Marot, S. (2019b, Outubro 4). “Os arquitectos consideram que o seu nicho é a cidade. E é pena” (A. P. Coelho) [Entrevista]. <https://www.publico.pt/2019/10/04/culturaipsilon/entrevista/arquitectos-consideram-nicho-cidade-pena-1888599>
- Mendes, L. (2020). Nova geração de políticas de habitação em Portugal: Contradições entre o discurso e as práticas no direito à habitação. *Finisterra*, 55, 77–104. <https://doi.org/10.18055/finis19635>

- Nadin, V., Fernandez Maldonado, A. M., Zonneveld, W. A. M., Stead, D., Dabrowski, M. M., Piskorek, K. I., Sarkar, A., Schmitt, P., Smas, L., Cotella, G., Janin Rivolin, U., Solly, A., Berisha, E., Pedde, E., Seardo, B. M., Komornicki, T., Goch, K., Bednarek-Szczepańska, M., Degórska, B., ... Münter, A. (2018). *COMPASS – Comparative Analysis of Territorial Governance and Spatial Planning Systems in Europe. Applied Research 2016-2018: Final Report*. ESPON & TU Delft.
- O Direito Humano a uma Habitação Condigna* (Gabinete de Documentação e Direito Comparado, Trad.; Ficha Informativa N.º 21; Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos 1995/2004). (2002). Nações Unidas.
- Oro, A. V. (2021, Agosto 10). Reabilitar as ilhas do Porto, um exercício de cidadania com cobertura legal. *PÚBLICO*.
<https://www.publico.pt/2021/08/10/local/opiniao/reabilitar-ilhas-porto-exercicio-cidadania-cobertura-legal-1973593>
- Oswin, N. (2018). Planetary urbanization: A view from outside. *Environment and Planning D: Society and Space*, 36(3), 540–546.
- Paasi, A. (2002). Bounded spaces in the mobile world: Deconstructing ‘regional identity’. *Tijdschrift voor economische en sociale geografie*, 93(2), 137–148.
- Peck, J. (2017). Uneven Regional Development. Em *International Encyclopedia of Geography* (pp. 1–13). American Cancer Society.
<https://doi.org/10.1002/9781118786352.wbieg0721>
- Plano de Recuperação e Resiliência*. (2021). Ministério do Planeamento.
- PRADHAN MANTRI AWAAS YOJANA-GRAMIN - Framework for Implementation*. (2015). MINISTRY OF RURAL DEVELOPMENT, GOVERNMENT OF INDIA.
- Rees, W., & Wackernagel, M. (2008). Urban ecological footprints: Why cities cannot be sustainable—And why they are a key to sustainability. Em *Urban ecology* (pp. 537–555). Springer.
- República Portuguesa, I. e H., & IHRU, I. da H. e da R. U. (sem data). *Portal da Habitação*. Obtido 16 de Setembro de 2021, de <https://www.portaldahabitacao.pt/>
- Robinson, J. (2002). Global and world cities: A view from off the map. *International journal of urban and regional research*, 26(3), 531–554.
- Robinson, J. (2003). Postcolonialising geography: Tactics and pitfalls. *Singapore Journal of Tropical Geography*, 24(3), 273–289.
- Robinson, J. (2006). *Ordinary Cities: Between Modernity and Development* (Routledge).

- Robinson, J. (2011). Cities in a World of Cities: The Comparative Gesture. *International Journal of Urban and Regional Research*, 35(1), 1–23.
<https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2010.00982.x>
- Robinson, J. (2016). Comparative Urbanism: New Geographies and Cultures of Theorizing the Urban. *International Journal of Urban and Regional Research*, 40(1), 187–199. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12273>
- Roy, A. (2009). The 21st-century metropolis: New geographies of theory. *Regional Studies*, 43(6), 819–830. <https://doi.org/10.1080/00343400701809665>
- Roy, A. (2011). Conclusion: Postcolonial Urbanism: Speed, Hysteria, Mass Dreams. Em *Worlding Cities* (pp. 307–335). John Wiley & Sons, Ltd.
<https://doi.org/10.1002/9781444346800.oth1>
- Roy, A. (2015). What is urban about critical urban theory? *Urban Geography*, 37(6), 810–823. <https://doi.org/10.1080/02723638.2015.1105485>
- Roy, A. (2017). *O Ministério da Felicidade Suprema*. Leya.
- Ruddick, S., Peake, L., S Tanyildiz, G., & Patrick, D. (2017). Planetary urbanization: An urban theory for our time? *Environment and Planning D: Society and Space*, 36(3), 387–404.
- Schmid, C. (2018). Journeys through planetary urbanization: Decentering perspectives on the urban. *Environment and Planning D: Society and Space*, 36, 026377581876547. <https://doi.org/10.1177/0263775818765476>
- Schmid, C., Diener, R., Herzog, J., Meili, M., & Meuron, P. de. (2013). *Switzerland – an Urban Portrait: Vol. 1: Introduction; Vol. 2: Borders, Communes – a Brief History of the Territory; Vol. 3: Materials*. Walter de Gruyter.
- Scott, A. J. (2001). Globalization and the Rise of City-Regions. *European Planning Studies - EUR PLAN STUD*, 9, 813–826.
<https://doi.org/10.1080/09654310120079788>
- Scott, A. J. (2013). *The Urban Land Nexus and the State*. Routledge.
- Scott, A. J., & Storper, M. (2003). Regions, Globalization, Development. *Regional Studies*, 37(6–7), 579–593. <https://doi.org/10.1080/0034340032000108697a>
- Scott, A. J., & Storper, M. (2015). The nature of cities: The scope and limits of urban theory. *International Journal of Urban and Regional Research*, 39(1), 1–15.
<https://doi.org/10.1177/0042098016634002>

- Scott, A. J., & Storper, M. (2016). Current debates in urban theory: A critical assessment. *Urban studies*.
- Sevilla-Buitrago, Á. (2015). Urbs in Rure: Historical Enclosure and the Extended Urbanization of the Countryside. Em *Implosions/explosions* (pp. 232–259). JOVIS Verlag GmbH.
- Shaw, K. (2015). Planetary urbanisation: What does it matter for politics or practice? *Planning Theory & Practice*, 16(4), 588–593.
- Sheppard, E., Leitner, H., & Maringanti, A. (2013). Provincializing Global Urbanism: A Manifesto. *Urban Geography*, 34(7), 893–900.
<https://doi.org/10.1080/02723638.2013.807977>
- Smith, N. (1996). Spaces of vulnerability: The space of flows and the politics of scale. *Critique of anthropology*, 16(1), 63–77.
- Soja, E. (2010). *Seeking Spatial Justice*. U of Minnesota Press.
- Soja, E. (2011). Regional Urbanization and the End of the Metropolis Era. Em G. Bridge & S. Watson (Eds.), *The new Blackwell companion to the city* (pp. 679–689). Oxford: Blackwell.
- Soja, E. (2015). Accentuate the regional. *International Journal of Urban and Regional Research*, 39(2), 372–381.
- Sparrentak, K. V. (2020). *REPORT on access to decent and affordable housing for all*. European Parliament - Committee on Employment and Social Affairs.
https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-9-2020-0247_EN.html
- Storper, M. (1997). *The Regional World: Territorial Development in a Global Economy*. Guilford Press.
- Thackara, J. (2019). Bioregioning: Pathways to Urban-Rural Reconnection. *She Ji: The Journal of Design, Economics, and Innovation*, 5(1), 15–28.
<https://doi.org/10.1016/j.sheji.2019.01.002>
- Travasso, N. (2015). *PLANNING AFTER GROWTH1: REACTING TO THE INVESTMENT WITHDRAWAL IN THE EXTENSIVE URBANIZATION OF THE NW OF PORTUGAL. Housing and Cities in a time of change: are we focusing on People?*
- Urban Theory Lab. (sem data). *Overview: Extreme territories of urbanization*. Obtido 31 de Julho de 2021, de <http://www.urbantheorylab.net/videos/overview-extreme-territories-of-urbanization/>

- Urban Theory Lab–GSD. (2014). VISUALIZING AN URBANIZED PLANET — MATERIALS. Em *Implosions/Explosions* (pp. 460–475). Jovis.
- Vázquez, I. B., & Conceição, P. (2015). «Ilhas» do Porto—Levantamento e Caracterização. Domus Social.
- Vieira, B. V., & Pimenta, P. (2021, Setembro 15). Igreja despeja idosos para vender ilha do Porto a investidor. *PÚBLICO*.
<https://www.publico.pt/2021/09/15/local/noticia/igreja-despeja-idosos-vender-ilha-porto-investidor-1977471>
- Wachsmuth, D. (2014). City as ideology: Reconciling the explosion of the city form with the tenacity of the city concept. *Environment and Planning D: Society and Space*, 32(1), 75–90. <https://doi.org/10.1068/d21911>
- Walker, R. (2015). Building a better theory of the urban: A response to ‘Towards a new epistemology of the urban?’. *City*, 19(2–3), 183–191.
<https://doi.org/10.1080/13604813.2015.1024073>
- Wilson, D., & Jonas, A. E. (2018). Planetary urbanization: New perspectives on the debate. *Urban Geography*, 39(10), 1576–1580.
- Wolcott, H. F. (1994). *Transforming qualitative data: Description, analysis, and interpretation*. Sage.